

UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E ESTRATÉGIA EM
NEGÓCIOS**

DISSERTAÇÃO

**SUBSÍDIOS PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL:
O CASO DE BARRA DO PIRAÍ - RJ**

JÚLIO CÉSAR SOBRAL PINTO DIAS

2009



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E ESTRATÉGIA EM
NEGÓCIOS**

**SUBSÍDIOS PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL:
O CASO DE BARRA DO PIRAÍ - RJ**

JÚLIO CÉSAR SOBRAL PINTO DIAS

Sob a Orientação do Professor
DR. CEZAR AUGUSTO MIRANDA GUEDES

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências, no Curso de Pós-Graduação, Área de Concentração em Gestão e Estratégia em Negócios.

Seropédica, RJ
Janeiro de 2009

350.98153

D541s

T

Dias, Júlio César Sobral Pinto, 1956-
Subsídios para o desenvolvimento
municipal: o caso de Barra do Piraí-RJ /
Júlio César Sobral Pinto Dias - 2009.
128. : il.

Orientador: Cezar Augusto Miranda
Guedes.

Dissertação (mestrado) - Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de
Pós-Graduação em Gestão e Estratégia em
Negócios.

Bibliografia: f. 108-110

1. Administração pública - Estudo de
caso - Barra do Piraí (RJ) - Brasil -
Teses. 2. Administração municipal - Estudo
de caso - Barra do Piraí (RJ) - Brasil -
Teses. 3. Integração social - Teses. I.
Guedes, Cezar Augusto Miranda, 1954-. II.
Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Gestão
e Estratégia em Negócios. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E ESTRATÉGIA EM
NEGÓCIOS**

JÚLIO CÉSAR SOBRAL PINTO DIAS

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Curso de Pós-Graduação em Gestão e Estratégia em Negócios.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 29/01/2009

Cezar Augusto Miranda Guedes. Dr. UFRRJ
(Orientador)

Antonio Martinez Fandiño Dr. UFRRJ

Mário Luiz Freitas Lemos Dr. BNDES

DEDICATÓRIA

Para minha esposa, Ilma, que me incentivou a cursar o mestrado, me apoiou e ajudou em diversos momentos ao longo destes dois anos. Sua paixão pelo desenvolvimento urbano, foi minha principal fonte de inspiração para realização deste trabalho.
Aos meus filhos, Gabriel e Diogo, por me motivarem a sempre fazer o melhor em minhas atividades.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Professor Cezar Augusto Miranda Guedes, pela disponibilidade, pelas idéias, pelo incentivo ao desenvolvimento do trabalho, pelo acompanhamento e orientação, que viabilizaram a elaboração desta dissertação.

À Professora Maria José da Costa, pelo apoio, dedicação e interesse, sempre se colocando à disposição para contribuir com todos alunos.

À amiga Deize Marize Nascimento Silva, que desde o início do mestrado me apoiou, incentivou, disponibilizou material para pesquisa e revisou todos artigos elaborados.

RESUMO

DIAS, Júlio César Sobral Pinto. **Subsídios para o desenvolvimento municipal: o caso de Barra do Piraí - RJ**. 2009. 151 p. Dissertação (Mestrado em Administração, Gestão e Estratégia em Negócios). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Administração, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2009.

Este estudo teve como objetivo investigar as diversas formas de gestão urbana e gerar subsídios para elaboração de um planejamento para o desenvolvimento de Barra do Piraí. Foi realizada uma análise na evolução do município entre 2000 e 2005, através de relatórios, planos e arquivos públicos oficiais e elaborada uma pesquisa de campo sobre a dinâmica local. A suposição é que o desenvolvimento de Barra do Piraí pode ser conquistado com uma política pública embasada no planejamento participativo, implementando ações que atraiam novas empresas, gerem novos postos de trabalho e promovam a distribuição de renda, tendo como consequência a inclusão social e melhoria da qualidade de vida da população. A conclusão foi que apesar de Barra do Piraí ter passado por um período de grande esvaziamento, ocasionado pela mudança do modal ferroviário pelo rodoviário, pela construção da rodovia Presidente Dutra e pela implantação da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda, o município pode reagir com uma gestão participativa, que respeite sua vocação natural e privilegie a inclusão social. Atualmente o município já está atraindo novas empresas, desenvolvendo seu potencial turístico e se reaproximando das lideranças federais e estaduais, dando início à reversão do quadro de estagnação em que se encontrava.

Palavras-chave: Administração Pública; Desenvolvimento Municipal; Inclusão Social.

ABSTRACT

DIAS, Júlio César Sobral Pinto. Subsidies for urban development: the case of Barra do Pirai - RJ. 2009. 151 p. Dissertation (Master Science in Management and Strategy in Business). Institute for Social and Human Sciences, Department of Administration, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2009.

This study had as objective to investigate the several forms of urban management, and generate subsidies to the elaboration of a planning for the development of Barra do Pirai. It was prepared an analysis in the evolution of the town from 2000 up to 2005, and investigated documents, plans, public administration files and elaboration of a external inquiry about the local dynamics. The supposition is that the development of Barra do Pirai may be aimed with a public politics based in participative planning, implementing actions that may bring new industries (firms), generates new work points and promotes the funds distribution, having as consequence the social inclusion and the improvement of the inhabitants quality of life. The conclusion was that despites Barra do Pirai has passed for a period of great emptying caused by the changing of the modal railroad for highways, the construction of Presidente Dutra Highway and the construction of Companhia Siderúrgica Nacional in Volta Redonda, the city may respond with a participatory management, wich respects its natural vocation and dedicated to social inclusion. Nowadays the city is attracting new firms and developing its touristic potentials and reconnect the federal and state leaders to start the reversal of framework of stagnation in which it was.

Key words: Public Administration; Urban Development; Social Inclusion.

LISTA DE TABELAS

01. Características dos Modelos de Administração Pública	008
02. IQM - Grupos, indicadores e pesos	029
03. IQM - Distribuição percentual dos pesos dos indicadores	032
04. Síntese de Eficiência, Eficácia e Efetividade	033
05. Diferenças entre Eficiência e Eficácia	033
06- Atores locais selecionados para entrevista	035
07. Relação de Empresas que fecharam ou transferiram suas atividades de Barra do Piraí	035
08- Relação de Empresas que iniciaram suas atividades em Barra do Piraí, nos últimos anos	042
09. Relação de Empresas em fase de construção que se instalarão em Barra do Piraí em 2009	056
10- Uso do Solo e Cobertura Vegetal	056
11. Índices de Qualidade de Uso do Solo e Cobertura Vegetal	057
12- Evolução das áreas de cobertura vegetal de Barra do Piraí	057
13. Perfil de Barra do Piraí	059
14. Resultado da Prova Brasil	060
15- Resultado ENEM 2005 – Comparativo Barra do Piraí, Estado do RJ e Brasil.	061
16. Renda Média do Trabalhador Principal por Características no RJ	062
17. Unidades Ambulatoriais	063
18. Pessoas ocupadas nas Regiões Metropolitanas	068
19. Média Mensal do Número de Pessoas com mais de 10 Anos Ocupadas na Região Metropolitana do RJ	069
20. Região CAGED	069
21. Variação Quantidade de Empregos Formais 2000 x 2006	070
22. Admissões e Desligamentos 2000 x 2008 (município x micro região x estado do RJ)	070
23. PIB Estado do Rio de Janeiro	072

24. Contribuições Setoriais ao Crescimento da Economia Fluminense em 2005 ...	072
25. Produção por Setor Econômico em Barra do Pirai – 2004 e Posição Ranking Estadual	078
26. Classificação dos Municípios no IQM - 1998-2005	091
27. Classificação dos municípios no IQM - 2005 – Ranking	092
28- Comparação IQM – Ranking por Indicador - 1998 e 2005	092
29- Posições Ganhas e Perdas IQM – Ranking por Indicador - 1998 e 2005	092
30. Composição do PIB de Barra do Pirai – 2004	094
31. PIB a Preços Correntes (2004 a 2006) – valores x 1.000	094
32. PIB <i>per capita</i> (2004 a 2006)	094

LISTA DE GRÁFICOS

01. Distribuição da População de Barra do Piraí	051
02. Distribuição da População do Estado e da região Médio Paraíba	052
03. Distribuição da população por grupos de idade	053
04. Distribuição da população por cor ou raça	053
05. Evolução do percentual da população analfabeta acima de 15 anos no município	061
06. Recursos Repassados pelo SUS para o Município	064
07. Tempo e Valor Médio de Internação – Estado x Município	065
08. Taxa de Mortalidade – Estado x Município (por mil internações)	066
09. PIB Per Capita (R\$)	073
10. Participação das Regiões no PIB 2004 (Excluída a Capital e Bacia de Campos)	074
11. Comparativo da Evolução do PIB a Preços Básicos (R\$ mil correntes)	075
12. Composição do PIB de Barra do Piraí – 2004	076
13. Evolução do PIB por Setor (R\$ mil correntes) – Barra do Piraí	077
14. Evolução da Composição das Receitas e Despesas de Barra do Piraí de 2000 a 2005	079
15. Composição das Receitas Correntes	080
16. Evolução das Transferências da União e do Estado (mil reais)	080
17. Evolução e Composição das Receitas Tributárias (mil reais)	081
18. Evolução e Composição das Transferências da União (mil reais)	082
19. Evolução e Composição das Transferências do Estado (mil reais)	082
20. Indicador de Equilíbrio Orçamentário	083
21. Indicador do Comprometimento da Receita Corrente com a Máquina Administrativa	084
22. Indicador da Autonomia Financeira	084
23. Indicador do Esforço Tributário Próprio	085

24. Indicador de Dependência de Transferências de Recursos	086
25. Comparativo entre Transferências de Outros Entes e Receita Própria	086
26. Comparativo entre ICMS Arrecadado e Redistribuído	087
27. Indicador da Carga Tributária <i>per capita</i>	087
28. Indicador do Custeio <i>per capita</i>	088
29. Indicador dos Investimentos <i>per capita</i>	089
30. Indicador do Grau de Investimento	089
31. Indicador de Liquidez Corrente	090

LISTA DE FIGURAS

1. Evolução urbana do distrito sede de Barra do Pirai	038
2. Mapa do Zoneamento do Distrito de Vargem Alegre	044
3. Rodovia a ser construída, interligando a rodovia Presidente Dutra à rodovia Lucio Meira	045
4. Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro – Divisão Político-Administrativa	047
5. Região do Médio Paraíba	048
6. Localização da Região do Médio Paraíba	048
7. Distrito sede de barra do Pirai, registrado a 6 km de altitude	049
8. Mapa Geográfico com Localização de Barra do Pirai	050
9. Regiões do Vale do Ciclo do Café	054

LISTA DE ABREVIACÕES

ACEBP	Associação Comercial e Empresarial de Barra do Piraí
ACRJ	Associação Comercial do Rio de Janeiro
ADL	Agência de Desenvolvimento Local
ANA	Agência Nacional das Águas
APL	Arranjo Produtivo Local
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial)
CAGED	Cadastro Geral de Emprego e Desemprego
CASERJ	Companhia de Armazéns e Silos do Estado do Rio de Janeiro
CEN	Centralidade e Vantagem Locacional
CID	Cidadania
CIDE	Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro
COMBARRA	Conselho Municipal de Barra do Piraí
COMPERJ	Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro
COREDES	Conselhos Regionais de Desenvolvimento
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CTI	Centro de Tratamento Intensivo
DEL	Desenvolvimento Econômico Local
DIN	Dinamismo
DLIS	Desenvolvimento Local Integrado Sustentável
DLS	Desenvolvimento Local Sustentável
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FAAP	Fundação Armando Álvares Penteado
FAC	Facilidades para Negócios
FAMOR	Federação das Associações de Moradores
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador

FERP	Fundação Educacional Rosemar Pimentel
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHA	Índice de Desenvolvimento Humano – Ambiental
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal
IGE	Infra-estrutura para Grandes Empreendimentos
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IQM	Índice de Qualidade dos Municípios
IQUS	Índice de Uso do Solo e Cobertura Vegetal
ISA	Índice de Sustentabilidade Ambiental
ISS	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITBI	Imposto de Transmissão de Bens Imóveis
MEC	Ministério da Educação
MERCOVALE	Mercado Comum do Vale do Paraíba
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NOB	Normas Operacionais Básicas
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PDP	Plano Diretor Participativo

PDPBP	Plano Diretor Participativo de Barra do Pirai
PEA	População Economicamente Ativa
PES	Planejamento Estratégico Situacional
PIAR	Plano Integrado de Ação Regional
PIB	Produto Interno Bruto
PLANFOR	Plano Nacional de Formação de Mão de Obra
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPI	Programação Pactuada e Integrada
PROGER	Programa de Geração de Emprego e Renda
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
QMA	Qualificação da mão-de-obra
RFFSA	Rede Ferroviária Federal S.A.
RIQ	Riqueza e Potencial de Consumo
RPC	Renda per Capitã
SERLA	Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagos
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SICOMERCIO	Sindicato Patronal do Comercio
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SNIU	Sistema Nacional de Indicadores Urbanos
SUS	Sistema Único de Saúde
TCE	Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UGB	Centro Universitário Geraldo Di Biase
UH	Unidade Habitacional
VAF	Valor Adicionado Fiscal
ZIN	Zona Industrial

SUMÁRIO

	Pág.
1 INTRODUÇÃO	001
1.1 Formulação do problema	001
1.2 Objetivos	001
1.2.1 Objetivo geral	001
1.2.2 Objetivos específicos	001
1.3 Metodologia	002
1.4 Justificativa	003
1.5 Suposição	003
1.6 Limitações do estudo	004
2 REVISÃO DA LITERATURA	005
2.1 Cidadania	005
2.1.1 Ética e Cidadania	006
2.1.2 Democracia	006
2.1.3 Democracia Representativa	007
2.1.4 Democracia Deliberativa	007
2.2 Administração	007
2.2.1 Administração Privada x Administração Pública	007
2.2.2 Administração Municipal	008
2.3 Desenvolvimento Local Sustentável	010
2.3.1 Crescimento Econômico	010
2.3.2 Desenvolvimento Econômico	010
2.3.3 Desenvolvimento Econômico Local	010
2.3.4 Desenvolvimento Local Sustentável	013
2.4 Planejamento	017
2.4.1 Planejamento Estratégico	018
2.4.2 Planejamento Participativo	020
2.4.3 Planejamento Urbano	023
2.4.3.1 Plano Diretor	024
2.4.3.2 Plano de Ação	026
2.5 Indicadores	027
2.5.1 Produto Interno Bruto	027
2.5.2 Renda <i>per capita</i>	028
2.5.3 Índice de Desenvolvimento Humano	028
2.5.4 Índice de Sustentabilidade Ambiental	028
2.5.5 Índice de Desenvolvimento Humano – Ambiental	028
2.5.6 Índice de Qualidade dos Municípios	028
2.6 Eficiência, Eficácia e Efetividade	032
3 METODOLOGIA DA PESQUISA DE CAMPO	034
3.1 Considerações Iniciais	034
3.2 Pesquisa de Campo	034
3.2.1 Amostra	034
3.2.2 Instrumento de Pesquisa	035
3.2.3 Sistematização de Conteúdo	035

4 PESQUISA DE CAMPO	037
4.1 Município de Barra do Pirai	037
4.1.1 Histórico	037
4.1.2 Caracterização	046
4.1.2.1 Localização, Mapas, Relevo e Limites	046
4.1.2.2 Dados Demográficos	050
4.1.2.3 Aspectos Turísticos	053
4.1.2.4 Uso do Solo	056
4.1.2.5 Outros Aspectos Ambientais	057
4.1.2.6 Estrutura Administrativa Municipal	059
4.1.3 Indicadores	059
4.1.3.1 Indicadores Sociais	060
4.1.3.2 Indicadores Econômicos	071
4.1.3.3 Indicadores Financeiros	078
4.1.3.4 Índice de Qualidade do Município	090
4.1.4 Síntese sobre Barra do Pirai	093
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	096
5.1 Considerações Iniciais	096
5.2 Análise das Questões de Pesquisa	096
6 COMENTÁRIOS FINAIS E CONCLUSÃO	105
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	108
ANEXOS	111
A – Questionário - Desenvolvimento de Barra do Pirai	111

CAPÍTULO I

1. INTRODUÇÃO

1.1. Formulação do Problema

O tema abordado neste trabalho é o estudo de Barra do Piraí, com ênfase no período entre 2000 e 2005, a fim de que a dinâmica municipal seja entendida e que sejam gerados subsídios para o desenvolvimento do município.

A escolha de Barra do Piraí para realização desta pesquisa decorreu da sua localização, suas características, a facilidade de acesso aos seus principais atores, inclusive aos gestores municipais e ao conhecimento do autor sobre a realidade local.

Pinheiro et al (2008) destacam que no Brasil mais de 80% da população vive em áreas urbanas, resultado de um dos movimentos sócio-territoriais mais rápidos e intensos de que se tem notícia.

Esta constante e rápida migração das pessoas para as cidades ocasionou profundas transformações nos municípios, fazendo com que eles absorvessem diversos serviços que deveriam ser executados pelo estado e pela União, dificultando sua administração pelos gestores públicos (BREMAEKER, 1999).

Tal problema foi agravado com a transformação do cenário político-administrativo do país, decorrente da promulgação da Constituição de 1988, reforçando a autonomia dos Governos Municipais, que assumiram um papel de maior importância na prestação de serviços de interesse local. Apesar do aumento das transferências constitucionais, não houve ampliação do elenco de tributos, trazendo mais responsabilidades para os municípios do que acréscimo de recursos.

Também será abordada a gigantesca ocupação ilegal do solo urbano, gerando uma exclusão urbanística que é ignorada na representação da “cidade oficial”, trazendo como consequência predação ambiental e escalada da violência (MARICATO, 2007).

Os governantes municipais normalmente focam a administração local da crise econômica e social, concorrendo com outros municípios para atração de empresas, o que limita as possibilidades, sem trazer grandes benefícios para a população. “Até que ponto é possível inventar e trilhar caminhos que realmente ultrapassem o limitado horizonte da gestão da crise e da adesão subordinada à guerra dos lugares?” (VAINER, 2002: p. 13)

O que deve ser feito para atender a crescente necessidade de serviços à população, levando-se em consideração a carência de recursos, os desperdícios, o despreparo do funcionalismo público, a falta de envolvimento da população na gestão local e a inexistência de planejamento?

Estes são problemas encontrados na maior parte dos municípios brasileiros e o presente trabalho procurará responder este questionamento.

1.2. Objetivos

1.2.1. Objetivo Geral

O objetivo geral desta dissertação consiste em gerar subsídios para a elaboração de um planejamento, baseado nas necessidades locais e na leitura do município, com alternativas para o desenvolvimento de Barra do Piraí.

1.2.2. Objetivos Específicos

Os objetivos específicos nesta investigação são:

- Sugerir ao executivo local a elaboração de um planejamento em função dos resultados decorrentes das informações coletadas junto às comunidades na construção do Plano Diretor Participativo (PDP), com o objetivo da redução das desigualdades e melhoria das condições de vida da população local;
- Identificar as potencialidades locais, levando-se em consideração suas forças e fraquezas, as ameaças e as oportunidades, bem como os diversos indicadores sócio-econômicos, quais grupos e respectivos indicadores possuem maior peso

no ranking do Índice de Qualidade dos Municípios (IQM), a fim de que possam ser hierarquizadas as ações que estejam na alçada do executivo local e que contribuam para a melhoria de sua posição, para atração de empresas que proporcionem novos postos de trabalho, sem que haja fomento à competição entre os lugares, ou prática de políticas predatórias;

- Analisar a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a evolução da qualidade de vida da população barrense.

1.3. Metodologia

Nesta investigação foram combinadas as seguintes Modalidades de Pesquisa:

- Científica, uma vez que os estudos confrontaram a teoria apresentada pelos diversos autores com realidade;
- Descritiva, em virtude do trabalho descrever a realidade de Barra do Piraí;
- Histórica, com os desdobramentos temporais desde a origem do município até a atualidade;
- Documental, com investigação de fontes primárias, relatórios, planos e arquivos públicos oficiais;
- Estudo de Caso, com o aprofundamento através da pesquisa de campo sobre a dinâmica local.

Segundo Trujilo (1982), a Pesquisa Científica pode ser formal ou espontânea. A formal é aquela que se expressa sob a forma de problemas, possui teorias e hipóteses que devem ser submetidas à verificação, de acordo com dados obtidos da realidade existencial empírica. Já a espontânea é aquela que tem valor imediato e que é conduzida por uma teoria implícita e explícita, embora a teoria não se expresse sob a forma de hipótese.

Quanto à pesquisa descritiva, Barros et al (1986) definem que é aquela em que o pesquisador observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos, sem nenhuma interferência. Ela procura descobrir a natureza, característica, causas, relações e frequência com que um fenômeno ocorre, bem como suas conexões com outros fenômenos, enquanto Gil (1990) destaca que seu principal objetivo é descrever as características de determinado fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis. Já Lakatos et al (1986) destacam quatro aspectos: descrição, registro, análise e interpretação de fenômenos, com o objetivo de identificar seu funcionamento atual.

Lakatos et al (1986) definem a pesquisa histórica como a que trata de quatro aspectos: investigação, registro, análise e interpretação dos fatos ocorridos no passado, para compreensão do presente e inferência sobre o futuro.

Barros et al (1986) registram que a pesquisa documental é aquela em que o pesquisador busca resolver um problema ou adquirir conhecimentos a partir de emprego de informações oriundas de material gráfico e/ou sonoro. Seu objetivo é coletar, analisar e interpretar as contribuições teóricas existentes sobre determinado assunto, enquanto Cervo et al (1983) abordam o estudo do presente neste tipo de pesquisa e nela são investigados documentos para descrição e comparação de usos e costumes, tendências, diferenças e outras características.

De acordo com Gil (1990), o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, para se obter conhecimento. Ele se fundamenta na idéia de que a análise de uma unidade de determinado universo permite a compreensão de sua generalidade ou pelo menos que sejam estabelecidas bases para uma investigação posterior mais sistemática e precisa. Já Cervo et al (1983) tratam o estudo de caso como a pesquisa sobre um determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade, a fim de examinar aspectos variados de sua vida.

Nessa investigação foram articulados os seguintes métodos de pesquisa:

- Científico, com estudo das diversas formas de planejamento e gestão pública municipal e análise dos resultados nos locais em que foram aplicados;
- Dedutivo, com análise dos fenômenos que levaram o município ao estado de estagnação que se encontrava até o período estudado;
- Indutivo, com estudo dos indicadores locais, com ênfase no período entre 2000 e 2005, para chegar a conclusões a partir destes resultados.

O método científico, para Barros et al (1986), é a forma mais segura para entender como ocorre um determinado fato. Por esse método não basta que uma premissa seja verdadeira; é necessário que as afirmações sejam verificadas através de procedimentos racionais experimentais. Os desejos emocionais e subjetivos do homem não explicam os fatos, enquanto Trujilo (1982) destaca tal método como um traço característico tanto da ciência pura quanto da aplicada.

Para Gil (1990), o método dedutivo é o que procede do geral para o particular. O raciocínio dedutivo parte de princípios gerais considerados como verdadeiros para chegar a conclusões baseadas em sua lógica. Já Lakatos et al (1990) tratam esse método como o que parte das teorias e leis e, na maioria das vezes, prediz a ocorrência dos fenômenos particulares (conexão descendente).

De acordo com Gil (1990), o método indutivo procede inversamente ao método dedutivo: parte do particular para o geral e coloca a generalização como produto posterior do trabalho de coleta de dados particulares, enquanto Lakatos et al (1990) definem o método em questão como aquele cuja aproximação dos fenômenos caminha geralmente para planos cada vez mais abrangentes, indo das constatações mais particulares às leis e teorias (conexão ascendente).

A técnica de pesquisa utilizada neste trabalho foi a entrevista.

Segundo Ruiz (1986), a entrevista consiste no diálogo com o objetivo de colher, de determinada fonte, de determinada pessoa ou informante, dados relevantes para a pesquisa em andamento. Já para Lakatos et al (1986), a entrevista é uma das técnicas da observação direta intensiva. Ela consiste no encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional.

1.4. Justificativa

A realização deste trabalho justifica-se pela necessidade de resgatar o desenvolvimento de Barra do Piraí, que possui excelente infra-estrutura instalada, oferece diversos serviços à população local e está situada em local estratégico, existindo condições da atração de novas empresas, que respeitem a vocação natural do município.

1.5. Suposição

Supõe-se que o desenvolvimento de Barra do Piraí possa ser conquistado com uma política pública embasada no planejamento participativo, priorizando o atendimento das necessidades da população, implementando ações que atraiam novas empresas, gerem novos postos de trabalho e promovam a distribuição de renda, tendo como consequência a inclusão social e melhoria da qualidade de vida de seus habitantes, sem fomento à competição entre lugares e práticas predatórias para a realização de negócios.

Este trabalho não se propõe a realizar o acompanhamento e teste para confirmação desta suposição, tendo em vista ser necessário a implantação das medidas sugeridas e após um determinado período ser feita a análise dos indicadores econômicos e sociais. Será sugerido ao executivo local a realização deste acompanhamento.

1.6. Limitações de Estudo

O município analisado foi Barra do Piraí, com ênfase no período de 2000 a 2005.

Foi feita uma caracterização do município e, posteriormente, um estudo de caso, a partir das seguintes publicações:

- Plano Diretor Participativo de Barra do Piraí, elaborado em 2006;
- Estudo sócio-econômico de Barra do Piraí, elaborado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro de 2006;
- IQM de 1998 e 2005, comparando a evolução/involução dos indicadores;
- Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil de 2000, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

CAPÍTULO II

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Cidadania

O conceito moderno de cidadania teve origem no século VIII a.C. quando os profetas sociais pregavam a necessidade da proteção aos despossuídos. Eles já se preocupavam com o comportamento do povo judeu, com a relação entre as pessoas e com a preservação dos direitos sociais e individuais (TENÓRIO, 2007, p. 26).

Nessa perspectiva definiam cidadão como aquele que atua como protagonista de sua comunidade por meio do diálogo e não do monólogo, do interesse comum e não do individual, da *res publica* (coisa pública) e não da *res privata* (coisa privada).

Os elementos que compõem a cidadania: os direitos civis (século XVIII), os direitos políticos (século XIX) e os direitos sociais (século XX), que são respectivamente os necessários à liberdade individual, os que garantem a participação no exercício do poder político e os que garantem o bem-estar econômico e a segurança (MARSHALL apud TENÓRIO, 2007, p.47).

A cidadania baseada na nacionalidade exclui os não-cidadãos dos direitos de cidadania, motivo pelo qual hoje é proposta a residência e não a nacionalidade como fundamento da cidadania, admitindo-se que qualquer pessoa residente no país pode tornar-se um cidadão. A cidadania global está embasada na sustentabilidade, na solidariedade, na diversidade, na democracia e nos direitos humanos (VIEIRA, 2001 apud TENÓRIO, 2007).

Para Sócrates o Estado tinha um papel fundamental na manutenção dos valores morais e exigia dos cidadãos tudo o que era determinado em lei. Os cidadãos podiam estar unidos por se submeterem igualmente às leis, logo aqueles que aceitavam a cidadania consentiam em cumprir as obrigações legais, fazendo o que a cidade ordenava. Tão importante quanto conhecer as leis era entendê-las e caso julgassem alguma lei ineficiente, deviam propor alterações com ajuda dos concidadãos. Ele abordava o conceito da liberdade e destacava que, se os cidadãos pertenciam à cidade, é porque eles a queriam, uma vez que eram livres para a deixar, caso não a desejassem (VERGNIÈRES, 1998 apud TENÓRIO, 2007).

Já Platão, discípulo de Sócrates, desenvolveu a idéia de uma cidade justa baseada no conceito do bem, na qual os homens não eram caracterizados pelos direitos, mas sim pelas obrigações e deviam fazer aquilo que achavam que era bom. Ele defendia o governo dos sábios ou filósofos e questionava a competência do povo simples para tomar decisões políticas, alegando que, para governar, seria preciso ter ciência (TENÓRIO, 2007).

Ainda de acordo com o referido autor, mantendo a abordagem sobre o pensamento grego, Aristóteles, discípulo de Platão, defendia que o homem era um animal político, um animal social e só podia exercitar sua moral no convívio da comunidade política e social. Para ele, o objetivo da atividade humana era o bem supremo. Ele pregava a hierarquização do povo e que só podiam ser considerados cidadãos aqueles que, por serem justos e cultos, participassem das deliberações do exercício do poder.

As cidades gregas não eram um exemplo de democracia, uma vez que elas só admitiam como cidadão os filhos de pai e mãe atenienses e que não fossem escravos ou imigrantes (TENÓRIO, 2007).

Em Roma (séculos III a.C. e I d.C.), o conceito de cidadania evoluiu, atingindo todos os integrantes do império, independente de estarem em Roma ou em território conquistado.

Bovero (2002), apud Tenório (2007), registra: “Do *polites* (cidadão) grego ao *civis* (cidadão) latino, do *zoón politikón* (animal político) ao *homo legalis* (homem conduzido pelas leis), a cidadania passa a ser um estatuto jurídico, mais que uma

exigência de implicação política, uma base para reclamar direitos, e não (apenas) um vínculo que pede responsabilidades.”

2.1.1. Ética e Cidadania

“Aquele que ante a possibilidade de lucro pensa no correto; que ante o perigo está preparado para dar a vida; e que não esquece um compromisso antigo, não importa há quanto tempo o tenha assumido – tal homem deve ser visto como um homem completo.” (CONFÚCIO, apud LOBOS, 2003).

Ética, em grego, significa *ethos*, que designa a morada humana. É uma reflexão crítica sobre a moralidade. É um conjunto de princípios e disposições voltados para a ação, historicamente produzidos, para balizar as ações humanas (SEIXAS, 2000).

O referido autor faz uma reflexão sobre ética e moral: “Entre a moral e a ética há uma tensão permanente: a ação moral busca uma compreensão e uma justificação crítica universal e a ética, por sua vez, exerce uma permanente vigilância crítica sobre a moral, para reforçá-la ou transformá-la.” (p. 07)

E continua: “A ética tem sido o principal regulador do desenvolvimento histórico-cultural da humanidade. Sem ética, ou seja, sem a referência a princípios humanitários fundamentais comuns a todos os povos, nações, religiões etc, a humanidade já teria se despedaçado até à auto-destruição.” (p. 07)

Ao contrário do que se percebe nos noticiários, com as denúncias de corrupção e sensação de impunidade, as lideranças políticas têm que servir de exemplo de ética para toda a sociedade. Os padrões éticos que podem consolidar a democracia e fortalecer a cidadania devem nortear todas as ações, com o objetivo de diminuir a desigualdade social existente (SEIXAS, 2000).

Tais preceitos podem ser encontrados no artigo 3º. da Constituição de 1988: “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.”

Embora exista clara evolução nos princípios éticos da nossa sociedade, com ampliação da cidadania, podendo ser citada a escravidão que era legal no Brasil até 120 anos atrás, o direito ao voto das mulheres, que foi conquistado há 76 anos e dos analfabetos apenas há 23 anos, ainda existem direitos civis, políticos e sociais, que nem sempre se realizam como direitos reais.

A citada seqüência de direitos civis, políticos e sociais (MARSHALL, apud TENÓRIO, 2007), obedece a uma lógica: com base no exercício dos direitos civis, os ingleses reivindicaram o direito de votar e participar do governo, o que permitiu a eleição de operários e a criação do Partido Trabalhista, que introduziu os direitos sociais.

Já no Brasil, a aquisição dos direitos seguiu outra seqüência: Getúlio Vargas instituiu os direitos sociais (anos 30), a seguir expandiram-se os direitos políticos (final da ditadura militar) e, por último, vieram os direitos civis.

A cidadania não é uma realidade efetiva para todos. Sua efetivação e a consciência coletiva dessa condição são indicadores do desenvolvimento moral e ético de uma sociedade, podendo ser destacado o desafio ético de uma nação: universalizar os direitos reais, permitindo a todos a cidadania plena, cotidiana e ativa (SEIXAS, 2000).

2.1.2. Democracia

Habermas (2004, apud TENÓRIO, 2007, p.57) diferencia a democracia sob as perspectivas liberal e republicana.

De acordo com a perspectiva liberal, ele tem como objetivo orientar o governo no interesse da sociedade. O governo é representado pela administração pública e a

sociedade como uma rede de interações entre particulares, estruturada à semelhança do mercado, cabendo à política a função de unir e motivar os interesses privados contra um aparato governamental especializado no uso administrativo do poder para fins coletivos.

Já na perspectiva republicana, a política implica mais que função mediadora; é concebida como a forma reflexiva da vida ética substantiva, como o meio pelo qual os membros de comunidades, mais ou menos integradas, tornam-se conscientes de sua mútua dependência. Os interesses individuais são substituídos pela solidariedade e pela orientação em direção ao bem comum.

2.1.3. Democracia Representativa

Entende-se como democracia representativa o processo originado na prática periódica de votações para eleição dos representantes do povo, com o objetivo de que ele seja representado no congresso, assembleias legislativas e câmaras de vereadores (TENÓRIO, 2007, p. 64).

O problema existente nesse modelo é que as decisões podem ser tomadas sem aprofundamento no debate e que a população seja ouvida. Ele pode levar o cidadão à alienação política e as matérias votadas e projetos implantados seguem o ponto de vista das autoridades legalmente constituídas.

2.1.4. Democracia Deliberativa

A democracia deliberativa é o processo que procura se apoiar nas concepções de cidadania liberal e cidadania republicana (TENÓRIO, 2007, p.65).

Ainda de acordo com o autor, “a cidadania deliberativa significa que a legitimidade das decisões políticas deve ter origem em processos de discussão, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum.” (p. 55)

Ela une os cidadãos em torno de um auto-entendimento ético e se fundamenta numa rede de debates e de negociações, a qual deve possibilitar a solução racional de questões pragmáticas, éticas e morais. É mais lenta que a decisão unilateral, mas traz resultados concretos e atende ao preceito de desenvolvimento local com cidadania.

Com a transformação do cidadão passivo em ativo, isto é, cidadão deliberativo, é possível administrar um município, estado ou país com competência, sem necessidade de seguir os “profetas econômicos” da sociedade atual, seguidores do “deus mercado” e que pregam a “lei do mais forte”, a necessidade de se “trabalhar com estratégias” e transformam o cidadão em um “cliente”, com poder de comprar e vender (TENÓRIO, 2007, p. 65).

O autor prega uma integração da democracia representativa e da democracia deliberativa (participativa), porque apenas o debate parlamentar no Congresso, na Assembleia Legislativa e na Câmara de Vereadores é incapaz de identificar quais são os reais problemas de uma comunidade. Com isso, pode-se viabilizar uma administração pública ampliada, que incentive a participação dos interessados nos processos decisórios.

2.2. Administração

2.2.1. Administração Privada x Administração Pública

O Dicionário de Ciências Sociais FGV/MEC (1987) registra que o termo “administração” é mais utilizado para se referir às atividades de gestão ou ampla direção. No sentido mais restrito, ele pode ser utilizado para indicar funções especiais de planejamento e supervisão de alto nível.

Com relação à administração pública, ele aponta dois sentidos para sua utilização: para indicar o setor de administração que está expressamente ligado ao governo ou ao Estado e para indicar o estudo sistemático desse campo.

Existe uma linha divisória clara entre administração pública e administração privada: enquanto o administrador privado tem liberdade para interpretar a lei, o administrador público tem bem definidos em lei seus deveres e responsabilidades.

A administração pública será mais eficiente e seus serviços serão de melhor qualidade se adotar uma mudança na cultura burocrática para a gerencial (tabela 1), com utilização dos novos instrumentos de gestão.

Tabela 1 – Características dos Modelos de Administração Pública

Paradigma Burocrático da Administração Pública	Administração Pública Gerencial (ou paradigma pós-burocrático)
Baseia-se na noção geral de interesse público	Busca obter resultados valorizados pelos cidadãos
Eficiência	Qualidade e valor
Administração	Produção
Controle	Ganhar adesão a normas
Especificar funções, autoridade e estrutura	Identificar missão, serviços, usuários e resultados
Justificar custos	Transferir valor
Garantir cumprimento de responsabilidade	Criar a <i>accountability</i> Fortalecer as relações de trabalho
Sugerir regras e procedimentos	Compreender e aplicar normas Identificar e resolver problemas Melhorar continuamente os processos
Operar sistemas administrativos	Separar serviços e controle Criar apoio para normas Ampliar a escolha do usuário Encorajar ação coletiva Criar incentivos Definir, medir e analisar resultados
Estrutura hierárquica	Redução de níveis hierárquicos. Gestão participativa
Definição rígida e fragmentada de cargos Alta especialização	Multifuncionalidade Flexibilidade nas relações de trabalho
Chefias zelam pelo cumprimento de normas e procedimentos	Gerentes incentivam a obtenção de resultados e animam as equipes

Fonte: Pacheco (1999)

2.2.2. Administração Municipal

O Brasil moderno parece um caleidoscópio de muitas épocas, formas de vida e trabalho, modos de ser e pensar. A herança do escravismo é preponderante na cultura brasileira, mas a cultura indígena e a dos imigrantes também merecem destaque. Trata-se de um país continental, com rica diversidade regional e uma miscigenação étnica e cultural. Tal heterogeneidade pode ser percebida entre regiões, dentro de um mesmo estado e até mesmo nas grandes metrópoles, o que torna o processo de gestão bastante complexo.

O administrador municipal encontrará diversos desafios ao assumir seu mandato, como: econômicos, sociais, políticos, administrativos, da sustentabilidade, da justiça social, da articulação regional e tantos outros. Ele precisará conhecer os problemas de seu município, como funciona a máquina pública, como está estruturada a prefeitura municipal, a capacitação dos servidores municipais e montar uma equipe de secretários que tenha condições de dar o suporte à gestão municipal.

O fim do tradicional padrão tecnocrático-centralizado-autoritário trouxe alguns modelos de planejamento urbano que pretendem ocupar esse espaço, podendo destacar o planejamento participativo e o planejamento estratégico (VAINER, 2007).

Na administração participativa, os cidadãos são ouvidos nos diversos conselhos municipais, têm condições de levar ao executivo os problemas e principais necessidades da população, atuam na elaboração do orçamento participativo e não ficam passivos, esperando que o poder público tenha a solução para tudo.

Já os defensores do planejamento estratégico afirmam que o cidadão não tem formação suficiente para agregar valor no processo de gestão e defendem que o município dê lucro, com a adoção de uma gestão eficiente e eficaz, que faça a leitura dos cenários mundial, brasileiro e local, identifique as principais ameaças e oportunidades ao município, suas forças e fraquezas e utilize as diversas ferramentas de gestão, hierarquizando as ações prioritárias a serem implementadas.

A utilização de um administrador municipal especializado, para atuar em sintonia com o prefeito municipal, também é um modelo adotado por alguns municípios do Brasil e no mundo. A idéia do gerente de cidade surgiu em 1931 em São Francisco, Califórnia e ganhou notoriedade em 1938, após sua implantação pelo condado de Los Angeles. Essa iniciativa tem sido difundida no Brasil pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), com realização de cursos de Pós-Graduação, especialmente para gestores públicos. Foram solicitadas, à referida instituição, informações sobre municípios nos quais o programa Gerente de Cidade foi implantado, período e resultados, mas não houve resposta com a indicação solicitada. Após pesquisa em revistas especializadas sobre a matéria, foi encaminhada consulta à prefeitura de Ribeirão Preto, que informou ter utilizado o modelo no período de 1997 e 1998, através da Secretaria de Obras e Serviços, com designação de 60 (sessenta) funcionários de diversos setores da administração direta e autarquias, firmado convênio com a FAAP para qualificação dos funcionários, investindo em qualidade da administração, mas o programa não teve continuidade, principalmente por ter sido unânime na dissertação dos funcionários qualificados, a sugestão da criação do Instituto Gerente de Cidade para coordenação das atividades de gestão municipal, o que não foi acatado pelo executivo local.

Campagnone (1999) cita Lordello de Mello, que desde 1960 analisava a inclusão de um funcionário especialmente treinado para assumir um cargo a que ele chamou de administrador-chefe, na estrutura administrativa do município brasileiro. A forma conselho/prefeito foi a que apresentou maior similaridade com a realidade de governo câmara/prefeito no Brasil. A participação de um profissional especialista em administração municipal é uma alternativa para melhorar a qualidade da gestão local, que enfrenta diversos desafios (econômicos, sociais, políticos, administrativos, da sustentabilidade, da justiça social, da articulação regional).

Bremaeker (1999, p. 46) destaca como característica do setor público brasileiro a permanente dificuldade de manter equilibradas suas finanças e com a estabilidade econômica trazida pelo Plano Real. Este problema ficou mais evidente ainda, pois com a inflação medida por um índice anual de apenas um dígito, é muito difícil conseguir recuperar o equilíbrio financeiro, se houver algum desequilíbrio fiscal ou erro de programação. Deve ser lembrado que o descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal pode trazer sérias conseqüências para o prefeito.

Também devem ser destacados alguns fatores, além do financeiro, que contribuem para dificultar a gestão municipal:

- A falta da cultura do planejamento nos administradores municipais;
- A inexistência de equipes multidisciplinares;
- Alguns prefeitos, ao assumirem seus mandatos, não aproveitam funcionários com alguma experiência, por questões políticas, gerando um hiato no saber e descontinuidade na administração de projetos e atividades;
- A desmotivação de grande parte dos empregados, que pode ser explicada pela falta de perspectiva de crescimento na carreira ou pela acomodação, devido à inexistência de metas específicas e conseqüências pelo resultado de seu trabalho;
- Há apenas pequena parcela do funcionalismo público que se interessa pelo auto-desenvolvimento e pela qualificação profissional;

- A inexistência de uma visão de futuro compartilhada, que faça toda equipe se sentir parte da administração e com um sentido real para seu trabalho;
- A resistência de alguns prefeitos à inclusão da população na participação da gestão local;
- A passividade de grande parte da população, que opta por ser representada e não procura tomar parte nas decisões no âmbito de seu município.

Todos estes pontos são obstáculos aos prefeitos e secretários, que precisam dedicar grande parte do seu tempo organizando secretarias e tentando identificar quais são os funcionários que poderão contribuir com a administração, como funciona a máquina pública e quais são as prioridades da população.

Fica patente a necessidade de revisão do pacto federativo e da qualificação do administrador municipal e de sua equipe, para alcance do equilíbrio financeiro, além da adoção de medidas que viabilizem o atendimento às demandas crescentes dos cidadãos.

Neste trabalho, será verificado o que pode ser utilizado dos modelos abordados como subsídio ao executivo local, para desenvolvimento do planejamento e gerenciamento do município, partindo das necessidades sinalizadas pela população e da vocação natural de Barra do Piraí.

2.3. Desenvolvimento Local Sustentável (DLS)

2.3.1. Crescimento Econômico

O crescimento econômico reflete apenas o crescimento quantitativo do valor da produção, ao longo do tempo.

Se o Produto Interno Bruto (PIB) de um país crescer mais do que sua população, considera-se que houve crescimento.

Nessa avaliação, ainda deve-se também levar em consideração o expurgo da inflação, calculando-se a variação real do PIB, para verificar se houve de fato aumento das quantidades produzidas.

2.3.2. Desenvolvimento Econômico

O desenvolvimento econômico reflete as mudanças na economia e na sociedade, e tem uma conotação qualitativa, pois desenvolver significa melhorar a qualidade de vida da população.

O grau de distribuição da renda de uma sociedade pode ser medido pelo índice de GINI. Ele varia de zero a um, em uma escala na qual “zero” significaria distribuição igualitária e “um” a concentração absoluta.

Desenvolvimento é um processo de transformação econômica, política e social, através do qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo (TENÓRIO, 2007).

Dentre os diversos desafios enfrentados pelos gestores municipais, pode-se destacar o desenvolvimento econômico, porque ele interfere no atendimento às demandas dos cidadãos.

O Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM, 1999, p. 14) associa ao desenvolvimento econômico a capacidade de geração de trabalho e renda e a expansão da economia informal, que traz diversos problemas aos municípios.

2.3.3. Desenvolvimento Econômico Local

O Desenvolvimento Econômico Local (DEL) é a procura pelo reforço da potencialidade do território, mediante ações endógenas, articuladas pela sociedade civil, poder público e o mercado. São necessários esforços articulados dos atores estatais e da sociedade, para avançar em projetos provenientes da negociação de interesses, mesmo que divergentes e em conflito (TENÓRIO, 2007).

É necessário o realinhamento progressivo de ocupações informais no novo desenho para a economia formal e, por consequência, para a ampliação da base tributária local e a diminuição das pressões populares por investimentos públicos (IBAM, 1999).

A dicotomia entre global e local deve ser encarada como parte de um mesmo processo. Apesar das economias das nações industrializadas tornarem-se crescentemente interligadas, por meio do comércio global e dos produtos globais, a globalização não é um fato acabado e sim uma forte tendência, que desde os anos setenta vem ocorrendo e com maior intensidade nos anos oitenta.

Ela não é boa nem ruim, depende da capacidade de resposta e da articulação de cada estado nacional ou mesmo do poder local. Pode-se citar como exemplo positivo os países do Leste Asiático, que aderiram à globalização dentro do seu próprio ritmo. Já os países que aceitaram abrir seu mercado indiscriminadamente antes de fortalecer determinados segmentos, amargaram graves problemas.

As nações desenvolvidas, especialmente os Estados Unidos, a Inglaterra e a Alemanha, assumiram a liderança do programa de globalização, ancorado nas idéias neoliberais, que pregam a retirada do estado da economia. O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), também conhecido como Banco Mundial, foram utilizados para pressionar os países a aderirem ao programa e ajustar suas economias, sem avaliar os problemas sociais decorrentes da recessão a que muitas nações se viam lançadas.

Na década de 80 o Brasil vivia o fim do regime militar e a lacuna existente no modelo adotado no período ditatorial foi preenchida com a filosofia neoliberal, que pregava a redução do tamanho do estado, que era ineficiente, deixando que o próprio mercado se regulasse, a busca pela eficiência, pela qualidade total, pela terceirização de atividades no setor privado e pela estabilização da economia. Foi promovida a desregulamentação da economia e diversos processos de privatização, cuja transparência até hoje é cobrada.

Para conter a inflação, foram utilizadas políticas monetárias (diminuição da quantidade de dinheiro na economia, com controle na emissão de moeda, limitação de empréstimos e aumento do depósito compulsório dos bancos) e fiscais (aumento dos impostos e corte dos gastos do governo com despesas correntes), além da abertura do mercado, para trazer maior quantidade e variedade de produtos. Essa abertura do mercado também traria a melhoria da qualidade nos produtos existentes no país e forçaria as empresas a se modernizarem para manter a competitividade.

Além do enxugamento do Estado, houve uma implantação de programas de reengenharia das organizações, diminuindo também o tamanho das empresas privadas e a adoção de terceirização de atividades.

Com essas medidas houve incremento no desemprego e na economia informal, arrocho salarial, imposição de uma das maiores taxas de juros reais do mundo, enfraquecimento dos sindicatos e fechamento de empresas que não tinham condições de disputar o mercado com produtos das economias mais desenvolvidas, trazendo agravamento à exclusão social, a que a população já era submetida.

Araújo (2005: 45) destaca que a presença das políticas de DEL no contexto político e acadêmico vem ganhando espaço e relevância com a implantação de programas pelo governo federal, estados e municípios, principalmente devido ao processo de perda de dinamismo da economia.

Instituições como o BIRD e o IBAM procuram divulgar idéias e programas para promoção de políticas de desenvolvimento local.

Essas instituições têm diversas idéias convergentes, mas existe um posicionamento bastante divergente quanto ao tratamento do governo federal no desenvolvimento econômico local: enquanto o Banco Mundial considera que o poder local deve ter atuação em sintonia com as políticas do governo central, para contribuir

com o dinamismo da economia nacional, o IBAM entende que o espaço é o grande elemento estratégico, a partir da globalização econômica, o que insere o “local diretamente com o global”, de forma que o Estado Nacional perde posição e desaparece na discussão de desenvolvimento econômico (ARAÚJO, 2005, p. 45)

Ele ainda destaca as recomendações do Banco Mundial e do IBAM, para o DEL:

- Sugestões do BIRD:
 - Investimento gerando clima para implantação de negócios;
 - Apoio aos pequenos e médios negócios;
 - Incentivo a novos empreendimentos;
 - Atração de investimentos nacionais e internacionais;
 - Investimento em infra-estrutura física;
 - Investimento no aprimoramento dos recursos humanos;
 - Favorecimento do crescimento de *clusters* específicos;
 - Estimulo à regeneração de regiões das cidades;
 - Suporte ao mercado informal; e
 - Apoio aos grupos desfavorecidos das cidades.
- Sugestões do IBAM:
 - Elaboração de um planejamento estratégico para ser utilizado como instrumento de DEL;
 - Controle das ações feito pelo prefeito municipal;
 - Criação de uma Agência de Desenvolvimento Local (ADL), com o objetivo de constituir-se em um elemento integrador dos diversos tipos de trabalho.

Esses são modelos prontos e têm como maior ponto fraco o não-envolvimento da população local nas discussões dos problemas.

Vainer (2002) aborda o tema das escalas, destacando que, no início do século passado, a polarização era entre escala nacional e escala internacional; hoje, o debate é entre local e global, com menor participação para as escalas nacional ou regional e traça diversas considerações sobre a escolha da escala para a ação política eficaz nos campos econômico e social.

Os globalistas defendem que a sociedade contemporânea está articulada em uma sociedade global e que deve ser construída e fortalecida a cidadania global, uma vez que o Estado nacional não mais consegue atender os desafios políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais (VAINER, 2002).

No outro pólo encontram-se os localistas, que defendem as identidades locais, o patriotismo de cidades e o regionalismo. Borja et al (1997 apud VAINER, 2002) apontam a produtividade e a competitividade econômicas, a integração sociocultural e a representação e gestão políticas como argumentos que privilegiam a estratégia do local, uma vez que os governos locais podem atrair empresas, oferecer base histórica e cultural para a integração dos indivíduos, de forma mais eficaz que qualquer outra instituição.

Já os nacionalistas afirmam que os globalistas e localistas estão fazendo o jogo da própria globalização, que busca enfraquecer o Estado nacional, que é a única escala e instituição escalar que pode construir alternativas viáveis ao capitalismo globalitário e fragmentador (VAINER, 2002).

Independente do ponto de vista adotado, deve ficar claro que os processos econômicos, políticos, sociais e culturais têm dimensões transescalares e qualquer projeto de transformação exige táticas em cada uma das escalas (VAINER, 2002).

Cada cidade é campo e objeto de relações de geração e apropriação de recursos, devido à estrutura do poder e relações entre os diversos atores e nela está a escala para construção de estratégias transescalares e de sujeitos políticos aptos a operarem de forma articulada com coalizões e alianças em múltiplas escalas (VAINER, 2002).

Vainer (2007) propõe alternativas que rompam com a perspectiva de competição entre os lugares, com utilização do marketing e políticas predatórias. Os objetivos do governo local (comprometido com a diminuição das desigualdades e construção de alternativas societárias) partem de uma política local baseada em uma estratégia transescalar. São eles:

- “redução das desigualdades e melhoria das condições (materiais e imateriais) de vida das classes trabalhadoras;
- avanço e radicalização de dinâmicas sociais, políticas, culturais, que propiciem a organização e a luta populares;
- enfraquecimento dos grupos e coalizões dominantes.” (p.29)

Refletir e discutir a melhor forma de fazer a globalização, sem aceitar imposições de organismos externos ou adotar postura ideológica com relação a ela, é a forma de trazer ganhos para o desenvolvimento regional, sempre com o objetivo de se conquistar o desenvolvimento com inclusão social, uma vez que as diferenças existentes na população são enormes e os excluídos não têm condições de se defenderem sem o apoio do Estado.

2.3.4. Desenvolvimento Local Sustentável

Para haver desenvolvimento sustentável é necessário que, aliada à melhoria da qualidade de vida da população, exista a preservação da qualidade ambiental e para a existência do DLS, é importante a participação de atores locais, com capacidade de iniciativas e propostas socioeconômicas que promovam as potencialidades locais, com o objetivo da melhoria da qualidade de vida da população, sem prejuízo para o meio ambiente.

Atores locais são todos que, no campo político, econômico, social e cultural, são portadores e fomentadores das potencialidades locais.

Viver em um mundo globalizado requer que os prefeitos atuem com muita competência, seguindo a orientação de um planejamento de longo prazo, tomando decisões que levem em consideração as necessidades locais, para fortalecer a economia municipal e fazer sua inserção, de forma não predatória, nos mercados de produção e consumo.

Tenório (2007) aponta que o DLS pode ser alcançado com a ação concertada entre o poder público local (executivo, legislativo e judiciário), sociedade civil organizada (associações comunitárias, organizações não-governamentais, organizações religiosas, sindicatos etc.) e o mercado (empresários, associações comerciais, associações industriais etc.).

Ele destaca os aspectos positivos e negativos para o alcance do DLS, levando-se em consideração diversas variáveis:

- Cidadania - Aspectos Positivos:
 - Conhecimento dos direitos civis, sociais e políticos;
 - Controle social das políticas públicas;
 - Interesse pelo desenvolvimento sustentável;
 - Participação popular;

- Valoriza a criação de redes no município;
- Valoriza as questões sociais.
- Cidadania - Aspectos Negativos:
 - Alienação social;
 - Carência de identidade comum;
 - Crise de legitimidade dos poderes públicos constituídos;
 - Desprestígio da política no imaginário coletivo;
 - Exclusão econômica, social, cultural e política;
 - Imagem do prefeito: distanciamento da comunidade;
 - Individualismo;
 - Internalização precária do conceito de cidadania (não existe consciência de direitos e deveres);
 - A participação como um meio para obtenção de poder;
 - Valores tradicionais (assistencialismo, clientelismo, paternalismo, coronelismo, machismo, entre outros);
 - Visão negativa da participação dada sua associação com políticas partidárias.
- Sociedade Civil - Aspectos Positivos:
 - Boa relação com o poder público;
 - Construção de redes;
 - Capacidade de articulação;
 - Conhecimento da realidade local;
 - Empoderamento da liderança local;
 - Existência de organizações da sociedade civil;
 - Fortalecimento da cidadania;
 - Negociação entre atores sociais;
 - Predomínio dos interesses coletivos sobre os individuais;
 - Preocupação com o desenvolvimento sustentável;
 - Presença de movimentos sociais;
 - Valorização da diversidade cultural;
 - Valorização da diversidade geográfica.
- Sociedade Civil - Aspectos Negativos:
 - Assimetria de informação;
 - Carência de iniciativas;
 - Descontinuidade dos projetos;
 - Divergência de interesses;
 - Falta de apoio da população;
 - Falta de capacitação;

- Falta de coordenação com o município;
 - Inexistência de canais de comunicação;
 - Inexistência de promoção do desenvolvimento humano;
 - Não acompanhamento da legislação por parte das organizações da sociedade civil;
 - Participação condicionada por instituições que desenvolvem os programas;
 - Resistência à participação;
 - Valores tradicionais;
 - Vinculação entre organizações da sociedade civil e partidos políticos.
- Poder Público - Aspectos Positivos:
 - Atendimento das necessidades segundo o território;
 - Comprometimento do quadro funcional com a coisa pública;
 - Dialogo com o mercado e a sociedade civil;
 - Dialogo com outros poderes públicos;
 - Democratização do poder público;
 - Descentralização;
 - Estimula a criação de redes;
 - Existência de conselhos, consórcios, câmaras, agências de desenvolvimento, fóruns, entre outros;
 - Flexibilização;
 - Prática dos direitos civis e sociais;
 - Projetos de inclusão social;
 - Promoção da identidade local;
 - Promoção da vocação econômica;
 - Reconhecimento das organizações da sociedade civil;
 - Trabalhar com instrumentos de planejamento;
 - Trabalhar com métodos participativos (orçamento participativo, planejamento participativo, entre outros).
 - Poder Público - Aspectos Negativos:
 - Assimetria de informação interna;
 - Assimetria de informação entre municípios;
 - Ausência do poder Legislativo no cotidiano local;
 - Ausência do prefeito no cotidiano local;
 - Conflito de competências entre os poderes públicos;
 - Crise de representatividade dos poderes públicos;
 - Cultura organizacional burocratizada;
 - Decisões não atendem à diversidade cultural e geográfica;

- Dependência do poder público estadual;
 - Dependência do poder público federal;
 - Desconhecimento das políticas públicas dos governos estadual e federal;
 - Descontinuidade de programas e projetos;
 - Entendimento de que a participação diminui o poder da autoridade local;
 - Falta de acompanhamento de programas e projetos;
 - Falta de atuação no fortalecimento da comunidade;
 - Falta de capacitação do quadro funcional;
 - Falta de sensibilidade social;
 - Inexistência de canais de comunicação;
 - Inexistência de uma política municipal que orienta o desenvolvimento local;
 - “Marketing” da participação;
 - Políticas, programas e projetos compensatórios;
 - Políticas públicas excludentes;
 - Valores tradicionais;
 - Visão economicista das políticas públicas.
- Mercado - Aspectos Positivos:
 - Boa relação com o poder público;
 - Construção de redes;
 - Capacidade de articulação;
 - Diálogo com poder público e a sociedade civil;
 - Flexibilização;
 - Interesse pelo desenvolvimento sustentável;
 - Modernização;
 - Práticas de responsabilidade social corporativa;
 - Trabalhar com instrumentos de planejamento.
- Mercado - Aspectos Negativos:
 - Carência de iniciativas;
 - Cultura organizacional burocratizada;
 - Desconhecimento do potencial do território;
 - Dificuldade de obtenção de crédito;
 - Exploração predatória dos bens naturais;
 - Falta de capacitação;
 - Falta de coordenação com o município;
 - Falta de sensibilidade social;

- Não cumprimento da legislação por parte das empresas: impostos, taxas, trabalho, meio ambiente, entre outros;
- Responsabilidade social corporativa como estratégia.
- Potencial do Território - Aspectos Positivos:
 - Existência de parceiros;
 - Existência de redes;
 - Extensão rural;
 - Infra-estrutura econômica;
 - Infra-estrutura social (saúde, educação, cultural e assistencial);
 - Legislação;
 - Manifestações culturais e religiosas;
 - Potencial turístico;
 - Recursos humanos;
 - Recursos naturais;
 - Saneamento básico;
 - Vocação econômica.
- Potencial do Território - Aspectos Negativos:
 - Burocratização;
 - Concentração de serviços nas capitais;
 - Concentração de serviços nas cidades-polo;
 - Dependência do poder público na geração de empregos;
 - Desconhecimento do potencial do território;
 - Exploração predatória dos bens naturais;
 - Êxodo rural;
 - Monocultura.

Com a análise dos principais facilitadores e dificultadores, nas diversas dimensões e com a participação efetiva das lideranças locais, os gestores públicos terão condições de elaborar um planejamento com objetos e metas claras e bem definidas, para alcançar o DLS,

2.4. Planejamento

A primeira ação a ser adotada pelo gestor é verificar se a empresa/município possui uma missão e se ela representa seus principais objetivos. Nela devem estar presentes os “clientes”, os princípios e os valores adotados pela instituição.

Mas não é suficiente a existência de uma missão, porque ela está relacionada com o presente. É fundamental pensar no futuro, antecipando-se aos fatos, diminuindo os riscos e preparando a empresa/município para o futuro.

Lobato (1997, p. 16) afirma que os executivos de uma empresa ou o gestor de uma empresa pública, devem ter uma visão daquilo que se descortina ser sua missão de futuro. É necessário ter o controle estratégico sobre o futuro. A visão do futuro pode ser

identificada com o “sonho” da empresa, que gera, *a posteriori*, a sua missão e os seus objetivos difusos e concretos.

Atualmente a elaboração do planejamento e de cenários está se tornando muito difundida nos diversos setores, especialmente no meio acadêmico e no ambiente empresarial, mas não basta ao empresário, administrador ou gestor público elaborar o planejamento; é preciso colocar em prática as diversas ações elencadas e esse é um ponto que pode levar ao fracasso muitas administrações.

Souza (2004, p. 45) destaca que planejamento e gestão não são termos intercambiáveis, por possuírem referenciais temporais distintos e por se referirem a diferentes tipos de atividades. Planejar significa simular os desdobramentos de um processo para obter benefícios, o que remete ao futuro. Já gerir significa administrar uma situação com os recursos disponíveis, com base no planejamento feito, o que remete ao presente. O planejamento é a preparação para a gestão futura, buscando-se evitar ou minimizar problemas e ampliar margens de manobra.

Gestão também não deve ser confundida com gerenciamento. Bucci (2006, p. 336) define que na gestão existe grande amplitude de responsabilidades de coordenação e planejamento; já o gerenciamento é mais usual na tradição das cidades brasileiras, refere-se à simples execução cotidiana de tarefas e serviços de administração.

Essa dificuldade presente nos administradores públicos pode ser dividida em duas categorias básicas: administrativa e estratégica. A administrativa envolve a incompetência nas operações do dia-a-dia. A estratégica decorre de processos, sem considerar o planejamento estratégico ou planejamento feito sem critério, dificuldades de implantar as ações previstas no plano, ausência de mecanismos de avaliações e ajustes (WALTER e CHOATE, 1998 apud LOPES, 1998).

Vainer (2007) aponta alguns modelos que hoje são utilizados, substituindo o padrão do período autoritário, com destaque para o planejamento estratégico e o planejamento participativo.

2.4.1. Planejamento Estratégico

A origem da palavra “estratégia” é a ação militar em tempos de guerra. Lopes (1998, p. 75) destaca a definição dos gregos, como um conjunto de manobras, ou um esquema utilizado para obter vantagens sobre um inimigo em combate. Na China, nos anos 500 a.C., Sun Tzu definiu os seus treze princípios da arte da guerra, estabelecendo o primeiro conjunto organizado de ações estratégicas.

Lopes (1998, p. 75) ressalta ainda que o primeiro pensador a utilizar a ação estratégica na política foi Maquiavel e, a partir da Segunda Guerra Mundial, com o desenvolvimento da pesquisa operacional, teoria dos jogos e análise de sistemas. A ação estratégica passou a ser usada de forma extensiva, envolvendo também a otimização do manuseio de estoques de todo o tipo.

Após a definição de estratégia, planejamento, gestão e gerenciamento, deve ser identificado o principal desafio na gestão dos governos locais. Lopes (1988, p. 51) aponta esse desafio como a capacidade de definir e implantar estratégias competitivas com uma visão global. Na nova sociedade em rede, a cidade precisa estar estrategicamente posicionada, com capacidade de competir com sucesso. Os governos locais são os mais aptos para tal tarefa, mas é indispensável que tenham uma visão clara e coerente dos problemas gerados pela superposição de geometrias urbanas fixas e dos fluxos econômicos de geometria variável, que caracterizam o espaço local e global das cidades.

Segundo Carlos Matus, criador da teoria do Planejamento Estratégico Situacional (PES), o planejamento deve ser entendido como a constante articulação da estratégia e da tática, que são elementos fundamentais em um sistema onde os sujeitos planejam e cada um possui objetivos distintos, gerando uma relação de forças. Para alcançar uma situação-objetivo torna-se necessário vencer a resistência do oponente ou

obter sua cooperação, o que envolve conflito e/ou cooperação. Partindo-se da explicação situacional, cada ator distingue e seleciona problemas numa perspectiva particular e desenvolve ações para alcançar as mudanças intencionadas. No centro do plano estão os problemas e as operações para enfrentá-los. É um jogo social onde a eficácia da ação de um jogador depende das ações do outro e através do cálculo interativo deve-se buscar desvendar o “código operacional” do oponente, que passa a conduzir os cálculos sobre a sua estratégia. (GONÇALVES, 2005)

O autor esclarece que os jogadores devem calcular cuidadosamente a melhor alternativa, antes de qualquer ação, uma vez que entre a situação-inicial e a situação-objetivo existem diversas trajetórias possíveis. O objetivo do planejamento deve ser o presente e não o futuro, por isto o cálculo sobre o presente deve ser dominante no plano de ação que intenciona a mudança situacional. Ele afirma que Matus pretende resgatar o sentido prático do planejamento, centrando a atenção no processo de governo e planejamento, onde o plano estará sempre pronto, mas sempre em processo de revisão.

Gonçalves também destaca que a simulação de cenários é indispensável para exploração do futuro e escolha da melhor alternativa. Ele é composto por variáveis que não são passíveis de escolha, mas servirá para melhor nortear a decisão do gestor.

Essa técnica deve ser utilizada com a função de incorporar as variáveis não controláveis ao cálculo do plano, que deve ser de criação coletiva, democrático e descentralizado com regras estabelecidas para assegurar a coerência global. As regras do jogo social definem espaços de liberdade e igualdade, regulando a relação entre os indivíduos e restringindo a liberdade individual e gerando a possibilidade de desigualdade entre os jogadores, já que os mais fortes usam a liberdade produzindo desigualdades. Geralmente sacrifica-se algo de cada propósito (liberdade e igualdade) na regra política determinante do sistema social. Esse dilema define o grande intercâmbio de problemas que caracteriza a estrutura do jogo social. (GONÇALVES, 2005)

Para Lobato (1997, p. 133), uma empresa que admite a administração estratégica não vê mudanças como ameaças. A administração convencional bloqueia a criatividade e o desenvolvimento gerencial e, para evitar essa situação, as hierarquias e a verticalização excessiva devem ser eliminadas. Os gerentes especialistas devem ser substituídos pelos generalistas e os departamentos divididos em “unidades de negócio”. A delegação de poderes deve ser a regra, sendo cobradas as responsabilidades e os executivos são obrigados a ter uma visão global da organização.

A concepção estratégica compreende a realidade em permanente mudança, conforme abordado por Moisés (1999, p. 319). O adjetivo estratégico qualifica algo que é orientador e estruturante de um conjunto de ações intencionais e articuladas, voltadas ao alcance de objetivos de médio ou longo prazo.

Com relação à utilização do planejamento estratégico pelos gestores municipais, Vainer (2007) destaca: “O modelo vem sendo difundido no Brasil e na América Latina pela ação combinada de diferentes agências multilaterais (BIRD, Habitat) e de consultores internacionais, sobretudo catalães, cujo marketing aciona de maneira sistemática o sucesso de Barcelona.” (p. 75)

Ele afirma que esse modelo é inspirado em conceitos e técnicas oriundos do planejamento empresarial, sistematizados na Harvard Business School e o argumento utilizado por seus defensores para sua adoção é que as cidades estão submetidas às mesmas condições que as empresas.

A experiência de Barcelona, exportada para todo mundo, é uma variante da cidade-empresa-cultural (ARANTES, 2007), que foi implantada nas cidades americanas nos anos sessenta, inspiradas em empresas privadas e utilizando o planejamento estratégico para realização de negócios. Os catalães aproveitaram o *marketing* das Olimpíadas de 1992 para divulgação, que foi feita com muita competência,

especialmente por Manuel de Forn, Jordi Borba, e Manuel Castells, a ponto de muitos acharem que esse modelo teve sua origem em Barcelona.

Os críticos do modelo em questão destacam que os interesses do cidadão, especialmente dos excluídos, não são levados em consideração, sendo priorizadas ações de divulgação do local e atração de investidores. O plano estratégico formaliza a cooperação público-privada e busca o fim da separação rígida entre o setor público e privado, mas privilegia os capitalistas e não os cidadãos (VAINER, 2007, p. 88).

O autor continua destacando que a legitimação da cidadania conferida aos segmentos estratégicos avança com a destituição de grupos com pequena relevância estratégica e que a cidade-empresa segue as tendências de mercado, de forma competitiva, não havendo espaço para controles políticos, ou seja, não são as necessidades da população que norteiam os planejamentos estratégicos e sim os possíveis ganhos no mercado.

Arantes (2007) destaca a grande heterogeneidade social existente no Brasil, que exige foco na ação dos governantes municipais, desaconselhando a atuação com vistas a agenciamento de negócios ou em disputas competitivas com outros municípios. As desigualdades na periferia são muito grandes e, como os investidores buscam mercados solventes, trabalho desregulado e incentivos, não há como conquistar crescimento com justiça social.

Vainer (2007) chama a atenção para a armadilha do modelo, que prega a adoção de um governo local forte, representativo, eficaz, estável e com capacidade de liderança, chamando a população para adotar um projeto consensual que esteja acima do campo das filiações político-partidárias, despertando o sentimento cívico das pessoas. Ele alerta que, enquanto os cidadãos estão divididos com distintas visões ideológicas, projetos de sociedade e prioridades nacionais, é apresentado um modelo fechado, em que quase nada pode ser modificado e imposto para implantação, a exemplo do que ocorreu com o Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro, conduzido pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) e a FIRJAN, que em final de 1993 firmaram acordo para garantir financeiramente a elaboração do trabalho e contrataram a empresa catalã TUBSA para a Direção Executiva do Plano.

Planejamento estratégico pode ser um eufemismo para gentrificação (derivado do inglês *gentry*), que na verdade é uma apropriação do espaço legitimada pelo *upgrading* cultural, através do qual se determina quem sai e quem entra, as agências reguladoras não disciplinam corretores e incorporadores e ainda há incentivo aos proprietários a venderem seus imóveis. O termo gentrificação é freqüentemente substituído por: revitalização, reabilitação, revalorização, reciclagem, promoção, requalificação e até renascença, em uma tentativa de encobrir o sentido original de invasão e reconquista, devido ao retorno das camadas afluentes ao coração das cidades (ARANTES, 2007).

2.4.2. Planejamento Participativo

Nos processos que buscam o desenvolvimento local com cidadania, pratica-se uma gerência baseada no conceito de gestão social, na qual existe a gerência participativa, dialógica e os diferentes sujeitos sociais decidem através do consenso racional.

A concepção participativa entende a realidade em sua globalidade, como resultantes da interação entre as diversas visões parciais dos que participam do processo de planejamento. Estimula a construção coletiva do conhecimento e a participação nas ações.

A Constituição de 1988 forneceu diversos instrumentos para viabilizar a necessária transição do modelo autoritário de administração pública para o modelo participativo, no qual o cidadão é parte integrante nas decisões (TENÓRIO, 2007).

Nessa perspectiva, são destacados os instrumentos jurídicos disponibilizados pela Constituição de 1988 para participação popular:

- Ação Popular (artigo 5º., LXXIII): qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente (artigo 227, caput e § 7º.): estabelece como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.
- Colegiados de Órgãos Públicos (artigo 10): assegura a participação de trabalhadores e empregadores nos colegiados de órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.
- Cultura (artigo 216, § 1º.): prevê a participação da comunidade, juntamente com o poder público, em todas as ações voltadas à defesa e promoção do patrimônio cultural.
- Denúncia de Irregularidades (artigo 74, § 2º.): determina que qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.
- Ensino Público: (artigo 206, VI): admite-se, em caráter genérico, a gestão democrática do ensino público, remetendo-se à lei sua regulamentação.
- Iniciativa Popular: (artigo 14, III, 27 § 4º., 29, XIII e 61 § 2º.): meio de exercer a soberania popular, com a participação popular no processo legislativo, mediante apresentação de projetos de lei para apreciação do poder Legislativo. No caso da União, o projeto popular deve ser subscrito por, no mínimo, 1% do eleitorado nacional distribuído pelo menos em cinco Estados, com não menos de 0,3% do eleitorado de cada um deles. No caso de municípios, a subscrição deve ser de no mínimo 5% dos eleitores.
- Planejamento Público: (artigo 29, § 12º.): estabelece a obrigatoriedade de participação no planejamento público, em âmbito municipal, das associações representativas.
- Plebiscito: (artigos 14, 1, 18, § 3º. e 4º. e 49, XV): consulta popular semelhante ao referendo.
- Política Agrícola: (artigo 187): determina que toda política agrícola deverá ser planejada e executada com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes.
- Referendo: (artigos 14, II e 49, XV): forma de consulta popular em que os projetos de lei aprovados pelo Legislativo devem ser submetidos à aprovação popular para que possam entrar em vigor.
- Seguridade Social: (artigo 194, § único, VII): determina o caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa da seguridade social, ou seja, dos direitos relativos à saúde, previdência e assistência social. O aspecto democrático remete à participação da comunidade, em especial dos trabalhadores, empresários e aposentados na gestão, conforme dispuser a lei de organização de cada setor.

Com relação à legislação municipal, para que exista a participação cidadã, além dos preceitos constitucionais anteriormente citados, foram estabelecidos o Estatuto da

Cidade (artigo 1º. Parágrafo único) e o Plano Diretor (artigo 29, inciso XII), nos quais está prevista a gestão democrática por meio de participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (Art. 2º., II) e a audiência do poder público municipal e da população interessada no processo de implantação de empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, o conforto ou a segurança da população (Art. 2º., XIII).

As possibilidades de arranjos institucionais foram surgindo com o objetivo de promover o desenvolvimento local, pela interação entre poder público, sociedade civil e mercado, sendo destacados por Tenório (2007) os seguintes exemplos:

- ADL: instituição civil de direito privado, sem fins lucrativos, financiada e gerida pelos atores dos municípios e/ou regiões. Apesar de serem administradas como uma empresa, seguem as deliberações de um conselho de administração e diretrizes de uma assembléia geral, sendo seus principais objetivos: gerar novas oportunidades de negócios, apoiando as empresas instaladas na região; elaborar projetos para o desenvolvimento regional e promover articulação com o poder público.
- Agenda 21 Local: processo de desenvolvimento de políticas para o alcance da sustentabilidade, com construção de parcerias entre o poder público e a sociedade civil.
- Conferência: deve representar proporcionalmente todos os setores da sociedade envolvidos com o assunto em discussão. Normalmente são convocados pelo poder Executivo Federal, Estadual ou Municipal, sendo uma resposta à pressão da sociedade civil organizada para a inclusão de suas reivindicações na formulação das políticas.
- Conselhos: esta é uma das mais importantes formas de inclusão popular na formação das políticas públicas. Hoje existem mais conselheiros que vereadores, o que demonstra a dimensão dessa forma de participação popular, que é muito mais acessível aos participantes dos movimentos populares do que a representação parlamentar.
- Consórcios Intermunicipais: são entidades que reúnem diversos municípios para a realização de ações conjuntas, com melhores resultados que se desenvolvidos isoladamente.
- Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES): são instâncias de planejamento e desenvolvimento regional no Estado do Rio Grande do Sul, com o objetivo de articular os atores sociais, políticos e econômicos das regiões, para organizar os segmentos desorganizados, transformando-os em sujeitos coletivos com capacidade de formulação de estratégias de desenvolvimento. Sua atuação é baseada em 28 regiões englobando diversos municípios e macrorregiões. Foram instituídos pela Lei Estadual 10.283, de 17.10.1994.
- Desenvolvimento Local Integrado Sustentável (DLIS): é uma forma de desenvolvimento, que facilita e potencializa a participação coletiva, promove parcerias entre os atores da sociedade civil, de governos e empresas, integrando áreas dispersas e promovendo novas sinergias entre as diversas ações já existentes.
- Fóruns: são espaços nos quais lideranças de um município se reúnem e elaboram um plano de desenvolvimento, definindo uma agenda de ações que inclui a execução de projetos e outras atividades importantes e prioritárias para a região.
- Orçamento Participativo: é uma política participativa em âmbito local, que responde a demandas dos setores desfavorecidos por uma distribuição mais justa dos bens públicos nas cidades brasileiras. Ela se divide em duas etapas: na

primeira, a participação dos interessados é direta, com levantamentos das necessidades de sua região; na segunda, a participação ocorre mediante a constituição de um conselho de delegados.

- Parcerias: ocorrem a partir da cooperação entre movimentos ou Organizações Não- Governamentais (ONGs), capital e poder público e têm como meta repartir o poder de intervir e de decidir entre as instituições parceiras.
- Plano Estratégico Local: instrumento de planejamento para definição de cenários futuros, em uma situação na qual as projeções elaboradas por governos dão lugar às percepções dos diferentes atores locais. As principais questões a serem respondidas são: Onde estamos? Onde gostaríamos de estar?
- Pólo de Desenvolvimento: o pólo é sempre um ponto ou uma área que exerce influência sobre uma região, sendo a mesma interligada com outros complexos agroindustriais, por estradas e canais diversos, possibilitando a circulação de mercadorias, produtos, pessoas e capitais fixos. Um pólo de desenvolvimento tem a capacidade de induzir transformações em sua área de abrangência.
- Redes: conjunto de nós interconectados, uma estrutura aberta capaz de se expandir de forma ilimitada. São iniciativas espontâneas, não induzidas pelo poder público, nas quais há o ordenamento de ações em prol de um mesmo objetivo.

2.4.3. Planejamento Urbano

Em uma retrospectiva ao período entre 1875 e 1906, as elites tinham um plano de obras urbanas que foram executadas por sucessivos governos e visavam à melhoria e embelezamento das cidades. Até nas décadas de 1930 e 1940, identificam-se planos de embelezamento, acompanhados da infra-estrutura urbana, especialmente circulação e saneamento. Foi sob a égide do embelezamento que nasceu o planejamento urbano brasileiro (VILLAÇA, 1999 apud MARICATO, 2007).

Maricato (2007) destaca as principais características do processo de urbanização no Brasil:

- Industrialização com baixos salários e mercado residencial restrito, uma vez que o operário não ganha o suficiente para pagar o preço estipulado pelo mercado por uma moradia;
- As prefeituras têm uma tradição em realizar investimento regressivo, com obras de infra-estrutura urbana, alimentando a especulação fundiária e não a democratização do acesso à terra para moradia.
- Legislação ambígua ou aplicação arbitrária da lei, com tolerância pelo Estado da ocupação das terras urbanas, uma vez que, se fosse exercido o poder de polícia que lhe é investido e a população pobre ficasse sem alternativa nenhuma, haveria uma situação de guerra civil, levando-se em consideração o número de pessoas que vivem de forma irregular.

Com a democratização do Brasil na década de 80 do século passado, a política urbana teve grandes avanços, com o reconhecimento do direito que todos brasileiros têm à moradia e à cidade, com o incentivo à participação da população nos diversos processos e a inclusão dos menos favorecidos como interlocutores das políticas urbanas. Apesar disso, não se percebeu um processo de mudanças na política governamental de desenvolvimento urbano ou se formulou uma estratégia territorial para o país. O debate ficou restrito às desigualdades regionais e projetos de infra-estrutura e logística (ROLNIK, 2008).

Ela ainda aborda o problema no âmbito municipal que, devido ao imediatismo e pragmatismo da gestão, promoveram práticas que visavam a resultados imediatos,

atendendo a pressões e demandas, sem análise profunda sobre a forma de organização física das cidades.

Na realidade, os municípios reproduziram os modelos da cultura urbanística herdados do período autoritário, desconsiderando as necessidades da maioria dos moradores. Esse modelo gera uma expansão horizontal e conseqüente ampliação das fronteiras, subutilizando as infra-estruturas e equipamentos urbanos já instalados e prejudicando a mobilidade centrada no automóvel particular.

Rolnik destaca o foco dado pela Constituição brasileira e pelo Estatuto da Cidade na implementação de uma política fundiária que possa ampliar o acesso à terra urbanizada e bem localizada para moradia, com base em planejamento participativo local, para romper com o modelo extensivo e excludente de promoção de novas periferias, o que traz diversos problemas para as cidades e encarece o solo rural.

O Estatuto da Cidade criou diversos mecanismos para coibir a apropriação privada de mais-valias fundiárias, com a retenção de terras com fins especulativos. Ele permite a recuperação da valorização, devido à atuação pública, através de diversos instrumentos, conforme será visto na abordagem do Plano de Ação.

O crescimento de modo predatório das cidades brasileiras não é decorrente de falta de planos ou de legislação urbanística e sim pela aplicação discriminatória da lei, uma vez que existe grande parte da população vivendo na ilegalidade com relação à moradia ou à ocupação da terra. (MARICATO, 2007)

Ela afirma que esta ineficácia da legislação é um instrumento para o favorecimento de interesses corporativos, mantendo o baixo custo da força de trabalho e um mercado imobiliário especulativo e sua aplicação segue a lógica da cidade restrita a alguns.

Maricato (2007) destaca: “A representação da ‘cidade’ é uma ardilosa construção ideológica que torna a condição de cidadania um privilégio e não um direito universal: parte da cidade toma o lugar do todo.” (p. 165)

Ela entende que deve ser construído um novo paradigma urbano, na luta por uma nova sociedade, que reverta o rumo das relações sociais, com a presença do Estado garantindo a equalização de oportunidades. A definição de técnicas, programas e instrumentos para constituir uma ação de resistência à exclusão deve passar pela reflexão entre o conhecimento teórico e a realidade urbana, social e institucional brasileira.

2.4.3.1. Plano Diretor

O capítulo II – Da Política Urbana, da Constituição Federal, artigos 182 e 183, estabelece os instrumentos para a garantia, no âmbito de cada município, do direito à cidade, do cumprimento da função social da cidade e da propriedade.

Esses artigos foram regulamentados pelo Estatuto da Cidade, criado pela Lei Federal 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece parâmetros e diretrizes da política urbana, permite a intervenção do município no planejamento e na gestão urbana e territorial, com objetivo de garantir o direito à cidade.

O Estatuto da Cidade estabelece princípios que norteiam o Plano Diretor, que deveria ter sido elaborado ou revisado até outubro de 2006, pelos municípios:

- com mais de 20 mil habitantes;
- integrantes das regiões metropolitanas e aglomerados urbanos;
- com áreas de especial interesse turístico;
- situados em áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental na região ou no país.

O Plano Diretor está definido como instrumento básico para orientar a política de desenvolvimento e de ordenamento da expansão urbana do município.

No artigo 40 da citada lei, fica definido que o Plano Diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana e deve ser garantido pelos poderes Legislativo e Executivo dos municípios, na elaboração do Plano Diretor e na sua implementação:

- a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade;
- a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos;
- o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos.

“O objetivo fundamental do Plano Diretor é estabelecer como a propriedade cumprirá sua função social, de forma a garantir o acesso à terra urbanizada e regularizada, reconhecer a todos cidadãos o direito à moradia e aos serviços urbanos.”(ROLNIK, 2001, p. 15).

Como a legislação prevê ampla participação da sociedade na discussão do Plano Diretor, antes da sua discussão na Câmara de Vereadores para aprovação da Lei, que posteriormente será sancionada pelo Prefeito Municipal, para que sejam identificadas suas necessidades e prioridades, esse é um excelente instrumento para elaboração do estudo do município.

Com a utilização do Plano Diretor Participativo haverá a integração da democracia representativa e da democracia participativa. Tenório (2007, p. 110) destaca que apenas o debate parlamentar na Câmara de Vereadores e as análises técnicas dos profissionais nos gabinetes do executivo municipal não são capazes de identificar, com precisão, quais são os reais problemas do cotidiano de uma comunidade.

Mas, plano diretor como instrumento urbanístico, precede a existência de uma legislação geral, estabelecendo as normas necessárias à implementação da política urbana. Ele era considerado o instrumento de planejamento próprio para a área urbana (CÂMARA, 2006, p. 321).

Para Tenório (2007, p. 55) quando existe liberdade comunicativa, substitui-se o processo centralizador, tecnoburocrático, elaborado em gabinete, no qual o conhecimento técnico é o principal argumento da decisão, pela presença de um espaço público constituído por meio da linguagem, com estruturas comunicativas da esfera pública operacionais por uma sociedade de pessoas ativas, sob uma perspectiva descentralizadora, de concepção dialógica.

Maricato (2007) destaca: “O processo de formulação participativa de um plano pode ser mais importante que o plano em si, dependendo da verificação de certas condições. Isto porque ele pode criar uma esfera ampla de debate e legitimar os participantes com seus pontos de vista diferentes e conflitantes.” (p.180)

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Barra do Piraí foi elaborado em 1991, revisado e aprovado em 1996 e, atendendo ao determinado pelo Estatuto da Cidade, foi novamente revisado em outubro de 2006. Esse trabalho durou mais de seis meses, sendo caracterizado pela intensa participação popular nas discussões, com reuniões em todos os bairros. É uma excelente oportunidade para a elaboração do Planejamento Municipal, que poderá utilizar informações recentes das necessidades apontadas pela própria população, atendendo aos preceitos democráticos e legais, especialmente porque o Plano Diretor deve interagir com as dinâmicas dos mercados econômicos, contribuindo para reduzir as desigualdades sociais com redistribuição dos riscos e benefícios da urbanização (Schasberg et al 2004, p. 14).

O referido autor ainda destaca os objetivos fundamentais do Plano Diretor: estabelecer como a propriedade cumprirá sua função social, garantir o acesso à terra urbanizada e regularizada, reconhecer a todos os cidadãos o direito à moradia e aos serviços urbanos. Portanto, ele deixa de ser um mero instrumento de controle do uso do solo para se tornar um instrumento que introduz o desenvolvimento sustentável das cidades brasileiras.

Rolnik (2001, p. 42) afirma que está descartada a ficção tecnocrática dos velhos Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado que tudo prometiam, mas não possuíam nenhum instrumento para induzir a implementação do modelo idealizado proposto.

O Plano Diretor parte de uma leitura da cidade real, envolvendo temas e questões relativos aos aspectos urbanos, sociais, econômicos e ambientais, que embasam a formulação de hipóteses realistas sobre as opções de desenvolvimento e modelos de territorialização. Deve haver participação da população e de associações representativas dos vários segmentos econômicos e sociais, em todo processo, inclusive na implementação e gestão das decisões do Plano Diretor e não apenas durante sua elaboração.

2.4.3.2. Plano de Ação

Maricato (2007) afirma que, na nova concepção de um plano urbanístico, diversos pontos devem ser revistos, especialmente: a falta de vínculo entre o plano urbano e a gestão urbana; a falta de previsão, orientação e localização dos investimentos; a linguagem especializada utilizada nos projetos; as propostas setoriais desvinculadas do social; e as normas de uso e ocupação do solo, voltadas para o “mercado”. A principal crítica é com relação à orientação dos investimentos existente na maioria das cidades, que obedece a um plano guiado por interesses específicos.

A Organização das Nações Unidas (ONU), a partir da crítica ao planejamento burocrático e tecnocrático, incluiu uma proposta para elaboração de um Plano de Ação, com participação dos principais atores nos diversos níveis: nacional, regional e local, que não foi seguida pelo Brasil, na 2ª. Conferência das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos – a Habitat II. Maricato (2007) aponta o Plano de Ação como um contraponto ao Plano Diretor, que é essencialmente normativo, com ações, operações e investimentos. A integração entre Plano de Ação e o Orçamento Participativo pode gerar uma reversão na gestão das cidades no Brasil.

O Orçamento Participativo amplia a cidadania através de um processo pedagógico, distribui rendas, melhorias e oportunidades, quebra monopólios na definição dos investimentos em infra-estrutura, equipamentos e serviços urbanos, atingindo a lógica de funcionamento da valorização imobiliária e diminui a segregação territorial (MARICATO, 2007).

Outro ponto a ser destacado no Plano de Ação é a fiscalização do uso e ocupação do solo, que garante a ocupação não predatória do território e impede o descumprimento das normas propostas (MARICATO, 2007). O Plano de Ação deve incorporar o controle urbanístico e rever os procedimentos de fiscalização.

Ele deve integrar os diferentes setores do governo, bem como do governo com a sociedade, com o objetivo de realizar ações urbanísticas, ambientais, econômicas (emprego e renda) e sociais (educação, saúde e cultura).

A padronização dos diversos sistemas existentes nas prefeituras municipais, interligando os diversos cadastros, a capacitação da equipe para utilizar esses sistemas e a disponibilização dessas informações para os órgãos de fiscalização e para a população acessar de forma simples e “*on line*” é fundamental, demonstrando transparência e prestando contas de como estão sendo utilizados os recursos públicos.

Apesar da resistência existente na América Latina à tributação imobiliária, cuja valorização imobiliária é vista como um direito do proprietário da terra, existem diversos instrumentos que podem ser utilizados pelos governos municipais para ampliar a arrecadação para o financiamento das cidades; regular o mercado e baratear o custo da terra; captar recursos da valorização imobiliária; recuperar investimentos em infra-estrutura; regularizar e urbanizar áreas irregulares ou formar estoque de terras para moradias populares, sendo destacado por Maricato (2007):

- Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) Progressivo;
- Solo Criado;

- Contribuição de Melhorias;
- Zonas Especiais de Interesse Social;
- Zonas Especiais de Interesse Ambiental;
- Habitação de Interesse Social;
- O Zoneamento poderia ser utilizado para constituir áreas com moradias para famílias de média renda e de interesse social;
- Revisão de planta de valores municipais;
- A Discriminatória das Terras Públicas já existe e poderia gerar transformações radicais no Brasil, devolvendo à esfera pública parte do território nacional que tem sido ocupado desde 1850.

Além desses instrumentos, Furtado et al (2001) destacam mecanismos para coibir a apropriação privada de mais-valias fundiárias:

- Operações Urbanas Consorciadas;
- Outorga Onerosa do Direito de Construir e Alteração de Uso;
- Transferência do Direito de Construir;
- Direito de Preempção.

Apesar da recuperação de mais-valias fundiárias não ser uma idéia nova, sua aplicação como política urbana é muito restrita. O relatório do Habitat I, de 1976 já recomendava a utilização da valorização da terra como fonte de recursos para financiamento de projetos de desenvolvimento urbano (FURTADO et al, 2001).

A reduzida utilização desses instrumentos pode ser explicada pela forma confusa e contraditória com que algumas leis são elaboradas e sua difícil interpretação; ao desconhecimento de muitos gestores municipais; e à falta de regulamentação de alguns instrumentos (FURTADO et al, 2001).

A reversão do quadro de desigualdade e segregação com uma gestão urbana que diminua a desigualdade e amplie a cidadania não é tarefa que possa ser cumprida em curto prazo ou que dependa apenas do poder local, mas deve ser feita uma reflexão sobre as medidas aqui apontadas pelos profissionais do urbanismo dos setores público e privado, gestores públicos, parlamentares, jornalistas, promotores e procuradores públicos, lideranças sociais, para criar uma consciência social e nova práxis que permita o alcance de um futuro viável para o Brasil (MARICATO, 2007).

É importante que o executivo municipal vença as objeções à aplicação dos instrumentos de gestão da terra, muitas vezes apoiadas em falsas premissas ou em posições ideológicas. Diversas experiências bem sucedidas podem ser encontradas, com programas de melhoramentos participativos em áreas populares em diversas cidades latino-americanas (FURTADO et al, 2001).

2.5. Indicadores

A utilização dos indicadores no planejamento e na gestão do município serve para demonstrar a posição relativa do município com relação aos demais municípios e a ele mesmo, podendo ser avaliada sua evolução ao longo dos anos, nas diversas dimensões: econômica, social e ambiental.

Dentre os mais importantes, vamos abordar o PIB, Renda *per capita* (RPC), IDH, o Índice de Sustentabilidade Ambiental (ISA), o Índice de Desenvolvimento Humano - Ambiental (IDHA), o IQM e outros indicadores econômico-financeiros.

2.5.1. Produto Interno Bruto

De acordo com Stiglitz et al, PIB é: “valor monetário total de todos os bens e serviços finais produzidos dentro das fronteiras nacionais durante dado período.” (2003, p.91)

Apesar do PIB ser um dos mais importantes indicadores macroeconômicos para identificação do crescimento de um país, ele não demonstra os reflexos na qualidade de vida de sua população.

Quando utilizado com recortes regionais e com o índice de GINI, consegue-se ter uma visão ampliada de como está o desenvolvimento do país e de suas regiões.

2.5.2. Renda per capita

É um indicador que demonstra quanto caberia a cada pessoa do total da renda gerada pelo sistema econômico em um período. É calculado dividindo a renda nacional do país pelo número de habitantes em um determinado período. (SILVA et al, 2001).

A renda nacional de um país é calculada somando-se ao PIB toda a renda recebida do exterior e subtraindo-se do PIB toda a renda remetida ao exterior em um determinado período.

2.5.3. Índice de Desenvolvimento Humano

O IDH foi criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998 e tem o objetivo de aferir o grau de desenvolvimento social, a partir de três outros indicadores:

- média da esperança de vida;
- taxa de alfabetização de adultos e matrículas no ensino fundamental, médio e superior;
- renda *per capita*.

O IDH é divulgado pelo PNUD desde 1990, mas foi recalculado para os anos anteriores, a partir de 1975. Ele é um dos principais índices dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas e, no Brasil, tem sido utilizado tanto pelo governo federal, quanto pelos municipais, com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M).

Quanto mais próximo de 1, maior o nível de desenvolvimento humano apurado.

2.5.4. Índice de Sustentabilidade Ambiental

O ISA leva em consideração setenta e seis variáveis ambientais, dentre elas: qualidade do ar, biodiversidade, redução da poluição da água e diminuição do desperdício e do consumo.

2.5.5. Índice de Desenvolvimento Humano – Ambiental

O IDHA leva em consideração, além das variáveis do IDH, as setenta e seis variáveis ambientais do ISA.

2.5.6. Índice de Qualidade dos Municípios

O IQM foi desenvolvido pelo Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (CIDE), vinculado à Secretaria de Planejamento e Controle do governo do estado do Rio de Janeiro, que classifica os municípios segundo suas condições para o desenvolvimento, sendo publicados dois periódicos com os resultados. O primeiro em 1998 e o último em 2005, com atualização dos dados coletados e demonstração da evolução de cada município.

Esse indicador só é utilizado no estado do Rio de Janeiro, porque só são realizados levantamentos dos dados em municípios fluminenses.

Os empresários fazem criteriosa pesquisa antes de definir o local de instalação de suas empresas, verificando a proximidade com os fornecedores e clientes, a infraestrutura local (rodovias, ferrovias, energia, telefonia etc.), o que permite maximizar sua produção. Também são observados os seguintes fatores: disponibilidade de mão-de-obra qualificada, segurança pública, disponibilidade de imóveis nas proximidades com a empresa para moradia dos empregados, existência de linhas de ônibus, vagas em

escolas, hospitais etc. Isso porque tais serviços contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população, aumento na produtividade dos empregados e redução do absenteísmo.

A utilização do IQM permitirá ao gestor público verificar a posição do seu município e procurar melhorar os itens que tragam ganhos de posição no ranking estadual para atração de novas empresas, aproveitando a tendência de migração das empresas dos grandes centros para o interior.

Os trinta e oito indicadores do IQM-2005 foram distribuídos em sete grupos, atribuídos pesos aos indicadores e aos grupos, para refletir a importância de cada um dos aspectos considerados.

Na tabela 2 estão definidos os grupos e indicadores, bem como os respectivos pesos, que foram escolhidos pela sua representatividade, disponibilidade e periodicidade de atualização.

Tabela 2: IQM - Grupos, indicadores e pesos

Grupos	Pesos	Indicadores e Pesos
Centralidade e Vantagem Locacional	10	CVA (10), CON (7), ONI (9), MÊS (6), CAT (8)
Qualificação da Mão de Obra	09	CES (10), ALF (7), PRO (8) e TEC (9)
Riqueza e Potencial de Consumo	09	CRA (9), PIB (10), ENE (7), DEP (8) e FMU (6)
Facilidades para Negócios	08	BAN (9), TEL (8), COR (7), SEB (5), HOT (6) e INC (10)
Infra-Estrutura para Grandes Empreendimentos	08	ROD (8), FER (7), AER (5), GÁS (6), LIN (9) e DIS (10)
Dinamismo	07	CRE (8), B24 (6), VEI (7), OPC (9) e PIC (10)
Cidadania	06	ENS (9), LEI (8), SEG (7), CUL (6), JUS (8) e DOM (10)

Fonte: Fundação CIDE (1998)

A Fundação CIDE (1998 e 2005) definiu os grupos e indicadores utilizados no IQM:

- Centralidade e Vantagem Locacional (CEN) - representa a capacidade que possui o município de estabelecer vínculos com os mercados vizinhos, seja pela sua importância regional, seja pela sua localização geograficamente privilegiada. Utiliza os seguintes indicadores:
 - CVA – demonstra a atratividade do município para o suprimento de bens de consumo em geral. Seu cálculo envolve o Valor Adicionado Fiscal (VAF) do comércio varejista, as distâncias entre todas as sedes municipais e a população.
 - CON – considera a existência de concessionárias de veículos no município, em relação à raiz quadrada da população e multiplicado por 100.
 - ONI – a facilidade de acesso ao município por meio de transporte coletivo está considerada neste indicador. Representa o número de linhas de ônibus intermunicipais que servem ao município, tanto como passagem ou destino, dividido pela raiz quadrada da população e multiplicado por 100. Apenas são consideradas as linhas que circulam dentro dos limites do Estado.
 - CAT – é a raiz quadrada do VAF do comércio atacadista *per capita*. É considerado relevante para a avaliação da vantagem locacional.
 - MES – representa as matrículas em instituições de ensino superior. São estabelecidos pesos para os diferentes cursos: pós-graduação (3), graduação em instituições federais ou universidades (2) e demais cursos de graduação (1).

- Qualificação da Mão-de-Obra (QMA) - representa o padrão de formação educacional da população, do ponto de vista da especialização e profissionalização. Utiliza os seguintes indicadores:
 - CES – apresenta o percentual de chefes de domicílios com, pelo menos, ensino médio completo.
 - ALF – é a taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais.
 - PRO – representa as conclusões em cursos profissionalizantes oferecidos pelo SENAC e pelo SENAI, em relação à população de 15 anos ou mais.
 - TEC – representa a matrícula em cursos técnicos de 2º grau, em relação à população de 15 anos ou mais.
- Riqueza e Potencial de Consumo (RIQ) - demonstra a riqueza existente no município, representada pela sua produção e pelo nível de rendimento de seus habitantes. Utiliza os seguintes indicadores:
 - CRA – é o percentual de chefes de domicílios com renda superior a 20 salários mínimos.
 - PIB – é a estimativa do PIB *per capita* (renda *per capita*) do município.
 - ENE – como aproximação do nível de consumo, considerou-se o consumo residencial de energia elétrica, por habitante.
 - DEP – constitui a média dos depósitos bancários em agências do município, por habitante.
 - FMU – representa o nível das finanças municipais, como medida de sua capacidade de investimento. É a relação entre as despesas de capital com investimentos e a população.
- Facilidades para Negócios (FAC) - demonstra as facilidades existentes para a operação das empresas e seus funcionários. Utiliza os seguintes indicadores:
 - BAN – é o número de agências bancárias dividido pela raiz quadrada da população e multiplicado por 100. Pode representar, também, a intensidade de movimentação de recursos financeiros.
 - TEL – demonstra a facilidade de comunicações, representada pelo número de terminais telefônicos, para cada grupo de 1.000 habitantes.
 - COR – também representa o aspecto das comunicações. Cada agência dos Correios foi multiplicada por um fator 2 e cada posto de venda de selos, por 1. A soma final foi dividida pela raiz quadrada da população e multiplicada por 100.
 - HOT – representa os meios de hospedagem disponíveis em cada município. Considerou-se o número total de leitos em hotéis, para cada 1.000 habitantes.
 - INC – considera os incentivos oferecidos pelo município para a instalação, expansão ou modernização de empresas, de acordo com a seguinte pontuação: isenção de todos os tributos (5), isenção de IPTU (2), isenção ou redução de ISS (2), redução ou isenção de taxas municipais (1), cessão de terrenos (3), tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte (1).
 - SEB – indica a existência de Balcão SEBRAE.
- Infra-estrutura para Grandes Empreendimentos (IGE) - demonstra a presença, no município, de condições favoráveis à implantação e operação de empresas de grande porte. Utiliza os seguintes indicadores e pontuação:
 - ROD – representa a existência de rodovia pavimentada de pista dupla (1). Esta categoria foi considerada como fator de diferenciação entre os municípios, tendo em vista que todas as sedes municipais são servidas por rodovias pavimentadas de pista simples. Também foram considerados os

municípios cujos territórios, embora não atravessados por esta categoria, estão próximos a ela até uma distância de 10 km (0,5).

- FER – considera os municípios servidos por ferrovias (1) ou cujos territórios estejam distantes de linhas férreas até 10 km (0,5)
- AER – considera os municípios servidos por aeroportos, públicos ou privados.
- GAS – considera os municípios atravessados por gasodutos.
- LIN – compreende a existência de linhas de transmissão de energia elétrica, considerando-se as respectivas potências: 34,5 kV (1), 69 kV (2), 138 kV (3), 230 kV (4), 345 kV (5) e 500 kV (6).
- DIS – indica a existência de distrito, condomínio, parque ou pólo industrial.
- Dinamismo (DIN) – demonstra o dinamismo da economia local, representado pela existência de alguns serviços especializados e pelo nível de suas atividades. Esse grupo utiliza os seguintes indicadores:
 - CRE – é a taxa média geométrica de crescimento anual da população residente, em 1991 e 2000.
 - B24 – compreende o número de pontos de serviços bancários com atendimento 24 horas, para os principais bancos, em relação à raiz quadrada da população.
 - VEI – representa o número de veículos novos licenciados, para cada grupo de 100 habitantes.
 - OPC – constitui o valor médio das operações de crédito em agências bancárias do município, por habitante.
 - PIC – é a estimativa da taxa média de crescimento do PIB do município, entre 2001 e 2003.
- Cidadania (CID) – representa as condições de atendimento às necessidades básicas da população do município (saúde, educação, segurança, justiça e lazer). Utiliza os seguintes indicadores:
 - ENS – representa o número de matrículas no ensino básico (considerando o pré-escolar, a classe de alfabetização, o 1º e o 2º graus), em relação à população residente em idade escolar (considerada a de 5 a 19 anos).
 - LEI – é o número de leitos nas especialidades básicas (clínica médica, cirúrgica, pediátrica e obstétrica) em hospitais do município, credenciados pelo SUS, para cada grupo de 1.000 habitantes.
 - SEG – é o número de policiais civis e militares, para cada grupo de 10.000 habitantes.
 - CUL – demonstra a existência de equipamentos culturais no município. Foram somados os números de cinemas, teatros, museus e bibliotecas, dividindo-se o total pela raiz quadrada da população e multiplicando-se por 100.
 - DOM – demonstra o atendimento domiciliar de água tratada, lixo e esgotamento sanitário. Foi feita uma média do número de domicílios com abastecimento de água adequado, com esgotamento sanitário adequado e com destino do lixo adequado (considerando os critérios utilizados pelo IBGE) e obtido o percentual em relação a todos os domicílios.
 - JUS – demonstra a existência de instituições que lidam com questões relativas aos direitos do cidadão: PROCON e Defensoria Pública.

O cálculo do IQM é feito por uma média dos índices de cada grupo. Esses, por sua vez, são médias ponderadas dos índices obtidos como transformação dos indicadores. Obtidos os “índices individuais”, são calculados os “índices setoriais” e finalmente é calculado o IQM, com a expressão a seguir e, em seguida, também normalizado para o intervalo 0 a 1:

$$IQM = \frac{8.FAC + 9.QMA + 7.DIN + 10.CEN + 8.IGE + 9.RIQ + 6.CID}{57}$$

Levando-se em consideração os pesos, a importância relativa de cada indicador na composição final do índice, representados pela tabela 3, onde se pode verificar quais os indicadores que, tendo seus valores alterados, proporcionam maiores ou menores alterações no resultado final.

Tabela 3: IQM - Distribuição percentual dos pesos dos indicadores

Indicador	Peso (%)	Indicador	Peso (%)	Indicador	Peso (%)
CES	4,6	PIC	3,1	VEI	2,1
CVA	4,4	BAN	2,8	ENS	2,0
TEC	4,2	LIN	2,8	HOT	1,9
ONI	3,9	ENE	2,8	GAS	1,9
PIB	3,9	OPC	2,8	B24	1,8
PRO	3,7	MES	2,6	LEI	1,8
CRA	3,6	TEL	2,5	JUS	1,8
CAT	3,5	ROD	2,5	SEB	1,6
ALF	3,3	CRE	2,5	ERA	1,6
DEP	3,2	FMU	2,4	SEG	1,5
INC	3,1	DOM	2,2	CUL	1,3
DIS	3,1	COR	2,2		
COM	3,1	FER	2,2		

Fonte: Fundação CIDE (2006)

2.6. Eficiência, Eficácia e Efetividade

Neves (1999, p. 62) sintetiza as diferenças entre eficiência, eficácia e efetividade, destacando que essas ações devem ser conciliadas para haver sucesso na gestão (tabela 4).

Para o governo local ser eficiente, deve buscar maior rentabilidade, economicidade e produtividade na identificação, geração ou captação, alocação e aproveitamento dos recursos disponíveis no município. Ele deve fazer corretamente as coisas. Eficiência é “fazer mais com menos”.

Ainda de acordo com o autor, para ser considerado eficaz, o gestor municipal deve preocupar-se em garantir um conhecimento sistemático e permanente da realidade, ser capaz de identificar as tendências, suas forças e fraquezas, ameaças e oportunidades, elaborar sua visão estratégica, e rever continuamente objetivos e estratégias, com base no acompanhamento e na avaliação permanentes dos resultados de sua implantação. Eficácia é “realizar o que foi planejado”.

Neves (1999, p. 62) considera efetivo o município que atende às expectativas, necessidades, problemas e demandas da população, tornando sua atuação socialmente útil e relevante. A efetividade é a medida do impacto da gestão municipal sobre o desenvolvimento local sustentado, ou seja, sobre a qualidade de vida da população. Efetividade é “fazer o que é socialmente necessário.”

Tabela 4: Síntese de eficiência, eficácia e efetividade

Eficiência Fazer Mais Com Menos	Eficácia – Realizar o Planejado	Efetividade – Fazer o Necessário
Racionalidade na capacitação e na aplicação dos recursos disponíveis no Município e na Comunidade:	Realização do que foi programado.	Impacto da atuação do Município sobre o desenvolvimento humano local:
Economicidade, produtividade e rentabilidade	Congruência entre objetivos e resultados:	Utilidade e relevância social do Governo e Administração Municipal.
	Políticas e ações, discurso e prática, planejamento e execução	Atendimento às necessidades, expectativas e demandas da população.

Fonte : Neves (1999)

No nível estratégico, o foco é na eficácia, que é uma medida da conquista de resultados. Já no nível operacional busca-se a eficiência, com a utilização dos recursos disponíveis no processo. (Lobato, 1997, p. 54).

Na tabela 5 estão especificadas as principais diferenças entre eficiência e eficácia.

Tabela 5 – Diferenças entre eficiência e eficácia

Eficiência	Eficácia
Faz corretamente as coisas	Faz as coisas corretas
Soluciona problemas	Antecipa-se aos problemas
Economiza recursos	Otimiza utilização dos recursos
Cumprir Obrigações	Obtém resultados
Diminui custos	Aumenta lucros
Sistema fechado	Sistema aberto
Ganhador	Vencedor

Fonte: Lobato (1997)

Para Sandroni (2003, p. 149), eficácia significa fazer o que é preciso para alcançar determinado objetivo. Fazer a coisa certa, de forma certa é a melhor definição de eficiente e eficaz.

Esse conceito é distinto de eficiência, que se refere à forma de realizar uma tarefa. Para ser eficiente, o gestor deve realizar uma tarefa de acordo com as normas e padrões pré-estabelecidos. Uma ação pode ser eficiente sem ser eficaz.

O ideal é que o resultado de uma tarefa seja eficaz (adequada a um objetivo) e que ela seja realizada com eficiência.

CAPÍTULO III

3. METODOLOGIA DA PESQUISA DE CAMPO

3.1. Considerações Iniciais

Barra do Piraí foi selecionada para a elaboração desta pesquisa, levando-se em consideração sua localização, suas características, sua história, a facilidade de acesso aos seus principais atores e ao conhecimento que o autor possui sobre a realidade local.

Foi feita uma análise da trajetória econômica do estado e do município de Barra do Piraí e, posteriormente, uma leitura do município, que permitiu a realização do diagnóstico para elaboração de subsídios que tragam alternativas para o desenvolvimento local.

Para realização da leitura do município de Barra do Piraí, foram feitas pesquisa bibliográfica e entrevista estruturada com os principais atores locais.

Neste trabalho foram combinadas as Modalidades de Pesquisa Científica, Descritiva, Histórica, Documental e Estudo de Caso. Também foram articuladas os Métodos de Pesquisa Científico, Dedutivo e Indutivo. A Técnica de Pesquisa utilizada foi a entrevista.

As pesquisas foram realizadas em livros, artigos, sítios e revistas especializadas em desenvolvimento local, plano diretor participativo, planejamento estratégico, gestão pública, gestão pública municipal, gestão de pessoas e indicadores de resultados, a fim de que houvesse critério de medição e avaliação do desenvolvimento, com recortes locais.

A coleta de dados foi feita principalmente no Estudo Sócio-Econômico do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (2006), no PDPBP (2006), no IQM (1988 e 2005) e no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD (2000).

3.2. Pesquisa de Campo

3.2.1. Amostra

A definição do público-alvo teve como objetivo conseguir uma representatividade dos moradores de Barra do Piraí. Na tabela 6 estão relacionados os 18 atores selecionados, dentre os quais encontram-se autoridades do executivo e legislativo, representantes de entidades patronais e de empregados, de associações de moradores, de conselhos municipais e acadêmicos.

Tabela 6 – Atores locais selecionados para entrevista

Entrevistados	
Cargo	Nome
Prefeito Municipal	Jose Luiz Anchite
Presidente da Câmara Municipal	Luiz Roberto Coutinho (Tostão)
Reitor da Universidade Geraldo Di Biase	Mario César Di Biase
Secretario Municipal de Fazenda	Francisco Cruz de Oliveira
Secretaria Municipal de Obras	Manoela de Moraes Silva
Secretario Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Econômico	Roberto Monzo Filho
Secretario Municipal de Turismo, Lazer e Cultura	Jose Joaquim de Oliveira Gomes
Vereador	Francisco José Barbosa Leite
Presidente do Sindicato Patronal do Comercio de Barra do Piraí	Orlando João Andrade Pimentel
Presidente do Sindicato dos Empregados do Comercio de Barra do Piraí	Cleber Paiva Guimarães
Presidente da Associação Comercial e Empresarial de Barra do Piraí	Joesil Portella
Vice-Presidente do Conselho Regional da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro	Henrique Antônio Nora Oliveira Lima
Presidente da Metalúrgica Barra do Piraí	Ronald de Carvalho
Gerente da 8ª. Agência da Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagos e Delegado do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura	Josemar da Ressureição Coimbra
Presidente do Conselho Municipal de Barra do Piraí	Maria Ilma Silva Dias
Presidente da Federação das Associações de Moradores de Barra do Piraí	Juarez Duarte Ferreira
Professor e Ex-Secretário de Planejamento de Volta Redonda	Lincoln José Botelho da Cunha
Empresário e Ex-Presidente da Thyssen Fundições	Erich Ramminger
Total	18

Fonte: autor

3.2.2. Instrumentos de Pesquisa

Foi utilizado questionário com 15 questões fechadas e 1 aberta, onde o entrevistado pode fazer suas considerações sobre assuntos que não foram abordados no instrumento de pesquisa.

As perguntas inseridas neste questionário se basearam no Plano Integrado de Ação Regional (PIAR), elaborado pela Caixa Econômica Federal.

Inicialmente foram realizadas três entrevistas para verificar se seria necessário ajustar alguma pergunta e mensuração de seu tempo, o que permitiu que os atores locais disponibilizassem horário adequado para sua realização.

As entrevistas foram conduzidas com o exercício de olhar como se fosse a primeira vez para o tema abordado, registrando as afirmações convergentes ou contraditórias com isenção e coerência, a fim de que a opinião do entrevistado não fosse distorcida.

Alguns atores gravaram as entrevistas e outros apenas preencheram o questionário. As gravações foram transcritas pelo autor, com o cuidado de manter a fidedignidade das informações.

Todos atores locais abordados demonstraram interesse em participar, mas em alguns casos não houve a realização da entrevista ou retorno dos questionários, apesar de diversos contatos reiterando a importância da participação: do Presidente da Câmara de Vereadores, Luiz Roberto Coutinho (Tostão), do Vereador Francisco José Barbosa Leite, do Presidente da Associação Comercial e Empresarial de Barra do Piraí, Joesil Portella e do Presidente da Federação das Associações de Moradores de Barra do Piraí, Juarez Duarte Ferreira.

3.2.3. Sistematização dos Conteúdos

Os conteúdos das entrevistas foram registrados no capítulo IV, compilados e comparados com os conteúdos do capítulo II.

As respostas foram tratadas de acordo com a técnica da análise de conteúdo utilizada por Bardin (1977), com a transformação das informações em categorias que foram submetidas à análise temática de conteúdo, a partir dos critérios apontados por ele, que tem o objetivo de conhecer o que está por trás das palavras. A proposta de análise foi feita através da identificação da palavra indutora e seus sinônimos, chegando-se às categorias.

Encontrou-se sete categorias neste trabalho, que serão estudadas detalhadamente no capítulo 5:

- qualidade de vida: como os principais atores locais percebem a qualidade de vida em Barra do Piraí, levando-se em consideração os diversos aspectos que trazem facilidades ao cidadão;
- oportunidades de trabalho: que tipos de oferta de trabalho existem no local e que atividades desempenham os trabalhadores informais;
- programas habitacionais: disponibilidade de terrenos e imóveis em Barra do Piraí e utilização dos recursos públicos existentes para atendimento à população de baixa renda;
- gestão participativa: como se dá a participação popular na gestão pública municipal;
- situação econômica: análise da evolução econômica municipal nos últimos anos;
- políticas públicas: foram apontadas questões envolvendo saúde, educação, assistência social, política urbana e política do meio ambiente;
- oportunidades de desenvolvimento municipal: visão dos atores sobre o desenvolvimento local nos próximos anos.

CAPÍTULO IV

4. PESQUISA DE CAMPO

4.1. Município de Barra do Piraí

4.1.1. Histórico

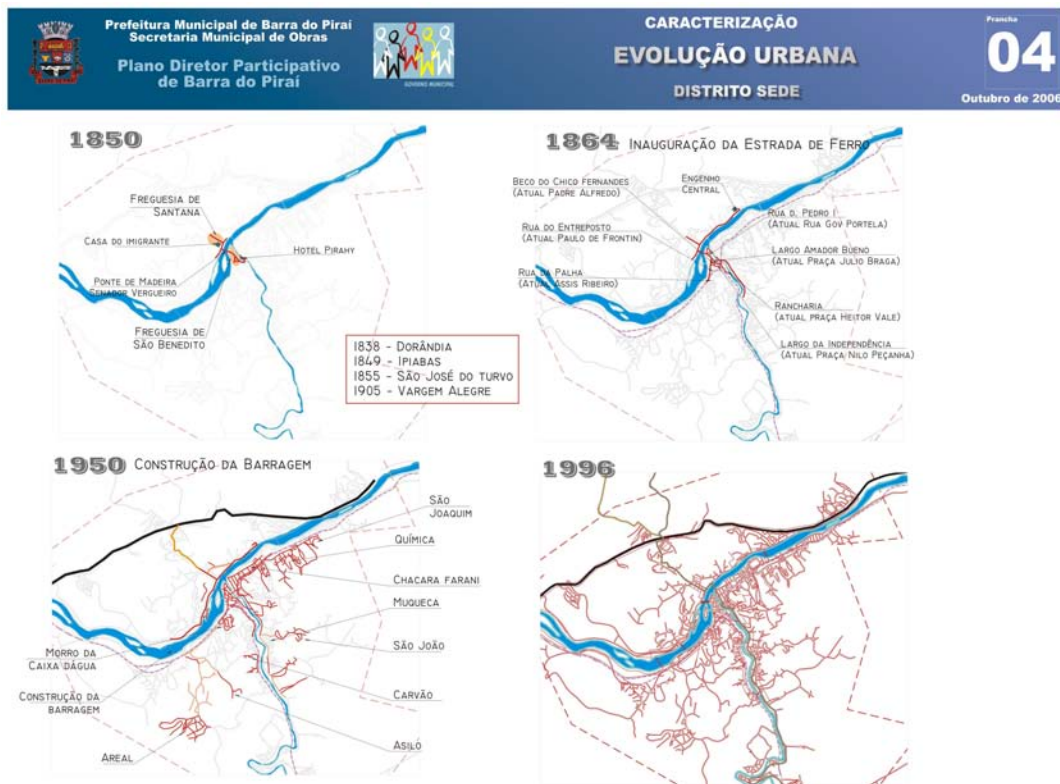
Em consulta ao PDPBP (2006), extraiu-se o histórico da evolução de Barra do Piraí, que, de povoado habitado inicialmente por índios tamoios, o município sofreu forte influência da expansão da cultura cafeeira no Médio Paraíba. Sua origem foi em meados do século XIX, quando a vila de Santana da Barra, à margem do rio Piraí, funcionava como pousada de viajantes que partiam da Baixada Fluminense com destino a São Paulo e Minas Gerais. O município originou-se da aglomeração formada na década de 1850, para construção de uma ponte de madeira sobre o rio Piraí, para escoar a produção de café.

Ele se tornou uma das principais praças comerciais do interior, beneficiado em 1864 com a inauguração da Estrada de Ferro D. Pedro II e com a posterior expansão dos ramais em direção a São Paulo e norte de Minas Gerais, contribuindo para a criação da freguesia de São Benedito da Barra do Piraí. A diretoria da ferrovia centralizou em Barra do Piraí seu depósito de material, no qual funcionava também uma oficina de conservação e reparos de trens. O município de Barra do Piraí foi criado em 10 de março de 1890, através do Decreto 59, já com uma população de 4.000 habitantes.

Sua localização privilegiada, a presença dos rios Paraíba do Sul e Piraí e a existência do entroncamento ferroviário, formou um ponto de convergência para a maior parte dos produtos de São Paulo e Minas Gerais, com interligação ao Rio de Janeiro, além de atrair colonizadores para suas terras. Era passagem obrigatória para transporte das mercadorias destinadas aos centros urbanos e propriedades rurais do médio vale do Paraíba. O rio Paraíba do Sul era a principal via de transporte, por onde também circulavam as cargas de retorno, transportadas em barcaças até sua barra, para depois ser embarcada nos trens. A principal atividade era cafeeira, substituída ao longo dos anos pela pecuária.

Na figura 1 encontram-se as diversas fases da evolução urbana de Barra do Piraí.

Figura 1: Evolução Urbana – Distrito Sede Barra do Piraí 1890 a 1990



Fonte: Plano Diretor Participativo de Barra do Piraí (2006)

Encontra-se também em Dias et al (2000) o registro da evolução de Barra do Piraí ao longo das décadas, conforme relatado abaixo, entre 1900 e 1980. Destaca-se a visita do Presidente da República, Nilo Peçanha, em 01 de setembro de 1906 como o início de uma época áurea e de progresso ininterrupto para Barra do Piraí. Naquela data foi inaugurada a Companhia Industrial Itacolomi que, tempos depois, passou a Empresa Fluminense de Energia e Força. A partir daí o município recebeu indústrias, o comércio se desenvolveu e a população contava com oito jornais circulando.

Na década de 1920 o município era reconhecido pelo excelente padrão dos serviços de saúde, foi instalada a sede do bispado e o Grêmio Espírita de Beneficência prestava grandes serviços de assistência à comunidade. Ele era bem atendido por serviços rodoviários e ferroviários, através da Estrada de Ferro Central do Brasil e Rede Mineira de Viação. Contava também com uma Agência de Correios e Telégrafos, um Batalhão da Polícia Militar, vários colégios e clubes esportivos e três bandas de música. O movimento bancário era grande e havia a produção de diversos produtos como: papel, tijolos, fitas de seda, doces, balas, carvão, massas alimentícias, banha, fósforos, produtos de cerâmica, café e cana de açúcar. O município exportava principalmente: couro, carne verde, osso moído, leite, queijo, requeijão, creme suíço e manteiga.

A partir de 1940, na administração de Paulo da Silva Fernandes, foram construídas mais duas pontes: a barragem de Santa Cecília no rio Paraíba do Sul, assim como um moderno cinema, estação rodoviária, estação de tratamento d'água, o atual prédio da prefeitura e o hospital Maria de Nazaré (Mãe Pobre).

O transporte era feito por quinze linhas de ônibus, a iluminação no centro e nos bairros era ótima, foi criada a Associação Rural Sul Fluminense, duas lojas Maçônicas, Delegacia Regional do Estado, Faculdade de Arquitetura, Engenharia e Filosofia, quatro grupos escolares, instalaram-se as indústrias Química e Carbocálcio, Mercado

Municipal, Internato Rural de Dorândia, Fundação Santa Cecília, Fórum Zótico Baptista, o Pronto Socorro (filial da Cruz Vermelha Brasileira) e Cooperativa Agro-Pecuária.

Na política, Barra do Piraí também era destaque com representantes no Legislativo Estadual, no Congresso Federal e com dois senadores: Arlindo Rodrigues e Paulo da Silva Fernandes.

Barra do Piraí foi apelidada de “A Pérola do Paraíba” e havia, na época, uma grande estima dos cidadãos em relação à cidade.

O constante desenvolvimento pode ser percebido até a década de 1970, perdendo espaço a partir da década de 1980, com o fechamento ou a saída de diversas empresas, gerando uma crise que trouxe reflexos na auto-estima da população barrense.

O esvaziamento também aconteceu no estado do Rio de Janeiro no período compreendido entre o início dos anos 80 e o final da primeira metade dos anos 90 do século passado, com reflexos em diversas dimensões: econômica, social e institucional. Natal (2005, p. 25) destaca a perda da auto-estima e identidade nacional da população do estado do Rio de Janeiro, especialmente dos cariocas, que perceberam naquela crise o ápice de um processo que teve início com a transferência da capital federal para Brasília em 1960 e se aprofundou com a fusão do estado da Guanabara com o estado do Rio de Janeiro em 1974.

A instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda, em 1946, trouxe mais investimentos nos diversos setores para Barra do Piraí, mas também foi o marco inicial para sua perda de importância regional, uma vez que gerou uma localidade central com forte atração para os serviços e empresas, contribuindo para que, ao longo do tempo, diversas empresas privadas e públicas migrassem para Volta Redonda.

Também deve ser destacada como fator do esvaziamento de Barra do Piraí a opção feita pelo modal rodoviário no Brasil, diminuindo a importância das ferrovias, que era o meio de transporte muito utilizado até meados do século passado, fundamental para que Barra do Piraí fosse o grande centro comercial do Sul Fluminense.

Além disso, nas décadas seguintes, foi notória a falta de visão da conjuntura econômica nacional, da globalização, com suas ameaças e oportunidades, a inexistência de medidas políticas que, de alguma forma, evitassem a saída de importantes empresas localizadas no município. Também deve ser registrado que nesse período o município ficou sem representatividade política no legislativo estadual e federal.

Os políticos locais se preocupavam mais em defender sua posição e a de seu grupo do que em trazer benefícios para o município, evitando que o gestor municipal que estivesse no poder pudesse auferir ganhos políticos com os benefícios conquistados, contribuindo para um jogo de soma zero, contrariamente ao que ocorre nos locais onde existe sinergia em busca do desenvolvimento local.

Na tabela 7 estão relacionadas as principais empresas ou instituições que fecharam ou transferiram suas atividades de Barra do Piraí nas últimas décadas.

Tabela 7 - Relação de Empresas que fecharam ou transferiram suas atividades de Barra do Pirai.

Empresa	Início das Atividades	Fechamento / Transferência	Quantidade de Empregos	Setor
Fábrica de Fitas Suissa	1912	1986	350	Confecção
Belprato S.A.	1918	1996	2.000	Alimentos
Cine Teatro Esperança	1928	1982	12	Cultural
Confecção Cukier	1950	1990	600	Confecção
Cine Brasília	1958	1993	16	Cultural
Fundação Educacional Rosemar Pimentel (FERP)	1967	1998	150	Educação
Delegacia da Receita Federal	1969	1987	55	Serviço Público
Química Industrial BP	ND	ND	ND	Química
Rede Ferroviária Federal S. A. (RFFSA)	1957	1980	400	Transportes
Began Confecções	1984	1996	ND	Confecção
Nagib Confecções	1996	1997	ND	Confecção
Carbocálcio	ND	ND	ND	Química

ND – não disponível

Fonte: Autor

As confecções encerraram suas atividades seguindo tendência do mercado nacional, podendo ser registrado igual ocorrência em diversos municípios da região, podendo ser citado como exemplo Valença e Paracambi.

O fechamento dos cinemas seguiu uma tendência nacional, em decorrência da comercialização do videocassete e proliferação das locadoras de vídeo. Os grandes cinemas com centenas de lugares deram lugar a pequenas salas de projeção, de menor tamanho e com exibição de diversos filmes simultaneamente. Até hoje Barra do Pirai não dispõe de um cinema “de rua”, comercial, em funcionamento.

A FERP transferiu a mantenedora para Volta Redonda em 1998. Na década de 70 ela chegou a contar com 5.000 alunos e 150 empregados em Barra do Pirai. Com a crise do petróleo e retração na procura por cursos superiores, os cursos das Faculdades de Engenharia e Arquitetura migraram para Nova Iguaçu e Volta Redonda, respectivamente, afetando o comércio, os serviços e o setor imobiliário. Em 2006 ela reativou o campus de Barra do Pirai, onde hoje funcionam 13 cursos superiores, com 1.500 alunos. Foi construído um Conjunto Cultural, com teatro e cinema, onde são desenvolvidos diversos projetos de incentivo à cultura e formação dos jovens. Atualmente a FERP proporciona 150 empregos em Barra do Pirai.

A Delegacia da Receita Federal foi transferida para Volta Redonda em 1987 e, em sua substituição, foi criada a Agência da Receita Federal, com 18 empregos, prestando atendimento aos seguintes municípios: Valença, Vassouras, Engenheiro Paulo de Frontin, Miguel Pereira, Paty de Alferes e Pirai.

A RFFSA mantinha em Barra do Pirai estrutura administrativa e de manutenção de locomotivas, vagões e trilhos. Eram ministrados cursos para formação de técnicos em mecânica e elétrica, que elevaram a qualidade da mão de obra local. Em 1980 transferiu do Rio de Janeiro para Juiz de Fora a Superintendência Regional e a estrutura administrativa que era mantida em Barra do Pirai. Atualmente a MRS Logística S.A. mantém na cidade oficina para manutenção de vagões e locomotivas, no mesmo pátio e instalações onde funcionava a oficina da RFFSA. Os cursos técnicos também foram retomados, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Foi doada para a Prefeitura Municipal de Barra do Pirai a antiga sede onde funcionava o setor administrativo da RFFSA, para ser instalada a Casa da Cultura Municipal. O prédio necessita de reforma e restauração para ser utilizado.

O processo industrial implantado nas décadas anteriores ocasionou maior adensamento, principalmente no distrito sede, com a implantação de diversos loteamentos nas décadas de 1970 e 1980, fazendo com que os loteamentos existentes se expandissem e surgissem novos bairros. (PDDUBP, 2006).

Com isso, o trânsito passou a ser um grande problema, acarretando diversos transtornos, e prejudicando o desenvolvimento urbano e econômico do município, principalmente por só existirem duas pontes cruzando o rio Paraíba do Sul e pela localização da rodoviária.

Os comerciantes resistem à retirada da rodoviária do centro da cidade, conforme sugerido já no primeiro Plano Diretor, elaborado em 1991, alegando que acarretaria diminuição do fluxo de clientes, muitos provenientes de cidades vizinhas. O fato é que, sem nenhuma atitude, o próprio comércio sofre prejuízos com esse problema, pois o trânsito congestionado em determinados horários afasta parte dos consumidores.

Deve ser destacada a postura dos atuais gestores de Barra do Piraí, que iniciaram seu mandato em 2005 e têm administrado o município evitando gastos desnecessários, não ocupando todas as vagas existentes nos cargos comissionados, reaproximando-se dos Governos Federal e Estadual, com o objetivo de trazer investimentos que possam modificar a curva descendente em que foi lançada desde a década de 80 do século passado, a exemplo do que ocorreu com o estado do Rio de Janeiro. (NATAL, p. 2005).

A própria população reconhece as melhorias implantadas pelo executivo atual, que procura aplicar bem os reduzidos recursos disponíveis, conforme pode ser percebido no resultado da eleição de 2008, com expressiva votação na reeleição do prefeito, que atingiu 62% dos votos. Foi a primeira vez, na história de Barra do Piraí, que um prefeito se reelegeu, não sendo registrado nem mesmo a eleição de um sucessor, o que reflete a incapacidade administrativa e a desunião dos políticos.

Atualmente Barra do Piraí começa a apresentar uma reação, com a atração de novas empresas no município, com geração de 1.106 postos de trabalho, conforme pode ser verificado na tabela 8.

Tabela 8 - Relação de Empresas que iniciaram suas atividades em Barra do Piraí, nos últimos anos.

Empresa	Início das Atividades	Quantidade de Empregos	Setor
Parque Aquático Águas Quentes	1994	110	Lazer
Hotel Fazenda Ribeirão	1998	072	Hoteleiro
Lojas Cem	1999	030	Comércio Varejista
Casas Bahia	2001	040	Comércio Varejista
Bob's	2001	006	<i>Fast Food</i>
Supermercados Royal ¹	2005	110	Alimentos
Tradimaq	2006	060	Logística
Pacathine	2006	026	Confecção
Parador Maritacas Resort	2006	070	Hoteleiro
Task Power	2006	015	Caldeiraria
Justiça Federal	2006	018	Judiciário
FERP	2006	150	Educacional
Roter Brauhof Cervejaria	2007	008	Fábrica de Cerveja
Usinas Itamarati S.A.	2007	070	Alimentos
Gaibu de VR Modas	2007	050	Confecção
Lojas Taco	2007	007	Comércio Varejista
Ponto Frio (2ª. Loja)	2007	032	Comércio Varejista
Guaira Mecânica Diesel	2007	052	Mecânica de Locomotivas
Barrapack Embalagens Industriais	2007	020	Embalagens Industriais
Vale do Paraíba Comércio de Ferro	2007	012	Comércio Varejista
M B Baruch Moagem	2007	012	Química (Carbonato de Cálcio)
Embalagem e Cia.	2008	016	Fábrica de Embalagens
Hotwork Engenharia ²	2008	040	Engenharia Térmica
EMAG Engenharia ³	2008	030	Engenharia Térmica
Apart Hotel Residencial Vilage das Águas	2008	050	Hoteleiro

Fonte: Autor

Esta retomada na geração de novos postos de trabalho pode ser observada na tabela 22, que demonstra a variação da quantidade de empregos formais de Barra do Piraí, entre 2000 e 2008 e sua comparação com a região de Barra do Piraí, composta pelos municípios Barra do Piraí, Rio das Flores e Valença, de acordo com o Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED) e o estado do Rio de Janeiro, com registro de 25.782 admissões e 23.513 desligamentos, com variação absoluta de 2.269 empregos

Na tabela 9 estão relacionadas as empresas que estão em fase de construção ou instalação e serão inauguradas em 2009 em Barra do Piraí, com geração de 740 novos postos de trabalho.

Tabela 9 - Relação de Empresas em fase de construção que se instalarão em Barra do Piraí em 2009

Empresa	Quantidade de Empregos	Setor
Frigorífico Landin	200	Atacado de Carnes
Expansão da BR Metals (rodas de alumínio)	200	Industrial
Nova Fábrica de parafusos do grupo MBP	150	Industrial
Apart Hotel Quartier das Águas (192 apartamentos) ⁴	60	Hoteleiro
Lojas Nalin	100	Comércio Varejista
Fábrica de Água Mineral	30	Industrial

Fonte: Autor

¹ Comprado pelas Casas do Arroz em 2008

² Empresa instalada no galpão cedido pela CASERJ

³ Empresa instalada no galpão cedido pela CASERJ

⁴ Durante a fase de construção 60 empregados e 100 na fase de operação.

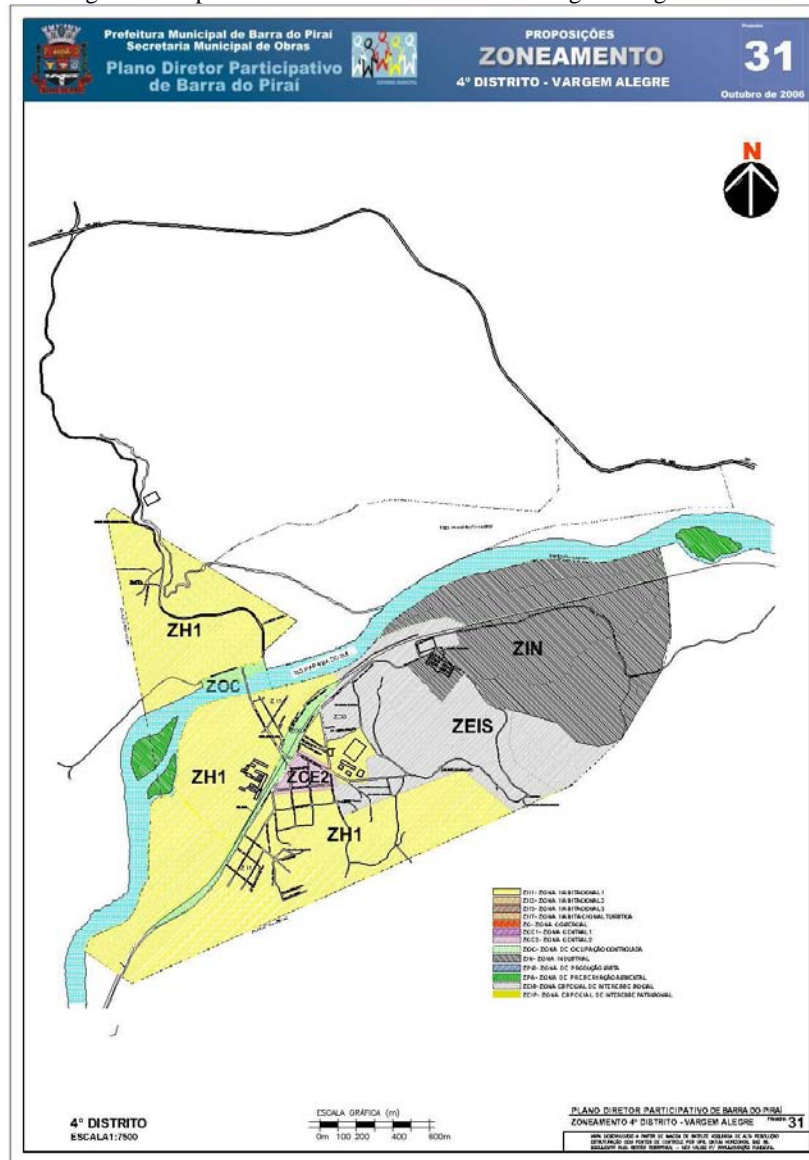
Deve ser destacado que além dos empregos diretos, existe a geração de empregos indiretos, decorrentes da instalação de novas empresas em Barra do Pirai.

Foram realizadas diversas obras de urbanização, tanto no centro da cidade quanto nos bairros, investindo prioritariamente nas reformas das principais praças e no mobiliário urbano, melhorando o aspecto da cidade e elevando a auto-estima dos cidadãos.

O bom relacionamento com os governos estadual e federal já estão gerando frutos, e, em janeiro próximo passado, o governador do estado do Rio de Janeiro, Sr. Sérgio Cabral, o vice-governador Luis Fernando Pezão e o ministro das cidades, Sr. Márcio Fortes, estiveram em Barra do Pirai lançando a pedra fundamental, que firmou o compromisso da construção de mais uma ponte sobre o rio Paraíba do Sul, na altura das indústrias BR Metals e Metalúrgica Barra do Pirai, o que permitirá que o trânsito pesado passe fora do centro da cidade, diminuindo os transtornos hoje existentes. O projeto da ponte já foi elaborado e atualmente está em fase de licenciamento ambiental para licitação.

Também devem ser registradas outras conquistas junto ao governo do estado do Rio de Janeiro, podendo ser citado como exemplo o processo que se encontra em estágio avançado para doação ao município de área de terras com 6,86 km², na Zona Industrial (ZIN) do distrito de Vargem Alegre (figura 2), para atração e implantação de indústrias e a cessão ao município de um galpão pertencente à Companhia de Abastecimento e Silos do Estado do Rio de Janeiro (CASERJ), com 4.050 m², localizado às margens da Rodovia Lúcio Meira (BR 393), na entrada desse mesmo distrito, para instalação de microempresas. Hoje duas novas empresas se instalaram no município e estão funcionando neste galpão.

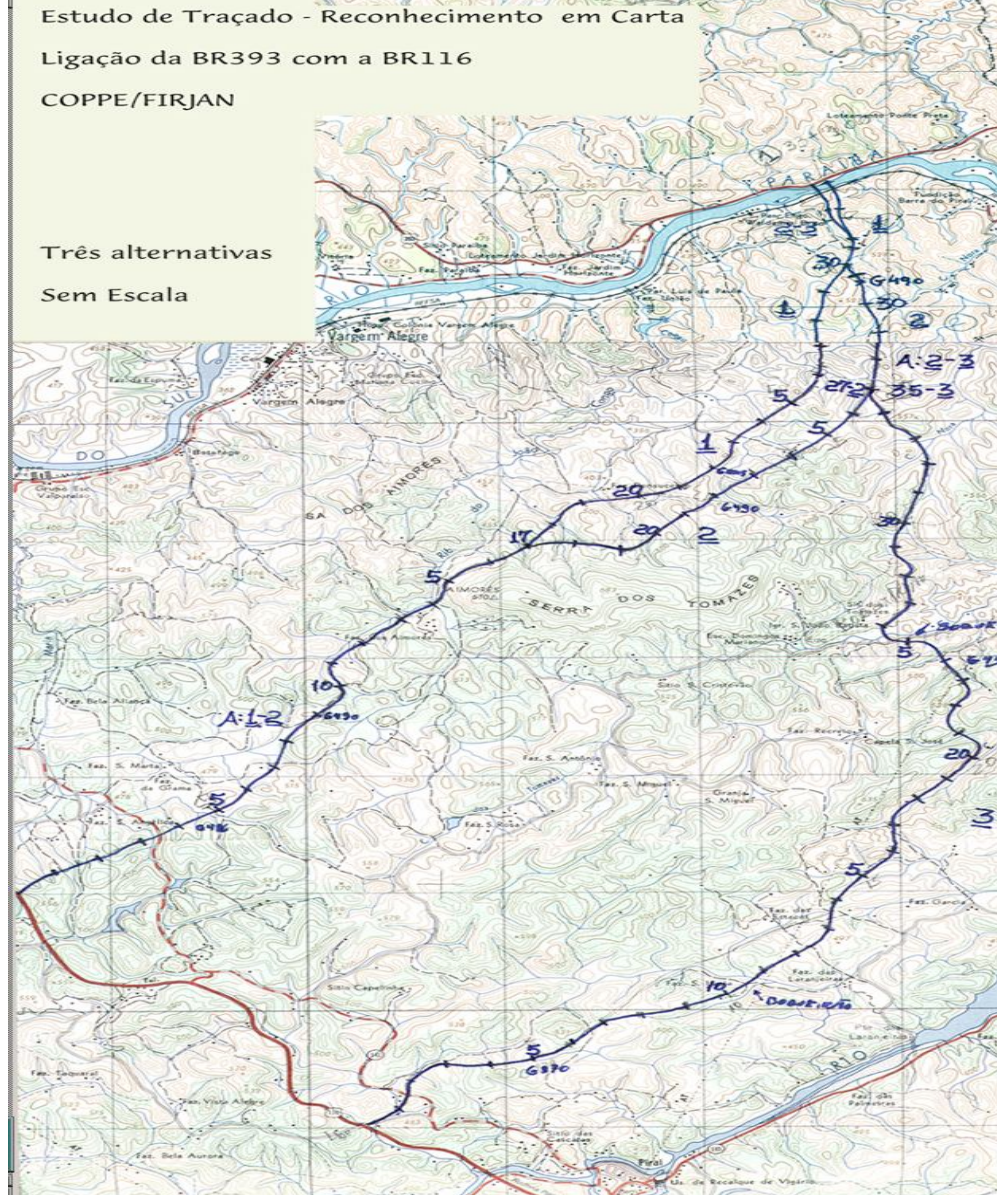
Figura 2: Mapa de Zoneamento do Distrito de Vargem Alegre



Fonte: Plano Diretor Participativo de Barra do Pirai

Outra importante reivindicação a ser feita ao governo do estado do Rio de Janeiro é a construção de uma rodovia com aproximadamente 17 km, conforme figura 3, ligando a rodovia Lúcio Meira (BR 393) à rodovia Presidente Dutra (BR 116), passando pelo Distrito de Vargem Alegre, o que fará a inserção definitiva do município no eixo Rio de Janeiro – São Paulo, trazendo grande diferencial competitivo para o município pela facilidade de escoamento dos produtos tanto para comercialização interna quanto para o porto de Sepetiba.

Figura 3: Rodovia a ser construída, interligando a rodovia Presidente Dutra à Lucio Meira



Fonte : Coppetec Fundação

Além disso, a rodovia contribuirá para o desenvolvimento da região Sul Fluminense, responsável pela maior concentração de investimentos industriais no estado do Rio de Janeiro, uma vez que o trânsito estimado em nove mil caminhões por dia, proveniente do sul para o norte do Brasil, será desviado do centro do município de Volta Redonda.

Atualmente o acesso à rodovia Presidente Dutra é feita pela rodovia RJ-145, passando pelo município de Piraí, mas trata-se de uma estrada muito sinuosa, margeando o rio Piraí e os inconvenientes causados pelo transporte de cargas através dos centros urbanos desses municípios são muito grandes, reforçando a necessidade da construção da nova rodovia. O fluxo de veículos de passeio em direção ao Rio de Janeiro continuará sendo feito pela RJ-145, não se vislumbrando nenhuma perda para Barra do Piraí ou para Piraí com a construção da nova rodovia.

A COPPE, em 17 de março de 2006, elaborou estudo de traçado para a construção desta rodovia, com três alternativas e indicou a segunda como a mais recomendada (figura 3), com orçamento de R\$ 35,5 milhões.

Também deve ser mencionado o Mercado Comum do Vale do Paraíba (MERCOWALE), criado em 1994 com o objetivo de fortalecer a economia, atraindo, retendo e multiplicando os investimentos no Médio Paraíba. Ele foi impulsionado quando a prefeitura de Volta Redonda criou a Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento e Integração Regional, com a finalidade de dividir as demandas dos serviços solicitados, principalmente na área de saúde e educação. Hoje, ele foi desativado, mas já existem estudos avançados para a criação de uma Agência de Desenvolvimento Econômico baseada na experiência do ABC paulista.

Outro ponto a ser destacado é o desvio das águas do rio Paraíba do Sul na altura da barragem Santa Cecília, lançando 160 m³/s de água no rio Piraí, que passa a correr em direção contrária à sua nascente, devido à existência da barragem de Santana. No município de Piraí, essas águas alimentam o reservatório de Fontes, que abastece o rio Guandu, tudo com o objetivo de levar água para a região metropolitana do Rio de Janeiro. Isso traz grandes transtornos ambientais para Barra do Piraí e deve ser avaliada uma forma do município receber compensação por este passivo ambiental criado.

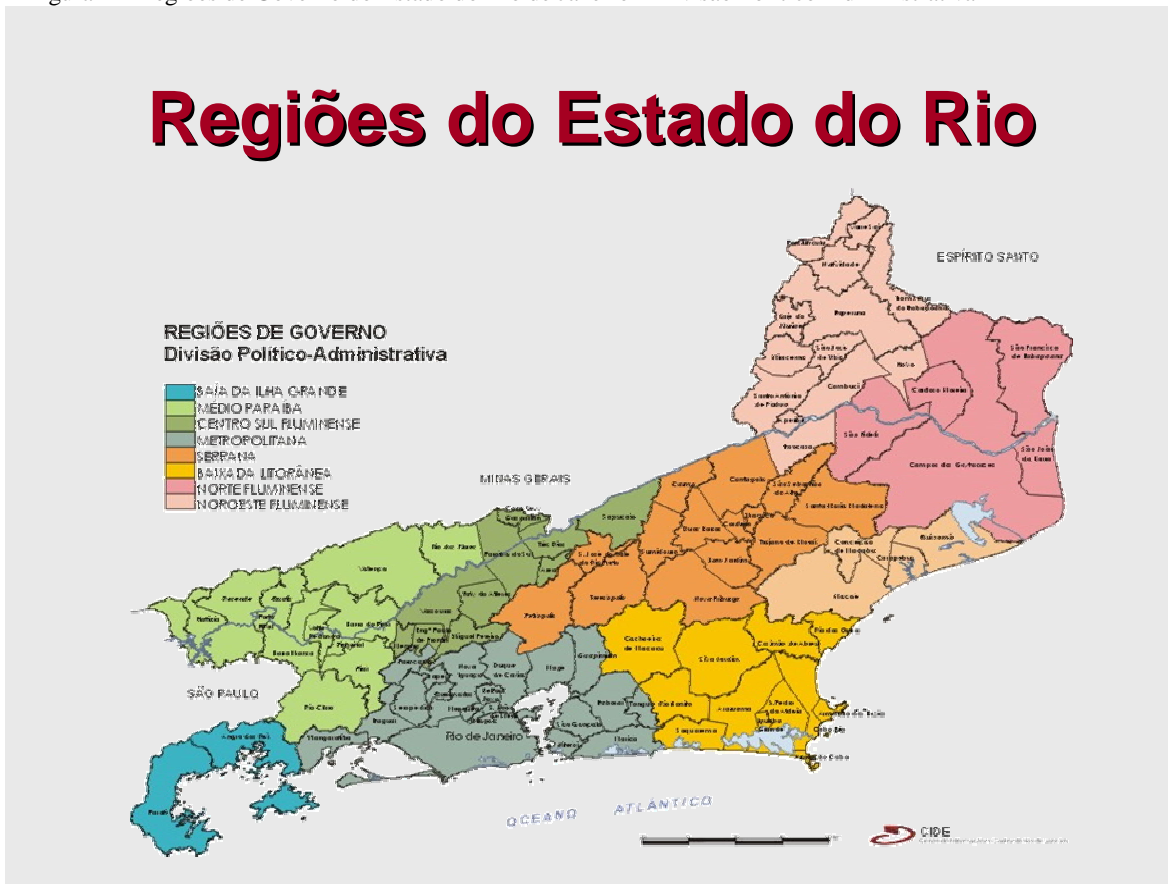
A passagem do gasoduto por Barra do Piraí é outro diferencial competitivo, uma vez que esse combustível reduz o preço de produção das indústrias.

4.1.2. Caracterização

4.1.2.1 Localização, Mapas, Relevô e Limites

As informações a seguir foram extraídas do Estudo Sócio-Econômico do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (2006), que define as diversas regiões que compõem o estado do Rio de Janeiro (figura 4).

Figura 4 – Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro – Divisão Político-Administrativa



A Região do Médio Paraíba é composta pelos seguintes municípios: Barra do Pirai, Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Pirai, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença e Volta Redonda (figura 5).

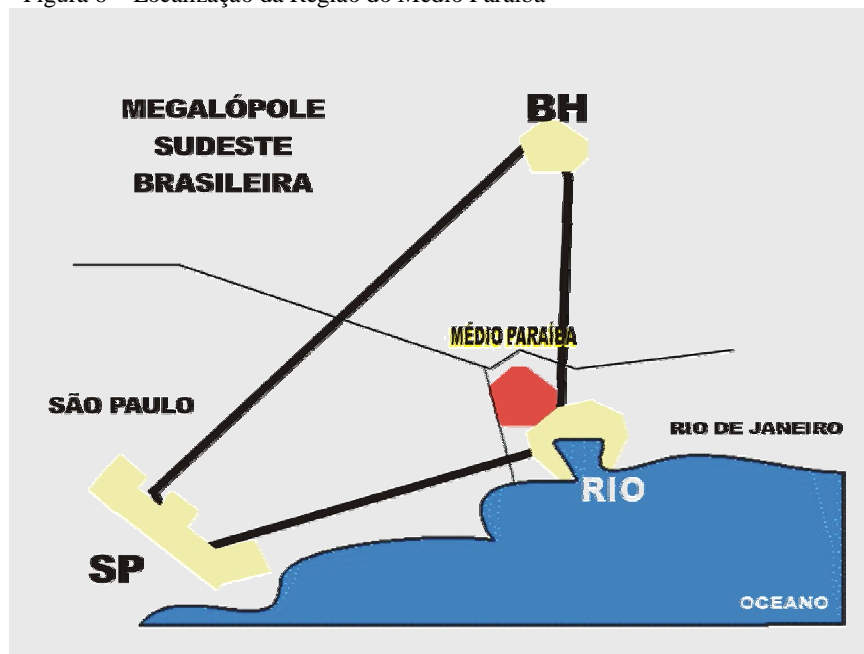
Figura 5 – Região do Médio Paraíba



Fonte: Com.Texto – Comunicação Integrada – Conferência Municipal de Barra do Pirai - 2005

A posição estratégica que a região do Médio Paraíba ocupa pode ser visualizada na figura 6, próxima as capitais do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Figura 6 – Localização da Região do Médio Paraíba



Fonte: Com.Texto – Comunicação Integrada – Conferência Municipal de Barra do Pirai - 2005

A sede municipal situa-se na confluência dos rios Pirai e Paraíba do Sul (figura 7), distando 108 km do Rio de Janeiro, 391 km de São Paulo e 531 km de Belo

Horizonte. Sua topografia é conhecida como “mar de morros”, estando as áreas planas inteiramente ocupadas pelo centro comercial e administrativo.

Figura 7: Distrito sede de Barra do Pirai, registrado a 6 km de altitude



Fonte: Google Earth janeiro 2007.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município tem, uma área total de 582,1 Km², correspondentes a 9,4% da área da região do Médio Paraíba e 1,3% da área do estado do Rio de Janeiro.

A cidade é seccionada pela via permanente da RFFSA e, na área mais central do núcleo, ocorre o entroncamento das ligações Rio de Janeiro - São Paulo e Rio de Janeiro - Belo Horizonte, que constitui vetor de crescimento da cidade. A malha urbana é cortada pela RJ-145, que inicia em Pirai, partindo da BR-116 – Via Dutra, com destino a Valença. A BR-393 tangencia a cidade e segue para Vassouras, a leste, e Volta Redonda, a oeste. O sistema viário se complementa com as rodovias estaduais RJ-133 para Mendes, a oeste, e RJ-137, que segue rumo norte para o distrito de Conservatória.

A rodovia BR-393 faz a conexão da Rio-São Paulo com Rio-Belo Horizonte e Rio - Bahia. Essa rodovia, que começa em Barra Mansa, na Via Dutra, segue por Volta Redonda, Barra do Pirai, Vassouras e Paraíba do Sul, encontra-se com a BR-040 em Três Rios e com a BR-116 em Sapucaia, na fronteira com o município de Carmo e o Estado de Minas Gerais (figura 8).

Figura 8 – Mapa Geográfico com Localização de Barra do Pirai



Fonte: Plano Diretor Participativo de Barra do Pirai

4.1.2.2. Dados Demográficos

As informações sobre os dados demográficos foram extraídas do Estudo Sócio-Econômico do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (2006).

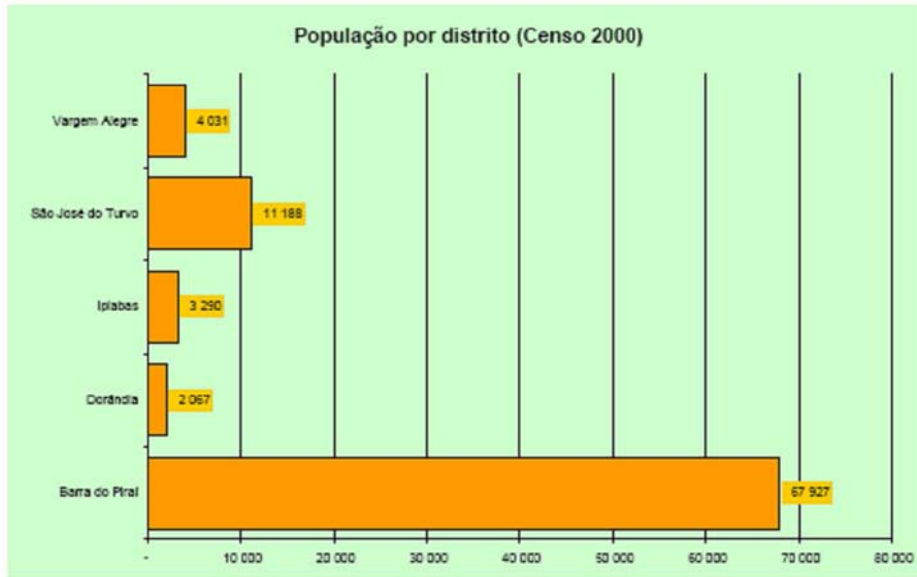
De acordo com o censo de 2000, Barra do Pirai tinha uma população de 88.503 habitantes, correspondentes a 11,3% do contingente da região do Médio Paraíba, com uma proporção de 92,2 homens para cada 100 mulheres. A densidade demográfica era de 156 habitantes/Km², contra 130 habitantes/Km² de sua região. Sua população estimada pelo IBGE, em 2005, era de 94.332 pessoas.

A Fundação CIDE aponta a taxa média geométrica de crescimento, no período de 1991 a 2000, de 1,24% ao ano, contra 1,38% na região e 1,30% no estado do Rio de Janeiro. Sua taxa de urbanização corresponde a 95,8% da população, enquanto que, na Região do Médio Paraíba, tal taxa corresponde a 93,0%.

Barra do Pirai tinha, em junho de 2005, um contingente de 67.185 eleitores, de acordo com informações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), correspondentes a 71% do total da população. No censo de 2000, o IBGE apontou no município um número total de 30.223 domicílios, com uma taxa de ocupação de 84%. Dos 4.730 domicílios não ocupados, 22% têm uso ocasional.

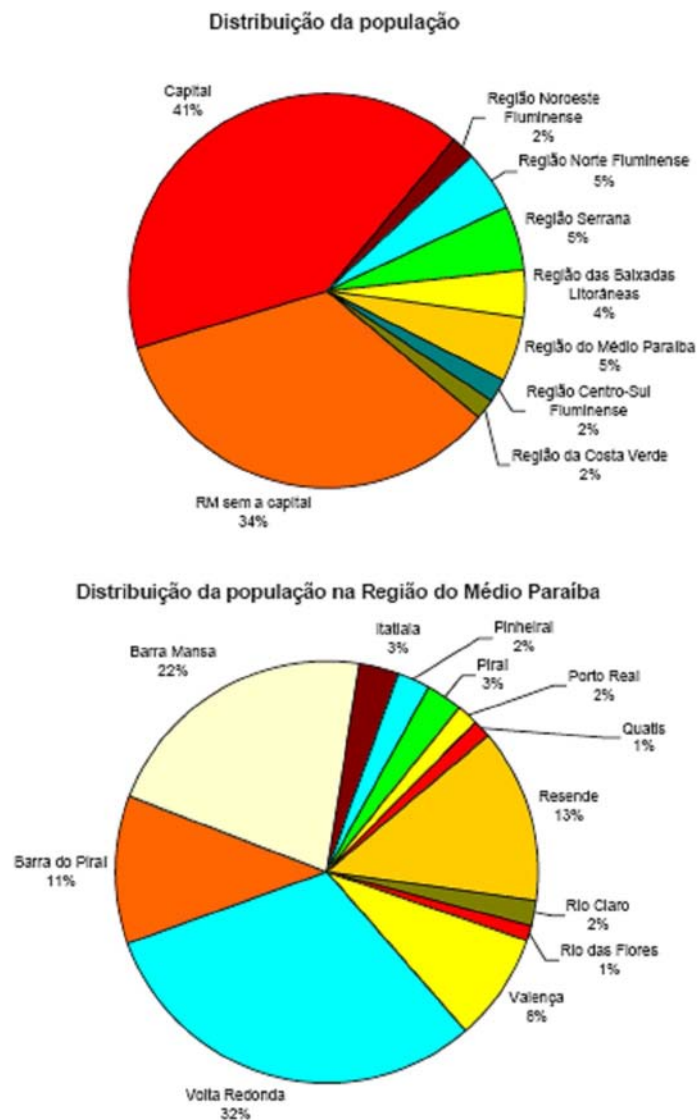
A distribuição da população no município, na região e no estado, de acordo com o censo 2000, dava-se conforme os gráficos 1 e 2.

Gráfico 1: Distribuição da População de Barra do Pirai



Fonte: Estudos Sócio-Econômicos 2006 – TCE – RJ

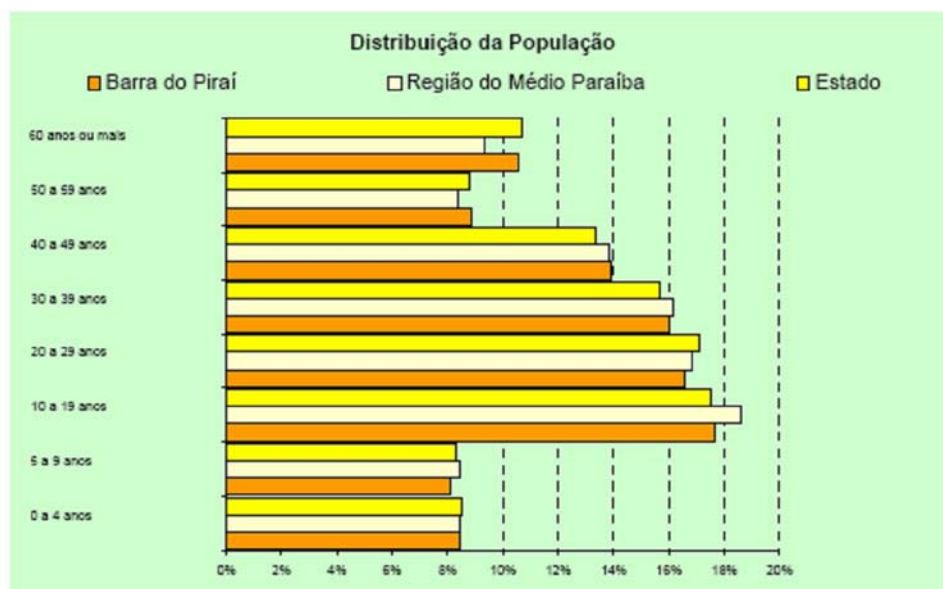
Gráfico 2: Distribuição da População do Estado e da região Médio Paraíba



Fonte: Estudos Sócio-Econômicos 2006 – TCE – RJ

No gráfico 3 é apresentada a comparação da população residente, com a da região e do estado, por grupos de idade.

Gráfico 3 – Distribuição da população por grupos de idade

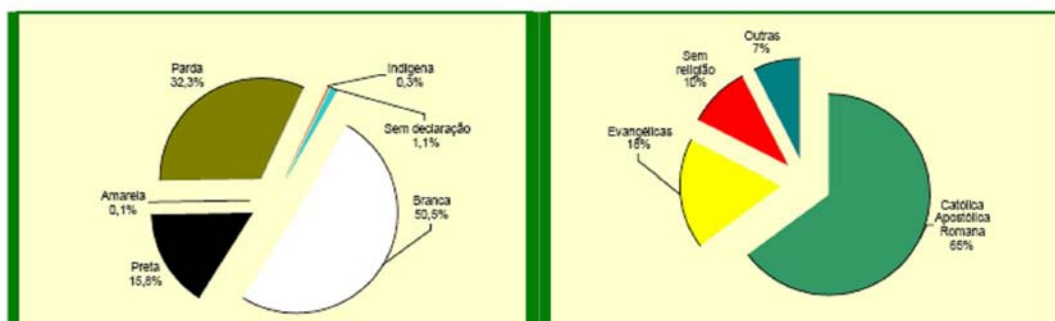


Fonte: Estudos Sócio-Econômicos 2006 – TCE – RJ

A faixa etária predominante encontra-se entre os 10 e 39 anos, e que idosos representam 11% da população do município, contra 16% de crianças entre 0 e 9 anos.

No gráfico 4 estão registradas as distribuições de cor, raça e religião da população do município.

Gráfico 4 – Distribuição da população por cor ou raça



Fonte: Estudos Sócio-Econômicos 2006 – TCE – RJ

Existe equilíbrio entre as pessoas que se declaram brancas, representando 50,5% da população e os afrodescendentes, que são 48,1%. No aspecto religioso, 65% da população pratica o catolicismo.

4.1.2.3. Aspectos Turísticos

Em consulta ao Estudo Sócio Econômico do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (2006), encontra-se destacado o potencial turístico de Barra do Piraí, que possui 17 estabelecimentos hoteleiros, 2 agências dos correios e 7 agências bancárias.

O fator locacional é um ponto que deve ser destacado em Barra do Piraí. Sua localização estratégica faz com que os moradores dos municípios vizinhos utilizem sua infra-estrutura de escolas e do comércio.

O turismo proporciona geração de empregos, produção de bens e serviços, incentiva a compreensão dos impactos sobre o meio ambiente, estimula a diversificação da economia local, traz melhoria nos sistemas de transporte, nas comunicações e

contribuiu para custear a preservação dos sítios arqueológicos, dos bairros e edifícios históricos, melhorando a auto-estima da comunidade local.

Uma oportunidade que pode ser aproveitada pelas características turísticas da região é a atração de parte dos 12 milhões de moradores da região metropolitana do Rio de Janeiro, que utilizam os serviços de locais tradicionais ao turismo como região dos Lagos, Costa Verde, Penedo, Itatiaia, etc., que se apresentam saturados nos momentos de pico do turismo.

Barra do Piraí está inserida na região turística do Vale do Ciclo do Café, que está apresentada na figura 9. Essa região também engloba os seguintes municípios: Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paracambi, Paty do Alferes, Piraí, Rio das Flores, Valença (Conservatória) e Vassouras.

Figura 9 – Regiões do Vale do Ciclo do Café



Fonte: Estudos Sócio-Econômicos 2006 – TCE – RJ

A região do Vale do Ciclo do Café possui excelente clima e proporciona aos seus visitantes um verdadeiro passeio pela história do estado do Rio de Janeiro, com sua arquitetura rural, paisagens bucólicas e opções de lazer rural, como os passeios ecológicos e as fazendas de café, algumas transformadas em acolhedoras pousadas.

Pode-se destacar como atração natural de Barra do Piraí:

- Rio Paraíba do Sul: durante seu trajeto apresenta pequenas ilhas, às vezes arborizadas com umbaúbas, canelas e palmeiras imperiais localizadas na altura do distrito-sede.
- Rio Piraí: nasce na Serra do Sinfrônio no município de Rio Claro. Possui diversas barragens, a saber: Barragem de Tocos, em Rio Claro, que desvia suas águas para o Reservatório Ribeirão das Lajes, e a Usina Elevatória do Vigário, na sede de Piraí, subsistema da Usina Nilo Peçanha I, faz a captação das águas de forma natural e o excedente continua em seu percurso. Na divisa dos municípios de Piraí e Barra do Piraí, há o subsistema de Santana que capta, de forma artificial, a água do Rio Paraíba do Sul para o Rio Piraí, fazendo com que este suba ao invés de descer, para que a água seja aproveitada pela Usina do Vigário. O excedente percorre outro caminho e, por fim, desemboca no Rio Paraíba do Sul na sede de Barra do Piraí. Com pequenas ilhas em sua extensão, sua paisagem circundante é composta por casas residenciais e comerciais e o recorte de pequenos morros.
- Cachoeira de Ipiabas: formada por duas quedas, possui um volume de água razoavelmente forte, criando duchas naturais, de águas claras, transparentes e temperatura ambiente. No local há uma piscina natural, formada pela segunda queda com 8m de comprimento e 2,5m de largura.

Pode-se destacar como atração cultural em Barra do Piraí:

- Catedral de Santana: construída em 1881 pelo fundador do município, o 3º Barão do Rio Bonito, que realizou seguidas viagens ao Rio de Janeiro,

selecionando arquitetos, pintores e pedreiros estrangeiros para trabalharem na construção da Catedral. Toda parte interna da igreja é pintada à mão. Até a metade da parede as pinturas lembram cortinas e, na parte de cima, temas sacros. No teto, há a reprodução da imagem da Imaculada Conceição. O altar-mor, todo folheado a ouro, com desenhos em alto relevo e boa luminosidade, apresenta antiga imagem de Nossa Senhora de Santana, além de outras pequenas imagens.

- Igreja de São Benedito: inaugurada em 1943, apresenta a parte externa em pedra polida e, na fachada frontal, porta antiga em forma de arco onde está localizado um vitral de 3m de altura representando a crucificação de Jesus Cristo. Torre sineira de 7m de altura e 3,5m de largura, onde se encontra um relógio de forma quadrada.
- Igreja de São José: localizada no centro da Praça Genésio Soares, que é toda gramada e arborizada, no distrito de São José do Turvo. Diversas casas antigas utilizadas para moradia e o comércio compõem seu entorno. A igreja foi construída em 1876 e possui altar todo decorado com desenhos em alto-relevo, onde se encontra a antiga imagem de São José esculpida em madeira em tamanho natural.
- Prédio da Estação Ferroviária D. Pedro II: inaugurada em 1864.
- Chafariz da Carioca: construído em 1884, foi o primeiro serviço de abastecimento de água de Barra do Piraí. É constituído por uma parede que lembra a fachada frontal de uma igreja e mede aproximadamente 8m de altura e 6m de largura. Apresenta desenhos em alto relevo e alguns nichos, onde outrora existiam estátuas.
- O Parque Aquático Águas Quentes, complexo composto por diversas piscinas, escorregadores e tobogãs, localizado na rodovia Lucio Meira, é outro centro de lazer que deve ser mais explorado, com uma ação conjunta com a Secretaria de Turismo do Estado do Rio de Janeiro. Ele já possui em funcionamento o Apart Hotel Residencial Vilage das Águas, com 160 unidades habitacionais (UH) e está construindo o Apart Hotel Quartier das Águas, que terá 192 UH.

O sítio oficial do município (www.pmbp.rj.gov.br), disponibiliza outras atrações, como: artesanato local, Centro Eqüestre, visitas aos casarões e fazendas. Também realiza-se o turismo de aventura e ecológico nas 13 trilhas, com cachoeiras e natureza exuberante. A prática de rapel e tirolesa, com destaque para o Santuário de Vida Silvestre da Fazenda Santo Antônio da Aliança, situado na Serra da Concórdia.

Os Hotéis Fazenda existentes como Arvoredo (construído em 1836, ampliado e reformado em 1858), Ponte Alta (construída no início do século XIX), Ribeirão, Parador Maritacas Resort são uma realidade tanto para o turismo convencional, turismo rural, quanto para a realização de eventos corporativos. Eles disponibilizam aproximadamente 350 leitos e 110 UH.

Barra do Piraí ainda conta com o Hotel Hanna e São Luiz, situados no centro da cidade, com 48 apartamentos, 89 UH e algumas pousadas situadas em Ipiabas.

O Distrito de Ipiabas dista 15 km do centro de Barra do Piraí, possui acesso por estrada asfaltada, clima ameno e característica rural, com possibilidades de instalações de diversos condomínios, a exemplo dos já existentes e pode ser um forte atrativo tanto para pessoas que queiram desfrutar de um fim de semana em sua casa de campo, quanto para pessoas que ao se aposentarem queiram se instalar em um município livre da violência dos grandes centros e com toda estrutura para uma vida tranqüila, com a vantagem de estar a 2 horas do Rio de Janeiro e a 15 minutos de Conservatória, distrito de Valença, que é conhecido nacionalmente como “Capital da Seresta” e citada por Rodrigues (2004, p. 110) como o mais bem acabado exemplo de Arranjo Produtivo Local (APL) da Cadeia Produtiva da Economia da Música do Estado do Rio de Janeiro.

Sem dúvida, o turismo deverá estar bem contemplado no planejamento do município, como um turismo segmentado, com público bem definido entre os aposentados, moradores da região Sul Fluminense, moradores da região metropolitana do Rio de Janeiro e empresas que queiram realizar suas reuniões e eventos em ambiente fora do escritório, aliando os temas comerciais com o sentimento de equipe, na prática de atividades ao ar livre.

Os equipamentos culturais são o ponto fraco, uma vez que o município apenas dispõe de uma biblioteca municipal, mas não possui cinema comercial com projeções regulares, teatro ou museu. Os clubes se limitam a realização de shows eventuais, inexistindo a apresentação de peças teatrais, obrigando o deslocamento das pessoas que apreciam o teatro ou cinema para Volta Redonda ou Rio de Janeiro.

O UGB/FERP inaugurou em 2007 um centro cultural composto de auditório, sala de projeção, sala de teatro, realizando alguns espetáculos ao longo do ano, mas não existe programação diária ou semanal. Além disto, a distância de 15 km do centro universitário ao centro de Barra do Piraí dificulta a participação das pessoas de menor poder aquisitivo.

Os gestores municipais informaram que neste ano será realizada a restauração e ampliação do mercado municipal, onde será instalada uma sala de projeção com funcionamento regular.

4.1.2.4. Uso do Solo

O Estudo Sócio-Econômico do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (2006), traz ampla informação sobre o uso do solo. Sua evolução e a cobertura vegetal no estado do Rio de Janeiro pode ser observada na tabela 10.

Tabela 10 – Uso do Solo e Cobertura Vegetal

Uso do Solo	Área em km ² (1994)	%	Área em Km ² (2001)	%
Pastagens	19.556	44,5	21.669	49,4
Florestas ombrófilas densas (formações florestais)	7.291	16,6	4.211	9,6
Capoeiras (vegetação secundária)	6.814	15,5	8.071	18,5
Área Agrícola	4.135	15,5	4.167	9,5
Restingas, manguezais, praias e várzeas (formações pioneiras)	1.900	4,3	1.579	3,6
Área Urbana	1.846	4,2	2.763	6,3
Corpos d'água	995	2,3	921	2,1
Não sensoriado	586	1,3	0	0,0
Área Degradada	506	1,2	132	0,3
Afloramento rochoso e campos de altitude	241	0,5	175	0,4
Outros	39	0,1	132	0,3
Total	43.910	100,0	43.864	100,0

Fonte: Estudos Sócio-Econômicos 2006 – TCE – RJ

São relevantes as mudanças ocorridas em um período de apenas sete anos, durante os quais, campos e pastagens cresceram 11%, sem que isso signifique aumento da produção pecuária. As formações florestais foram reduzidas em 42% de sua área original, enquanto a vegetação secundária cresceu 19%. Não houve expressividade no aumento de um ponto percentual em área agrícola. As formações pioneiras foram reduzidas em 16% e as áreas urbanas tiveram 50% de acréscimo.

Os municípios do estado do Rio de Janeiro foram classificados, segundo os Índices de Qualidade de Uso do Solo e da Cobertura Vegetal (IQUS), conforme detalhado na tabela 11.

Tabela 11 – Índices de Qualidade de Uso do Solo e Cobertura Vegetal

IQUS	Características
Rodeio	Maior percentual de pastagens; presença de pequenas manchas urbanas; pequena influência de formações originais e de áreas agrícolas
Rural	Maior percentual de formações originais e de áreas agrícolas; presença de áreas urbanas, degradadas e de vegetação secundária; quase nenhuma influência de pastagens
Nativo	Maiores áreas de formações originais e de pastagens; presença de vegetação secundária e áreas agrícolas; pouca influência das áreas urbanas e degradadas
Verde	Grandes áreas de formações originais e/ou de vegetação secundária; menores valores percentuais de áreas urbanas, agrícolas, de pastagem ou degradadas
Metrópole	Maior percentual de áreas urbanas

Fonte: Estudos Sócio-Econômicos 2006 – TCE – RJ

A distribuição das áreas de Barra do Piraí evoluiu entre os levantamentos de 1994 e 2001, conforme dados da tabela 12.

Tabela 12: Evolução das áreas de cobertura vegetal de Barra do Piraí

Classificação	1994	2001
Vegetação Secundária	16%	19%
Pastagens	75%	76%
Não Sensoreados	6%	0
Cluster	A1 – Rodeio – Agrupamento com predomínio de pastagens e presença de vegetação secundária	A2 – Rodeio – Predominância da classe campo/pastagem

Fonte: Estudos Sócio-Econômicos 2006 – TCE – RJ

Neste período houve crescimento de área urbana de 1,5% para 3,2% do território e o município já havia sido totalmente sensoriado.

O IQM Verde identifica os corredores ecológicos, que são os corredores prioritários para a interligação de fragmentos florestais, uma vez que com as atividades do homem, a tendência dos ecossistemas florestais contínuos é de fragmentação. Este processo rompe com os mecanismos naturais de auto-regulação de abundância e raridade de espécies e leva à insularização de populações de plantas e animais, ocorrendo maior pressão sobre os recursos existentes, aumentando o risco de extinção de espécimes da flora e da fauna.

A reversão da fragmentação apóia-se, fundamentalmente, no reflorestamento dos segmentos que unam as bordas dos fragmentos de floresta, vegetação secundária e savana estépica. De acordo com o IQM Verde II, Barra do Piraí necessitaria implantar 5.996 hectares de corredores ecológicos, o que representa 10,3% da área total do município.

4.1.2.5. Outros Aspectos Ambientais

Os dados aqui registrados foram extraídos do Estudo Sócio-Econômico do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (2006).

A água é um recurso finito, sendo importante a preservação dos mananciais existentes, uma vez que ela serve para abastecimento das populações e das indústrias, irrigação das culturas, meio de transporte, produção de energia, alimentação, com o desenvolvimento da pesca, para o esporte, o turismo e o lazer.

De acordo com a Agência Nacional de Águas (ANA), em 2002, a utilização da água no Brasil teve a seguinte composição:

- Agricultura 59%;

- Indústria 19%;
- Abastecimento 22%.

A mesma fonte aponta que 80% dos municípios brasileiros têm rede de abastecimento de água, contra apenas 46% que possuem rede de coleta de esgotos, dos quais somente 15% são tratados.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define saneamento como o controle de todos os fatores do meio físico do homem que exercem, ou podem exercer, efeitos nocivos sobre a saúde, incluídas as medidas que visam a prevenir e controlar doenças, sejam elas transmissíveis ou não.

Ela registrou que 65% dos leitos dos hospitais do país são ocupados por pacientes com problemas de saúde relacionados à falta de saneamento. Sistemas de abastecimento de água, de esgotos sanitários, de coleta e destinação adequada de resíduos sólidos urbanos, especiais e das áreas rurais estão, por conseguinte, diretamente ligados à qualidade de vida da população. Cerca de 80% das doenças de países em desenvolvimento como o Brasil são provenientes da água de qualidade ruim, sendo as enfermidades mais comuns: febre tifóide, disenteria, cólera, diarreia, hepatite, leptospirose e giardíase.

Apesar do tratamento do esgoto sanitário constituir uma das mais importantes medidas preventivas de enfermidades, é comum a poluição em rios, lagoas e mares, por esgotos domésticos e industriais.

Como o custo do tratamento da água bruta captada é diretamente proporcional a sua condição de pureza, o tratamento de águas muito poluídas pode tornar-se inviável técnica e economicamente.

A solução para os esgotos sanitários de comunidades menores, quando não há rede coletora de esgotos, é a utilização de fossas sépticas, cuja obrigatoriedade deve ser exigida pela administração local. Já os esgotos domésticos coletados precisam ser tratados para estabilização de sua matéria orgânica, tornando-a estável e inócua, sendo obrigação das concessionárias ou do poder público o seu tratamento.

Dados apurados no ano 2000, pelo Sistema Nacional de Indicadores Urbanos (SNIU) do Ministério das Cidades e pelo IBGE apresentam o seguinte panorama do município:

- 65,9% dos domicílios com acesso à rede de distribuição, 30,5% com acesso à água através de poço ou nascente e 3,5% com outra forma de acesso. O total distribuído alcança 28.152 metros cúbicos por dia, dos quais 81% passam por tratamento convencional; outros 18% por tratamento não convencional e uma pequena parcela por simples desinfecção (cloração).
- A rede coletora de esgoto sanitário chega a 52,0% dos domicílios do município; outros 22,3% têm fossa séptica, 5,9% utilizam fossa rudimentar, 14,3% estão ligados a uma vala, e 5,1% são lançados diretamente em um corpo receptor (rio ou lagoa). O esgoto coletado não passa por tratamento e é lançado no rio.
- Barra do Piraí tem 91,4% dos domicílios com coleta regular de lixo, outros 1,4% têm seu lixo jogado em terreno baldio ou logradouro e 6,3% o queimam. O total de resíduos sólidos coletados somava 85 toneladas por dia, cujo destino eram 5 vazadouros a céu aberto (lixões).

Faz-se urgente que a gestão dos recursos naturais se efetue de forma mais competente e eficaz do que vem sendo feita até hoje. A realização de investimentos e ações de desenvolvimento tecnológico, resultarão na implantação de projetos mais eficientes e menos impactantes na qualidade dos corpos hídricos e do solo, e na reutilização dos subprodutos dos tratamentos de água, esgoto e lixo.

4.1.2.6. Estrutura Administrativa Municipal

Na tabela 13 encontram-se os dados da estrutura administrativa de Barra do Pirai, coletados entre agosto e dezembro de 2004 pelo IBGE.

Tabela 13 – Perfil de Barra do Pirai

Composição do quadro de pessoal da administração direta	
Total de funcionários ativos da administração direta	2124
Total de funcionários ativos da administração direta - Estatutários	1900
Total de funcionários ativos da administração direta - CLT	78
Total de funcionários ativos da administração direta - Somente comissionados	146
Total de funcionários ativos da administração direta - Outros	
Total de funcionários ativos da administração direta - Nível auxiliar	675
Total de funcionários ativos da administração direta - Nível médio	642
Total de funcionários ativos da administração direta - Nível superior	661
Composição do quadro de pessoal da administração indireta	
Administração indireta - existência	Sim
Total de fundações	
Total de autarquias	1
Total de empresas públicas	
Total de sociedades de economia mista	
Total de funcionários ativos da administração indireta	6
Total de funcionários ativos da administração indireta - Estatutários	2
Total de funcionários ativos da administração indireta - CLT	
Total de funcionários ativos da administração indireta - Somente comissionados	1
Total de funcionários ativos da administração indireta - Outros	3
Total de funcionários ativos da administração indireta - Nível auxiliar	
Total de funcionários ativos da administração indireta - Nível médio	2
Total de funcionários ativos da administração indireta - Nível superior	0
Funcionários inativos do Regime Próprio de Previdência	
Instituto ou Fundo Municipal de Previdência para os funcionários da Prefeitura - existência	Sim
Total de aposentados	132
Total de pensionistas	37
Legislação e Instrumentos de Planejamento no Município	
Lei de diretrizes orçamentárias (LDO) - existência	Sim
Lei de orçamento anual (LOA) - existência	Sim
Plano diretor - existência	Sim
Lei de perímetro urbano - existência	Não
Lei de parcelamento do solo - existência	Sim
Lei de zoneamento ou equivalente - existência	Sim
Cadastro do IPTU	
Cadastro imobiliário - existência	Sim
Cadastro imobiliário informatizado - existência	Sim
O cadastro tem:	
Unidades prediais e territoriais cadastradas	Separadamente
Total de unidades prediais no cadastro	27159
Total de unidades territoriais no cadastro	9126
Ano da última atualização da planta de valores para o IPTU	1997
Ano de realização do último recadastramento	2003
Cadastro de ISS	
Cadastro de prestadores de serviço - existência	Sim
Cadastro de prestadores de serviço informatizado	Sim
Ano do último recadastramento	1999
Contribuintes inscritos:	
Número de contribuintes - empresas	4344
Número de contribuintes - outros	5841
Taxas instituídas	
Taxa de iluminação pública - existência	Sim
Taxa de coleta de lixo - existência	Sim
Taxa de limpeza urbana - existência	Sim
Taxa de incêndio ou combate a sinistros - existência	Não
Taxa de poder de polícia - existência	Não
Outros tipos de taxas - existência	Sim

Fonte: IBGE

4.1.3. Indicadores

As informações sobre os diversos indicadores foram extraídas do Estudo Sócio-Econômico do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (2006).

4.1.3.1. Indicadores Sociais

- **Educação**

O aumento do nível educacional está relacionado com redução nos índices de mortalidade e controle da natalidade, com aumento nos rendimentos do trabalho, na redução da pobreza e das desigualdades sociais.

Além disto, uma população mais educada é mais consciente dos seus direitos e deveres, participa de forma mais intensa da vida social, política e cultural do país, sendo importante instrumento para a implantação de políticas de inclusão social.

Um dos objetivos do milênio das Nações Unidas é atingir, até 2015, o ensino básico universal, garantindo que todas as crianças terminem um ciclo completo de ensino básico.

A Prova Brasil, que é aplicada por orientação do Ministério da Educação (MEC), tem o objetivo de auxiliar os gestores no direcionamento de recursos técnicos e financeiros e a comunidade escolar no estabelecimento de metas e implantação de ações pedagógicas e administrativas, para melhoria da qualidade do ensino.

Na tabela 14 encontra-se o comparativo do resultado da Prova Brasil entre a média Brasil, do estado do Rio de Janeiro e de Barra do Piraí, em 2005.

Tabela 14 – Resultado da Prova Brasil

Série	Matemática	Português
4ª da rede estadual Barra do Piraí	188,64	183,98
4ª da rede municipal Barra do Piraí	194,16	186,92
4ª Estado RJ	184,40	178,40
4ª Brasil	180,00	172,90
8ª da rede estadual Barra do Piraí	245,75	236,13
8ª da rede municipal Barra do Piraí	262,54	244,62
8ª Estado RJ	240,50	228,90
8ª Brasil	237,50	222,60

Fonte: Estudos Sócio-Econômicos 2006 – TCE – RJ

Barra do Piraí obteve médias superiores ao Brasil e ao estado do Rio de Janeiro na 4ª e 8ª. séries, tanto em matemática, quanto em português.

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), por sua vez, é aplicado anualmente aos alunos que concluíram o ensino médio e seu principal objetivo é permitir que os estudantes possam se auto-avaliar, tanto em relação ao mercado de trabalho quanto para a continuidade dos estudos.

Ele identifica em que competência o participante está mais ou menos apto e onde ele precisa reforçar o seu grau de desenvolvimento. A nota final é a média das notas de cada competência, que são:

- Domínio da norma culta da língua portuguesa e uso da linguagem matemática, artística e científica.
- Construção e aplicação dos conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas.
- Interpretação de dados e informações representados de diferentes formas, para tomada de decisões.
- Relacionamento de informações, representadas de diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para a construção de argumentação consistente.

- Elaboração de propostas de intervenção solidária, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural, baseada nos conhecimentos desenvolvidos na escola.

Na tabela 15 pode ser verificado o desempenho médio na prova do ENEM realizada em 2005.

Tabela 15 – Resultado ENEM 2005 – Comparativo Barra do Pirá, Estado do RJ e Brasil

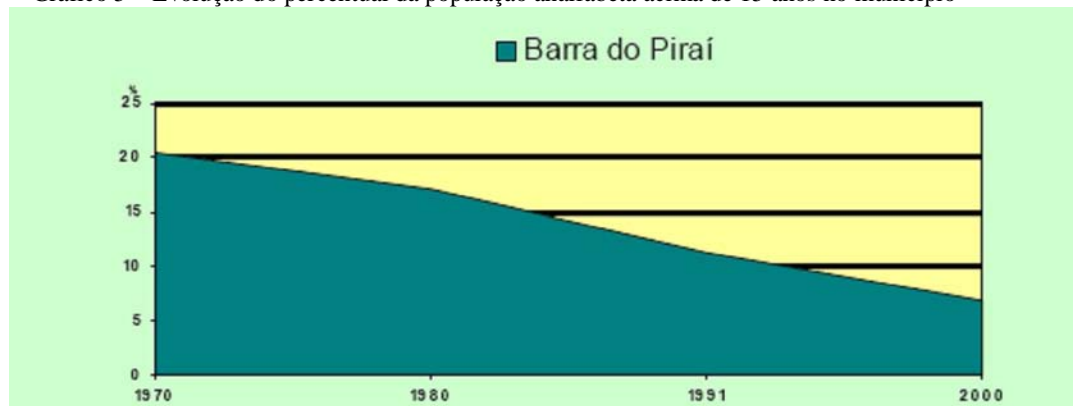
	Prova Objetiva	Prova de Redação	Média
Barra do Pirá			50,70
Estado do RJ	42,50	57,40	46,33
Brasil	39,41	55,96	43,93

Fonte: Estudos Sócio-Econômicos 2006 – TCE – RJ

Novamente Barra do Pirá apresenta resultado superior ao estado do Rio de Janeiro e ao Brasil. Deve ser mencionado que apenas sete municípios no estado do Rio de Janeiro tiveram aproveitamento superior a 50%, mesmo assim, decorrente do bom desempenho de alunos de escolas privadas e não das públicas.

Os dados dos levantamentos censitários das últimas décadas apresentam forte redução na taxa de analfabetismo da população brasileira. Em 2000, Barra do Pirá tinha 5,5% de analfabetos na população, com 15 anos ou mais, enquanto o estado do Rio de Janeiro registrava 7% e no Brasil ainda existem 14% (gráfico 5).

Gráfico 5 – Evolução do percentual da população analfabeta acima de 15 anos no município



Fonte: Estudos Sócio-Econômicos 2006 – TCE – RJ

O número total de matrículas nos ensinos infantil, fundamental e médio de Barra do Pirá, em 2004, foi de 21.937 alunos, sendo registrado em 2005 apenas 21.536, o que representa redução de 1,8% no número de estudantes.

O município de Barra do Pirá possui um campus do UGB, que atualmente disponibiliza 13 cursos, com 1.500 alunos matriculados.

A oferta de ensino de boa qualidade habilita os cidadãos a disputar um espaço no mercado de trabalho, sendo clara a relação existente entre a escolaridade e as remunerações, conforme disposto na tabela 16, no período de 1992 a 2004.

Tabela 16 – Renda Média do Trabalhador Principal por Características no RJ

Renda real média do trabalho principal por características básicas no Rio de Janeiro ¹ (pessoas com 15 anos ou mais)											
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004
Sexo											
Homem	932	859	1136	1186	1123	1209	1106	1075	1043	985	968
Mulher	576	531	685	745	765	769	741	714	707	660	660
Raça											
Branco	978	901	1178	1278	1219	1296	1159	1146	1096	1051	1011
Negros(preto e pardo)	522	474	604	628	597	625	618	582	596	555	591
Idade											
15-24	411	339	455	481	479	498	475	452	459	451	425
25-49	903	823	1055	1136	1082	1090	1020	992	964	880	892
50 ou mais	893	874	1204	1150	1184	1387	1234	1158	1085	1080	1002
Escolaridade											
1º grau incompleto	451	400	510	533	521	531	515	483	479	447	451
1º grau completo	670	588	729	732	720	768	694	665	615	566	549
2º grau incompleto	681	576	668	716	667	702	628	575	554	536	548
2º grau completo	998	870	1121	1180	1102	1106	1056	997	916	864	825
Superior incompleto ou mais	2103	2049	2628	2647	2711	2825	2547	2359	2328	2051	1977
Posição na ocupação											
Empregado com carteira	887	777	924	969	956	993	929	882	883	838	827
Militar	1148	934	1377	1443	1389	1601	1538	1741	1510	1662	1384
Funcionário público	1167	1035	1375	1430	1505	1459	1402	1539	1526	1452	1483
Empregado sem carteira	380	360	466	514	487	553	532	544	548	486	489
Conta própria	668	666	919	1095	965	994	906	851	790	720	725
Empregador	2067	2518	3510	3378	3406	3434	3320	2850	2685	2602	2351

Fonte: Elaborado pelo IETS a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

Notas:

1 - Valores expressos em reais de outubro de 2004.

2 - A pesquisa não foi a campo em 1994 e 2000.

Fonte: Estudos Sócio-Econômicos 2006 – TCE – RJ

Percebe-se analisando os dados acima desigualdades de gênero e raça. À medida que aumenta a escolaridade, a renda média sobe. Empregadores, militares e funcionários públicos são os que percebem maior renda média, enquanto os empregados sem carteira apresentam o menor rendimento.

• Saúde

O acesso aos serviços de prevenção e recuperação da saúde está assegurado a todos pela Constituição de 1988, através das Leis Orgânicas da Saúde, nº 8.080/90 e nº 8.142/90, e as Normas Operacionais Básicas (NOB). O Sistema Único de Saúde (SUS) atua nas três esferas: federal, estadual e municipal.

Percebe-se, no âmbito do estado do Rio de Janeiro, uma redução significativa na quantidade de hospitais, de 401 em 1997 para 317 em 2003.

Com a publicação da Norma Operacional da Assistência à Saúde - SUS 01/2002, a responsabilidade dos municípios no atendimento à saúde foi ampliada, sendo estabelecida a estratégia de regionalização dos serviços de saúde.

O governo do estado do Rio de Janeiro adotou a Programação Pactuada e Integrada (PPI) da assistência ambulatorial e hospitalar, com implantação de centrais de regulação para ordenar a oferta de serviços e agilizar o atendimento aos pacientes e dar maior transparência na alocação de recursos em cada município responsável pela assistência aos seus munícipes e aos vizinhos, garantindo o acesso aos pacientes residentes em cidades que não possuem serviços mais complexos (oncologia,

hemoterapia, tomografias, diálise etc), de forma que os mesmos estejam acessíveis em cada região do estado.

Um município pode estar habilitado à condição de Gestão Plena da Atenção Básica, ou de Gestão Plena do Sistema Municipal.

Na Gestão Plena da Atenção Básica, o município é responsável por:

- o gestão e execução da assistência ambulatorial básica, das ações básicas de vigilância sanitária, de epidemiologia e controle de doenças;
- o gerenciamento de todas as unidades ambulatoriais estatais (municipal/ estadual/ federal) ou privadas;
- o autorização de internações hospitalares e procedimentos ambulatoriais especializados;
- o operação do Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS;
- o controle e avaliação da assistência básica.

A atenção básica deve ser compreendida como o conjunto de ações prestadas às pessoas e à comunidade, para promoção da saúde e prevenção de agravos, bem como seu tratamento e reabilitação nos sistemas locais de saúde.

Barra do Pirai tem Gestão Plena da Atenção Básica e Gestão Estadual Plena, dispondo de 3 hospitais filantrópicos conveniados ao SUS. Oferece um total de 264 leitos hospitalares, numa proporção idêntica à média no estado do Rio de Janeiro, de 2,9 leitos por mil municípios.

Na tabela 17 encontra-se a distribuição das unidades ambulatoriais de Barra do Pirai.

Tabela 17 – Unidades Ambulatoriais

Centro de saúde	24
Unidade mista	3
Clínica especializada	4
Centro/ núcleo de atenção psicossocial	1
Outros serviços auxiliares de diagnose e terapia	2
Unidade não especificada	1

Fonte: Estudos Sócio-Econômicos 2006 – TCE – RJ

No gráfico 6 encontra-se a evolução dos recursos repassados pelo SUS. Os repasses do SUS para o município podem estar sendo contabilizados diretamente no fundo municipal específico, não aparecendo nas finanças municipais da administração direta, que será estudada na abordagem dos indicadores financeiros.

Gráfico 6 – Recursos Repassados pelo SUS para o Município



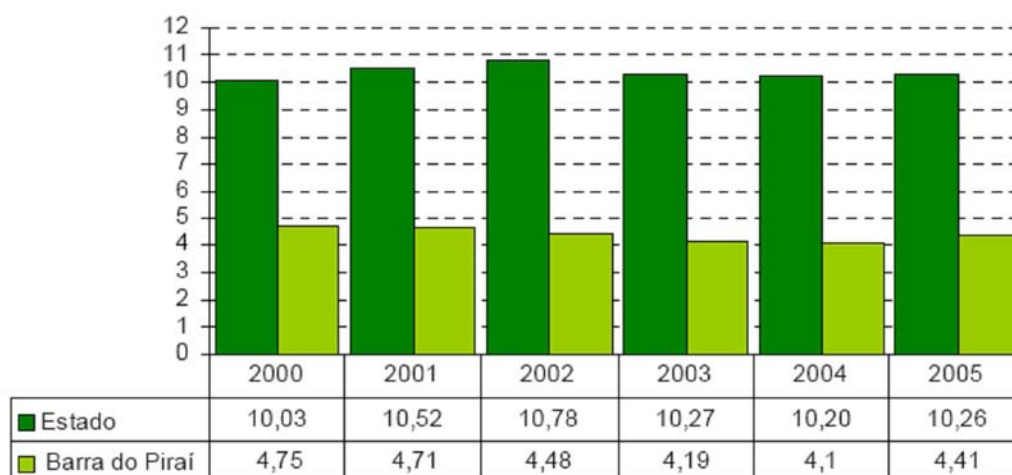
Fonte: Estudos Sócio-Econômicos 2006 – TCE – RJ

A redução dos repasses dos recursos do SUS é devido à mudança de sistemática de transferências. De acordo com o DATASUS, os recursos destinados aos estados, referentes à Farmácia Básica, são contabilizados em “município ignorado” do respectivo estado. Já os recursos da Farmácia Básica, destinados aos municípios são contabilizados nos municípios a que essa verba se destina, apesar de terem sido transferidos ao estado, que deve fazer o repasse ao município. Já com relação a procedimentos de alta complexidade e ações estratégicas, as transferências relativas à gestão plena estadual estão contabilizadas no “município ignorado” do respectivo estado. Nesta rubrica, R\$ 33 milhões foram repassados à administração estadual no ano 2000. As cifras subiram para R\$ 50 milhões no ano seguinte, R\$ 157 milhões em 2002, R\$ 329 milhões em 2003, R\$ 311 milhões em 2004, e alcançaram R\$ 817 milhões em 2005, respectivamente 3%, 4%, 11%, 27%, 21% e 46% das transferências totais ao estado do Rio de Janeiro.

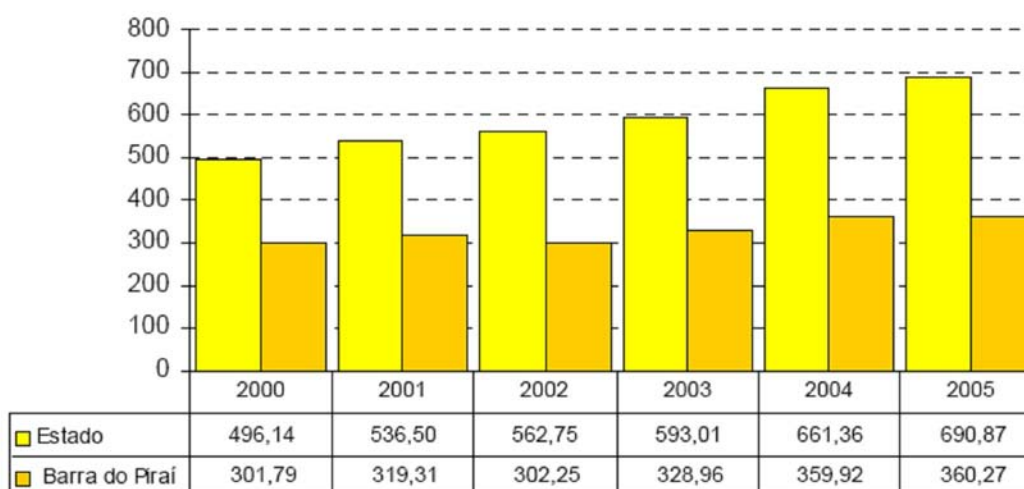
No gráfico 7 percebe-se que tanto o tempo médio de internação, quanto o valor médio de internação em Barra do Piraí são menores que os do estado do Rio de Janeiro.

Gráfico 7– Tempo e Valor Médio de Internação – Estado x Município

Tempo médio de internação (dias)



Valor médio de internação (R\$)

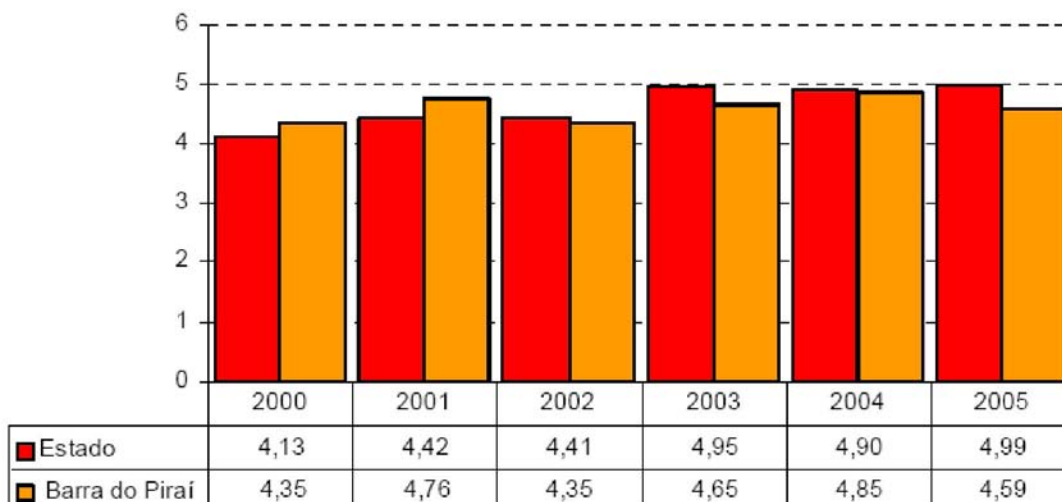


Fonte: Estudos Sócio-Econômicos 2006 – TCE – RJ

Em novembro de 2008, Barra do Piraí aparece em 54º. lugar dentre os municípios do estado do Rio de Janeiro em tempo médio de internação e 16º. lugar em valor médio de internação.

No gráfico 8 encontra-se o comparativo da taxa de mortalidade por internações entre o estado do Rio de Janeiro e Barra do Piraí. Novamente percebe-se melhor situação do município com relação ao estado, uma vez que desde 2002 ele apresenta menor taxa de mortalidade que a estadual.

Gráfico 8 – Taxa de Mortalidade – Estado x Município (por 100 internações)



Fonte: Estudos Sócio-Econômicos 2006 – TCE – RJ

Em novembro de 2008, Barra do Piraí aparece em 29º. lugar no ranking estadual neste quesito, com 3,44 mortes por 100 internações, enquanto o estado do Rio de Janeiro apresenta 4,08.

Apesar destes números, a prestação dos serviços de saúde em Barra do Piraí teve uma queda, com o fechamento do Hospital São Vicente de Paula, cujas instalações foram reformadas e está sendo negociado seu arrendamento pela UNIMED, a limitação dos serviços do Pronto Socorro Municipal (filial da Cruz Vermelha Brasileira), a reduzida capacidade do Hospital Maria de Nazaré (Mãe Pobre) e com sérias dificuldades financeiras que passa a Santa Casa de Misericórdia, maior hospital do município, chegando em alguns períodos a ter o Centro de Tratamento Intensivo (CTI) desativado.

- **Mercado de trabalho**

Inicialmente foi feito um estudo do mercado de trabalho brasileiro nos anos oitenta e noventa, com o objetivo de ser entendida sua dinâmica e formação prévia articulada com as condições da sociedade e da economia brasileiras neste período (GUEDES, 2003) e posterior elaboração de uma análise da evolução do mercado de trabalho na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), da região Sul Fluminense e comparação com o município de Barra do Piraí, em 2004 e 2005 (TCE, 2006).

O Brasil conquistou posição de destaque dentre as economias da semiperiferia, constituindo nos anos cinquenta, bases industriais capitalistas (bens de produção), atingindo no final dos anos setenta a uma das maiores taxas de crescimento do pós-guerra (7% a.a.) e concluindo a instalação de uma base produtiva no padrão da Segunda Revolução Industrial.

A acelerada conversão de uma economia mercantil-exportadora para uma economia urbana-industrial ocorreu em paralelo com a constituição do mercado de trabalho brasileiro. A industrialização substituindo as importações transformou um arquipélago de economias regionais isoladas numa economia integrada e apesar dos desequilíbrios macroeconômicos, regionais e a concentração de renda, a economia cresceu de forma dinâmica, incorporando os imigrantes e os contingentes internos que deslocavam-se do campo para as cidades (nos anos quarenta, 70% da população vivia no meio rural e no Censo de 2000, 82% da população vivia nas cidades),

disponibilizando trabalho regulamentado, elo indispensável entre o mundo do trabalho e a cidadania, independentemente da conjuntura política.

Apesar do dinamismo existente na geração de vagas e na expansão do trabalho regular e regulamentado, havia grande disparidade de rendimento e na natureza dos vínculos empregatícios entre as diferentes regiões, a maior parte dos ocupados não tem contrato de trabalho e não é contribuinte da Previdência Social, fazendo que o Estado (em seus três níveis) desempenhe papel de relevo no mercado de trabalho formal, principalmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, onde é o maior empregador, ao contrário do que ocorre no Sul e Sudeste onde o setor privado tem mais dinamismo e os níveis de renda são mais altos.

Durante os anos oitenta o mercado de trabalho brasileiro era reconhecido por autores de diversas tendências como integrado, mas tanto este mercado quanto a economia apresentavam graves problemas, o que pode ser explicado pela forma que ocorreu o crescimento brasileiro: base em endividamento externo de longo prazo, com juros baratos e flutuantes. A interrupção da entrada de dólares decorrente do segundo choque do petróleo e do choque dos juros, a partir de 1979, levou o Brasil a fechar um acordo com o FMI em 1982 e a adotar uma política contracionista, com diminuição do consumo e do investimento, para viabilizar a formação dos superávits que cobrissem os montantes crescentes do serviço da dívida externa, levando o mercado de trabalho brasileiro a uma trajetória de inflexão, com menor capacidade de geração de novas vagas e a informalização das relações de trabalho.

O efeito da geração de grandes saldos na balança comercial, até 1994, levou à necessidade de conversão da receita cambial em moeda nacional e para que a base monetária não tivesse crescimento descontrolado, iniciou-se a venda de papéis da dívida pública, que substituiu a dívida externa pela interna e criou a “ciranda financeira”, que juntamente com o conflito distributivo, originou o processo hiperinflacionário no Brasil até o começo dos anos noventa.

Com o fim do regime autoritário, o movimento sindical passou a participar das negociações coletivas, conseguindo manter o poder de compra dos salários e democratização das relações de trabalho, paradoxalmente este foi o momento em que a economia brasileira ingressava em um período de dificuldades.

Nos anos noventa a filosofia neoliberal passou a comandar as ações, com a abertura comercial e financeira, o programa de privatizações e o processo de reestruturação produtiva, com a reengenharia das empresas, agravando as dificuldades iniciadas nos anos oitenta, consolidando a imagem do Brasil como um país com alta rotatividade, queda nos rendimentos e fragilização dos contratos de trabalho e forte tendência à emigração, diminuindo a importância dos sindicatos, que passaram a ter reivindicações de caráter meramente defensivo. Foi instituído amplo debate sobre o custo do trabalho e os encargos sociais, relações de trabalho e Previdência Social, com algumas alterações sendo implementadas, visando “flexibilizar o mercado de trabalho”.

Os temas da informalidade, associativismo e empreendedorismo ganharam densidade e o setor estatal passou a apoiar às pequenas e médias empresas e incentivar o microcrédito. A ênfase na capacitação envolveu as Universidades, ONGs e os próprios sindicatos, que passaram a ser executores ou co-executores de alguns programas financiados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

A base das políticas de emprego implementadas nos anos noventa, para minorar o quadro de dificuldades que ora se apresentava, foram os recursos do FAT, o programa de seguro-desemprego e a formação de um fundo público para garantir os recursos destinados à concessão do benefício aos desempregados.

A evolução do nível de emprego geral no Brasil atingiu seu ponto alto em 1989, e apresentou tendência à redução dos vínculos de emprego na População Economicamente Ativa (PEA), dando lugar nos anos 90 ao crescimento das relações de

trabalho precárias (informalidade), ao auto-emprego e a concentração de renda. Isto após 50 anos de crescimento do trabalho formal.

Em seu conjunto as estatísticas apresentadas indicam uma evolução no sentido do agravamento da inflexão no mercado de trabalho. A mudança de direção na política econômica implicou neste aprofundamento, de tal forma que ao longo da década um debate foi consolidando um conjunto de mecanismos voltados para minorar estes problemas, chegando-se a uma política de emprego nos anos noventa, composta por: Seguro Desemprego, Sistema Nacional de Emprego (SINE), Plano Nacional de Formação de Mão de Obra (PLANFOR) e o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER).

Percebe-se a ausência de políticas macro direcionadas para condições mais favoráveis à geração de emprego e renda e a falta de articulação com as demais políticas de governo, o que a torna limitada, levando-se em consideração seu alcance no conjunto do mercado de trabalho brasileiro.

Em 2005, segundo informações da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, dois dos principais indicadores do mercado de trabalho da RMRJ apresentaram desempenho superior ao observado em 2004:

- Taxa de desemprego: queda de 1,47%;
- Rendimentos reais: alta de 2,40% (em 2004, apresentou queda de 0,58%).

O crescimento do nível de ocupação apresentou elevação constante entre 2003 e 2006, com 2,1%, 1,4% e 1,5% respectivamente, conforme registrado na tabela 18. Os resultados da RMRJ são inferiores a média mensal de pessoas ocupadas nas seis regiões metropolitanas pesquisadas e na variação global entre 2003 e 2006 só supera os da região metropolitana de Recife.

Tabela 18 - Pessoas Ocupadas nas Regiões Metropolitanas*

	Nº de pessoas (em mil) *		Variações Relativas (em %)		
	2006	2006/2005	2005/2004	2004/2003	2006/2003
Total	20.281	2,3	3,0	3,2	8,6
Recife	1.317	2,7	1,2	0,7	4,6
Salvador	1.425	2,4	4,2	3,6	10,6
Belo Horizonte	2.195	5,9	3,1	4,5	14,1
Rio de Janeiro	5.038	1,5	1,4	2,1	5,1
São Paulo	8.567	1,9	3,9	4,0	10,1
Porto Alegre	1.739	1,8	3,3	2,1	7,4

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego

* Médias das estimativas mensais

Na PME do IBGE, sobre emprego e desemprego, a população é dividida em blocos de ocupados e desocupados. São considerados desocupados as pessoas que não tinham trabalho na semana de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, tendo tomado alguma providência neste sentido. Portanto, embora as estatísticas oficiais divulguem taxas de desemprego, trata-se à rigor de taxas de ocupação e desocupação.

Embora o nível de ocupação tenha avançado menos em 2005 do que em 2004, houve substancial aumento do emprego com carteira assinada, na RMRJ, que cresceu quase três vezes mais que o aumento médio do conjunto de todas as ocupações. Já as ocupações sem carteira assinada e por conta própria cresceram em 2005 menos do que em 2004.

Percebe-se na tabela 19 que as empresas aumentaram as contratações e que houve diminuição no nível de contratação das demais modalidades.

Tabela 19 – Média Mensal do Número de Pessoas com mais de 10 Anos Ocupadas na Região Metropolitana do RJ (mil pessoas)

Posição na Ocupação	2003	2004	2005	Variação (%)		
				2004/2003	2005/2004	2005/2003
Total	4.794	4.895	4.965	2,11	1,43	3,57
Com carteira	1.963	1.992	2.069	1,52	3,86	5,43
Sem carteira	985	1.013	1.015	2,86	0,19	3,06
Conta própria	1.083	1.139	1.152	5,22	1,12	6,40
Funcionários Públicos	452	464	465	2,82	0,18	3,01
Empregadoras	282	260	242	-7,92	-6,68	-14,07
Trab. não remunerados	31	27	22	-12,57	-18,75	-28,96

Fonte: Estudos Sócio-Econômicos 2006 – TCE – RJ

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) adota critério de regionalização do Estado do Rio de Janeiro, diferentemente do IBGE, que utiliza a PME, conforme pode ser verificada na tabela 20.

Tabela 20 – Região CAGED

Região CAGED	Municípios que dela fazem parte
Bacia de São João	Casimiro de Abreu, Rio das Ostras e Sumidouro
Baía da Ilha Grande	Angra dos Reis e Paraty
Barra do Pirai	Barra do Pirai, Rio das Flores e Valença
Campos dos Goytacazes	Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra
Cantagalo-Cordeiro	Cantagalo, Carmo, Cordeiro e Macuco
Itaguaí	Itaguaí, Mangaratiba e Seropédica
Itaperuna	Bom Jesus do Itabapoana, Italva, Itaperuna, Laje do Muriaé, Natividade, Porciuncula e Varre-Sai
Lagos	Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia e Saquarema
Macacu-Caceribu	Cachoeiras de Macacu e Rio Bonito
Macaé	Carapebus, Conceição de Macabu, Macaé e Quissamã
Nova Friburgo	Bom Jardim, Duas Barras, Nova Friburgo e Sumidouro
Rio de Janeiro	Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti e Tanguá
Santa Maria Madalena	Santa Maria Madalena, São Sebastião do Alto e Trajano de Moraes
Serrana	Petropolis, São José do Vale do Rio Preto e Teresópolis
Três Rios	Areal, Comendador Levy Gasparian, Paraíba do Sul, Sapucaia e Três Rios
Vale do Paraíba	Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Pirai, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro e Volta Redonda
Vassouras	Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paracambi, Paty do Alferes e Vassouras

Fonte: Estudos Sócio-Econômicos 2006 – TCE – RJ

A maior parte das regiões do estado do Rio de Janeiro apresentam desequilíbrio entre seu grau de participação no total da população do estado e o mesmo grau no número de vagas em 1º de janeiro de 2006, conforme demonstrado na tabela 21. Isso é percebido pelos resultados do dinamismo no emprego formal da região Rio de Janeiro, com 78,0%, Vale do Paraíba Fluminense, com 4,4% e Macaé, com 2,8%.

A região de Barra do Pirai, que engloba os municípios de Barra do Pirai, Rio das Flores e Valença, detém 0,9% dos empregos formais do estado, que aumentou 21% entre janeiro de 2000 e janeiro de 2006, ficando em 13º lugar dentre as 18 regiões do CAGED no estado do Rio de Janeiro.

Tabela 21 – Variação Quantidade de Empregos Formais 2000 x 2006

Região	Nº de empregos formais em 1º Janeiro 2000	Admissões	Desligamentos	Variação absoluta	Nº de empregos formais em 1º Janeiro 2006	Variação 2005/2000	% da população no Estado (IBGE em 01/07/05)	% aproximado dos empregos formais no Estado
Macacu-Caceribu	7.806	81.571	63.723	17.848	25.654	229%	0,7%	1,0%
Itaguaí	16.359	54.099	41.596	12.503	28.862	76%	1,3%	1,1%
Macaé	45.990	159.512	133.029	26.483	72.473	58%	1,3%	2,8%
Bacia de São João	6.827	26.100	22.675	3.425	10.252	50%	0,6%	0,4%
Baía da Ilha Grande	19.088	65.885	57.079	8.806	27.894	46%	1,1%	1,1%
Santo Antônio de Pádua	6.886	17.635	15.021	2.614	9.500	38%	0,8%	0,4%
Lagos	35.338	108.150	96.816	11.334	46.672	32%	3,0%	1,8%
Campos dos Goytacazes	51.229	153.692	137.263	16.429	67.658	32%	3,6%	2,6%
Três Rios	23.964	82.719	75.850	6.869	30.833	29%	1,0%	1,2%
Itaperuna	16.382	33.965	29.615	4.350	20.732	27%	1,2%	0,8%
Nova Friburgo	34.043	82.190	73.252	8.938	42.981	26%	1,5%	1,7%
Vassouras	12.494	30.630	27.379	3.251	15.745	26%	1,0%	0,6%
Barra do Piraí	18.639	42.679	38.850	3.829	22.468	21%	1,1%	0,9%
Rio de Janeiro	1.629.454	4.315.170	3.990.849	324.321	1.953.775	20%	73,6%	76,0%
Serrana	62.982	164.790	152.602	12.188	75.170	19%	3,1%	2,9%
Vale do Paraíba Fluminense	95.848	240.461	223.851	16.610	112.458	17%	4,4%	4,4%
Cantaquão-Cordeiro	5.638	14.715	13.921	794	6.432	14%	0,4%	0,3%
Santa Maria Madalena	1.173	3.185	3.087	98	1.271	8%	0,2%	0,0%
Totais	2.090.140	5.677.148	5.196.458	480.690	2.570.830	23%	100,0%	100,0%

Fonte: CAGED

O município de Barra do Piraí teve um crescimento populacional de 6,6% entre 01 de julho de 2000 e 01 de julho de 2005, quando atingiu 94.332 habitantes, o que representa 54,7% da população da região de Barra do Piraí.

No período de janeiro de 2000 a janeiro de 2008 apresentou variação relativa de emprego formal superior à da região e ao estado do Rio de Janeiro, com 21,52%, 17,29% e 20,94%, respectivamente, conforme demonstrado na tabela 22.

Tabela 22 – Admissões e Desligamentos 2000 x 2008 (Município x Micro Região x estado do RJ)

Período Janeiro de 2000 a Janeiro de 2008					
Movimentação	Município			Micro Região	Estado RJ
	Quantidade	% Micro Região	% Estado RJ	Quantidade	Quantidade
Admissões	25.782	59,62	0,45	43.243	5.766.241
Desligamentos	23.513	59,49	0,45	39.526	5.283.261
Variação Absoluta	2.269			3.717	482.980
Variação Relativa	21,52%			17,29%	20,94%
Empregos Formais Janeiro 2008	12.977	57,94	0,46	22.397	2.818.540
Estabelecimentos Janeiro 2008	2.587	44,75	0,56	5.781	463.843

Fonte: CAGED

Medindo a informalidade pela razão entre a soma do número de empregados sem carteira, os que trabalham por conta própria e o total de ocupados, chega-se a 47,9% das pessoas ocupadas na RMRJ, em 2003. A média das seis regiões metropolitanas incluídas na pesquisa é de 45,5%. Esse número aponta um elevado número de pessoas que não terão cobertura previdenciária quando de sua aposentadoria.

Estudos do Tribunal de Contas do Estado apontam que, no ano 2005, as receitas totais realizadas por 28 prefeituras do Estado do Rio de Janeiro (a capital, Barra do Piraí, Barra Mansa, Belford Roxo, Bom Jesus do Itabapoana, Itaboraí, Itaperuna, Magé, Mendes, Mesquita, Miguel Pereira, Miracema, Nilópolis, Niterói, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Paracambi, Paraíba do Sul, Petrópolis, Queimados, São Fidélis, São Gonçalo, São João de Meriti, Teresópolis, Três Rios, Valença, Vassouras e Volta Redonda) foram inferiores ao valor total emitido para seus cidadãos em benefícios previdenciários, acidentários e assistenciais, excluídos os de aposentados e pensionistas estaduais e municipais.

Em Barra do Piraí, a maior parte dos trabalhadores informais atua prestando serviços domésticos, serviços relacionados a confecções informais, bordadeiras,

guardadores e lavadores de carros, feirantes, agricultura familiar e trabalhadores da construção civil, inexistindo fontes que possibilitem estimar este quantitativo. Existem 107 ambulantes autorizados pela prefeitura a comercializar seus produtos no centro da cidade, incluindo carrinhos com comestíveis, mas é comum a atuação de outros ambulantes não autorizados.

4.1.3.2. Indicadores Econômicos

Em 2005, o PIB brasileiro, a preço de mercado, foi de R\$ 1.937,6 bilhões, com crescimento de 2,3% em relação a 2004, resultado superior à média dos últimos dez anos, que é de 2,2% e o PIB *per capita* a preços correntes foi de R\$ 10.520,00.

- **Economia do estado do Rio de Janeiro**

O anúncio da implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), um dos maiores empreendimentos do setor petroquímico mundial, trará grandes transformações para o estado do Rio de Janeiro nos próximos anos. A previsão é o início das operações em 2012 e servirá para aumentar a capacidade de refino do petróleo da bacia de Campos. A expectativa é de geração de 200 mil empregos diretos e indiretos durante a fase de construção e 50 mil empregos diretos e indiretos durante a fase de operação. A região escolhida para receber esse complexo foi dos municípios de Itaboraí e São Gonçalo, tendo em vista sua localização estratégica. Para sua interligação com o Porto de Sepetiba, está sendo construído o Arco Rodoviário do Rio de Janeiro, que é formado por quatro trechos, totalizando 145 quilômetros de extensão, passando pela Baixada Fluminense. Dos quatro trechos previstos, três já foram construídos e estão apenas sendo duplicados, nas BR-493, BR-116 e BR-101 Sul. Esta obra vai trazer melhorias para a infra-estrutura do estado e aliviar o trânsito pesado da Ponte Rio-Niterói e da Avenida Brasil, integrando o Porto de Itaguaí a região metropolitana e ao resto do país.

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) estima que o PIB do estado do Rio de Janeiro cresceu 4,62% em 2005, o dobro da taxa de crescimento do Brasil. A principal responsável por este resultado foi a indústria extrativa mineral. Também devem ser destacada na economia fluminense a elevação do nível de produção de bens e serviços, em 2005.

Na tabela 23 estão expressas a evolução do PIB fluminense, que em 2005 foi de R\$ 235,2 bilhões, sua participação na economia nacional e a taxa de crescimento real. Os dados até 2003 são calculados pelo IBGE. Os de 2004 e 2005 são estimados pela FGV.

Tabela 23 – PIB Estado do Rio de Janeiro

Ano	Preços Correntes (R\$ Milhões)	Part. % RJ x Brasil	Taxa de Crescimento Real (%)
1996	86.758	11,1	2,03
1997	97.674	11,2	1,08
1998	100.651	11,0	2,52
1999	114.419	11,7	1,76
2000	137.877	12,5	2,89
2001	148.033	12,3	1,23
2002	170.114	12,6	4,67
2003	190.384	12,2	-0,10
2004	208.694	11,8	1,31
2005	236.239	12,2	4,62

Fonte: Estudos Sócio-Econômicos 2006 – TCE – RJ

- **Estimativa do crescimento do PIB**

A tabela 24 traz informações sobre a composição do PIB do estado do Rio de Janeiro em 2005, por setor da economia e a respectiva taxa de crescimento.

Tabela 24 – Contribuições Setoriais ao Crescimento da Economia Fluminense em 2005

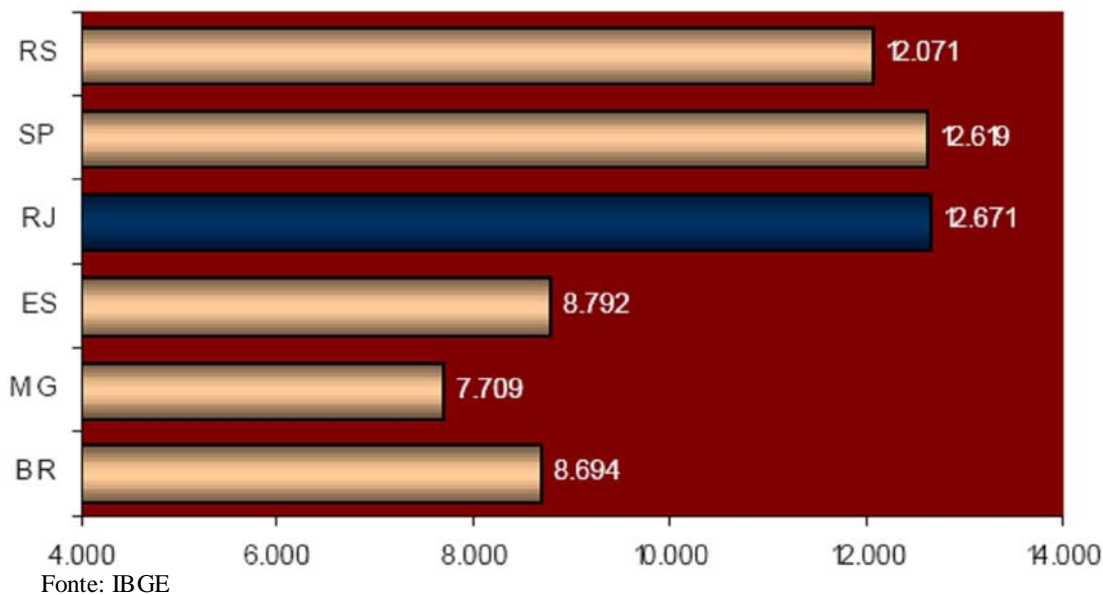
	Taxa de Crescimento (%)	Participação no PIB (%)	Contribuição (pontos percentuais)
Agropecuária	-3,40	0,57	-0,02
Indústria Extrativa	14,98	25,95	3,89
Indústria de Transformação	-0,62	17,24	-0,11
Construção	2,60	5,93	0,15
SIUP	-5,16	3,44	-0,18
Comércio	4,13	5,01	0,21
Comunicações	0,10	1,96	0,00
Transportes	1,74	1,94	0,03
Serviços	2,00	21,49	0,43
Administração Pública	1,30	16,47	0,21
Total (PIB)	4,62	100	4,62

Fonte: Estudos Sócio-Econômicos 2006 – TCE – RJ

- **PIB per capita**

Em 2003, o PIB *per capita* do Rio de Janeiro só perdia para o do Distrito Federal, superando inclusive São Paulo, em 0,4%, conforme demonstrado no gráfico 9.

Gráfico 9 – PIB *per capita* (R\$)



A FGV estimou o PIB *per capita* do estado do Rio de Janeiro em 2005, em R\$ 15.357,00.

As áreas com padrão de vida mais alto, no estado do Rio de Janeiro, encontram-se mais ao sul, nos eixos das rodovias Rio-São Paulo e Rio-Juiz de Fora. Ao norte, destaca-se Macaé, devido à atividade de extração de Petróleo.

• **Desempenho econômico regional e local**

Estão disponíveis informações até 2004 referentes ao PIB estadual, regional e local,

no Estudo Sócio-Econômico do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (2006).

O PIB do Estado em 2004, a preços básicos, de acordo com a CIDE, que utiliza metodologia diversa daquela adotada pelo IBGE e pela FGV, foi de R\$ 233,7 bilhões, dos quais a capital e a Bacia de Campos participaram com 65,6% do total.

A capital do Estado, com PIB a preços básicos de R\$ 109,1 bilhões em 2004, foi líder em todos os setores da economia estadual, exceto na agropecuária.

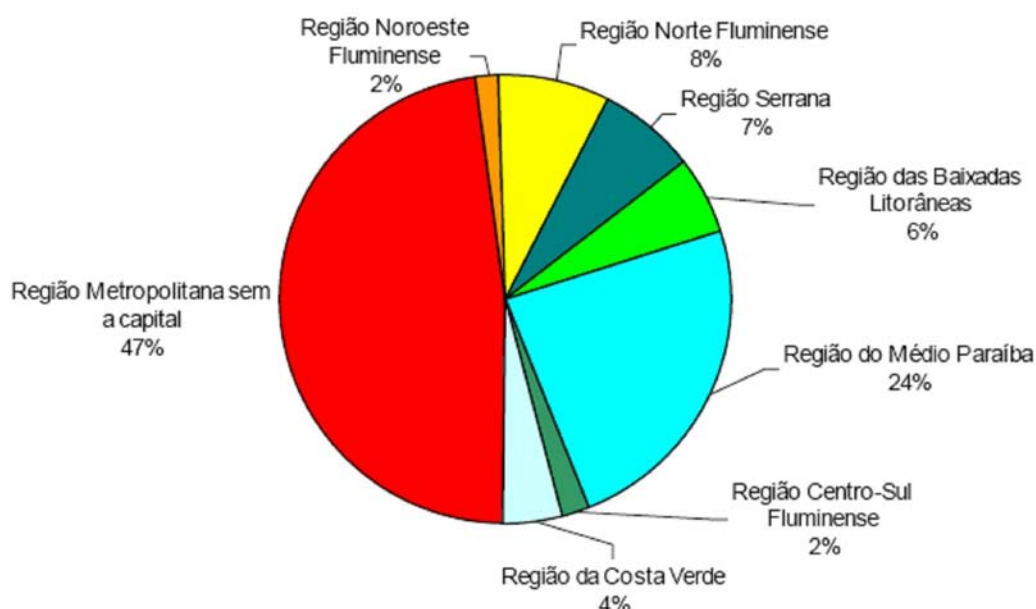
Os destaques por setor foram:

- Agropecuária: Campos dos Goytacazes, Teresópolis, **Barra do Piraí**, Sumidouro, Nova Friburgo e Trajano de Moraes;
- Indústria de transformação: capital, Duque de Caxias, Volta Redonda, Niterói, Porto Real, Resende, Belford Roxo e Barra Mansa;
- Comércio Atacadista: capital, Duque de Caxias, Macaé, Nova Iguaçu, São Gonçalo, Mesquita e Campos dos Goytacazes;
- Comércio Varejista: capital, Niterói, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São Gonçalo, Petrópolis, Macaé e Campos;
- Construção Civil: capital, São Gonçalo, Nova Iguaçu, Mesquita, Petrópolis, Duque de Caxias, São João de Meriti, Niterói e Belford Roxo;
- Serviços Industriais de Utilidade Pública: capital, Piraí, Niterói, São Gonçalo, Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Carmo.
- Transportes: capital, Duque de Caxias, Macaé, Niterói, Nova Iguaçu, São Gonçalo, e Volta Redonda;
- Comunicações: capital, Niterói, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São Gonçalo, Petrópolis e Volta Redonda;

- Instituições Financeiras: capital, Niterói, Duque de Caxias, Campos dos Goytacazes, Nova Iguaçu, Volta Redonda, Macaé, São Gonçalo, Petrópolis e Nova Friburgo;
- Aluguéis: capital, São Gonçalo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Niterói, Belford Roxo, São João de Meriti e Campos dos Goytacazes;
- Outros Serviços: capital, Macaé, Niterói, Duque de Caxias, Petrópolis, Volta Redonda e Campos dos Goytacazes;
- Administração Pública: capital, Niterói, Duque de Caxias, São Gonçalo, Campos dos Goytacazes, Angra dos Reis, Petrópolis, São Pedro da Aldeia, Nova Iguaçu, Volta Redonda e Seropédica.

O gráfico 10 demonstra os resultados, com exclusão da capital e da Bacia de Campos, a fim de possibilitar melhor visualização da participação das regiões na economia estadual, reduzindo-se o PIB para aquilo que foi produzido apenas nos demais municípios (34,4% dos R\$ 233,7 bilhões).

Gráfico 10 – Participação das Regiões no PIB 2004 (Excluída a Capital e Bacia de Campos)



Fonte: Estudos Sócio-Econômicos 2006 – TCE – RJ

O estado do Rio de Janeiro possuía, em 2004, 18 municípios com PIB a preços básicos acima de R\$ 1 bilhão, distribuídos da seguinte forma:

- Região Metropolitana – 8 municípios: capital, Duque de Caxias, Niterói, São Gonçalo, Nova Iguaçu, Belford Roxo, São João de Meriti e Mesquita;
- Região Norte – 2 municípios: Macaé e Campos;
- Região Serrana – 2 municípios: Petrópolis e Nova Friburgo;
- Região do Médio Paraíba – 4 municípios: Volta Redonda, Resende, Porto Real e Barra Mansa;
- Região da Costa Verde – 1 município: Angra dos Reis.

A distribuição geográfica dos 10 municípios com PIB entre R\$ 500 milhões e R\$ 1 bilhão ficou da seguinte forma:

- Região Metropolitana – 4 municípios: Magé, Itaboraí, Queimados e Nilópolis;
- Região Serrana – 1 município: Teresópolis;
- Região do Médio Paraíba – 2 municípios: **Barra do Piraí** e Itatiaia;
- Região das Baixadas Litorâneas – 2 municípios: Cabo Frio e Rio Bonito;

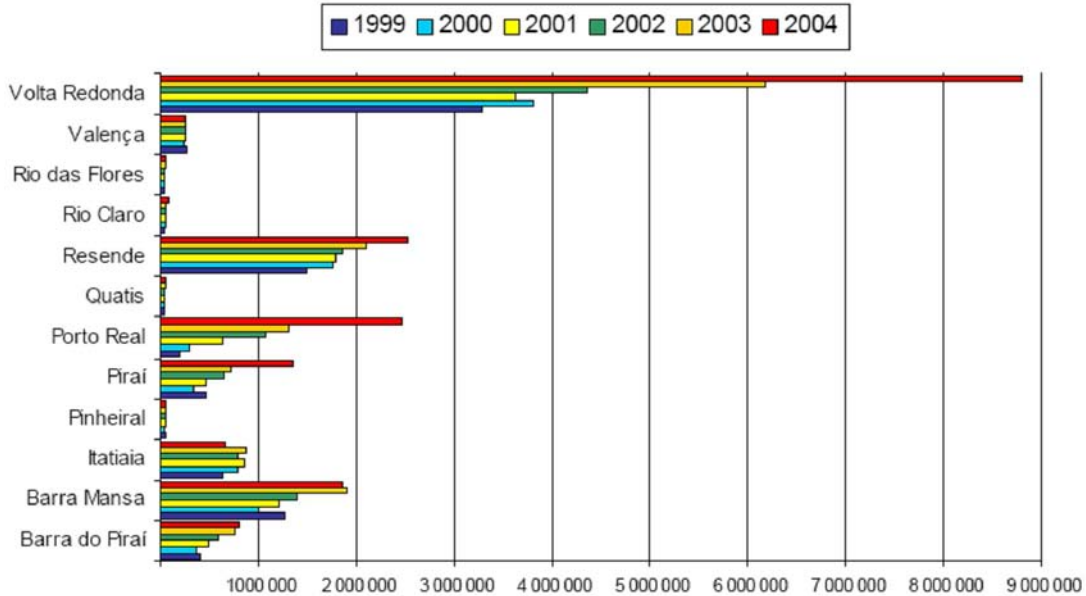
- Região da Costa Verde – 1 município: Itaguaí.

Os demais municípios ficaram assim divididos:

- Entre R\$ 200 e R\$ 500 milhões de PIB: 18 municípios;
- Entre R\$ 100 e R\$ 200 de PIB: 14 municípios;
- Entre R\$ 50 e R\$ 100 milhões de PIB: 22 municípios;
- Menos de R\$ 50 milhões de PIB: 10 municípios.

No gráfico 11, podem-se verificar os desempenhos dos municípios da região do Médio Paraíba, entre 1999 e 2004.

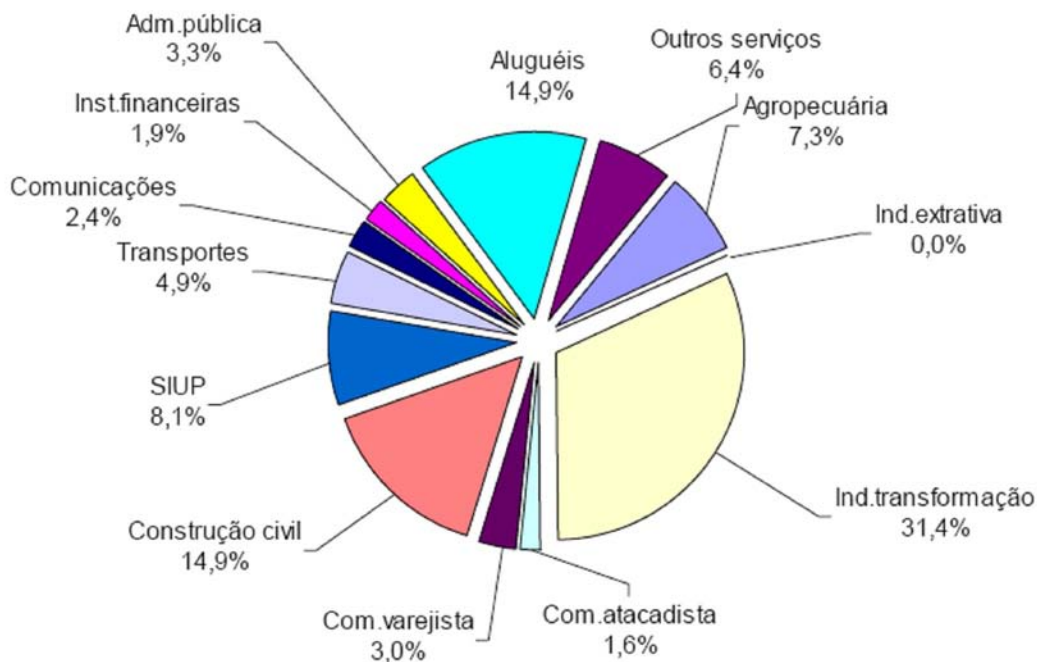
Gráfico 11 – Comparativo da Evolução do PIB a Preços Básicos (R\$ mil correntes)



Fonte: Estudos Sócio-Econômicos 2006 – TCE – RJ

A composição do PIB de Barra do Piraí, em 2004, corresponde ao gráfico 12.

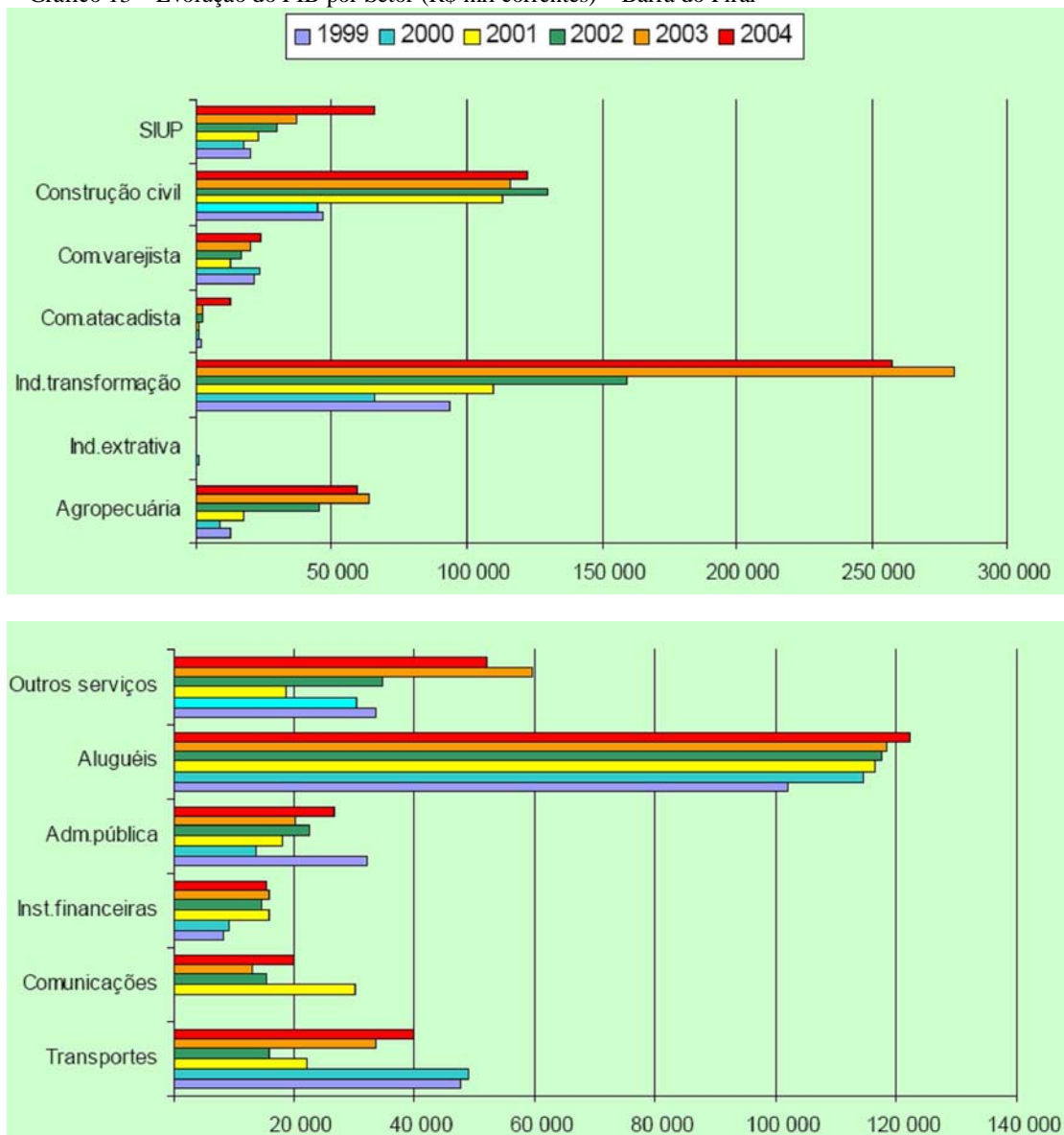
Gráfico 12 – Composição do PIB de Barra do Pirai – 2004



Fonte: Estudos Sócio-Econômicos 2006 – TCE – RJ

No gráfico 13, encontra-se registrada a produção dos setores no período 1999-2004, sendo que, em 1999, o setor indústria de transformação englobou a indústria extrativa e, em 1999 e 2000, o setor transportes englobou as comunicações. Os dados setoriais não imputaram a intermediação financeira:

Gráfico 13 – Evolução do PIB por Setor (R\$ mil correntes) – Barra do Pirai



Fonte: Estudos Sócio-Econômicos 2006 – TCE – RJ

Na tabela 25, é apresentada a produção por setor econômico em Barra do Pirai em 2004 e sua posição comparativa com os demais 91 municípios do Estado do Rio de Janeiro.

Tabela 25 – Produção por Setor Econômico em Barra do Pirai – 2004 e Posição Ranking Estadual

Setor	Produção (mil reais)	Ranking 2004
Agropecuária	59.646	3°
Extração de outros minerais	21	36°
Indústria de transformação	257.641	15°
Comércio atacadista	13.122	23°
Comércio varejista	24.282	24°
Construção civil	122.577	17°
Serviços industriais de utilidade pública	66.455	18°
Transportes	40.083	20°
Comunicações	19.857	25°
Instituições financeiras	15.529	21°
Administração pública	26.713	32°
Aluguéis	122.074	24°
Outros serviços	52.133	32°
Total dos setores	820.135	
Imputação de intermediação financeira	-23.850	
PIB a preços básicos	796.285	22°

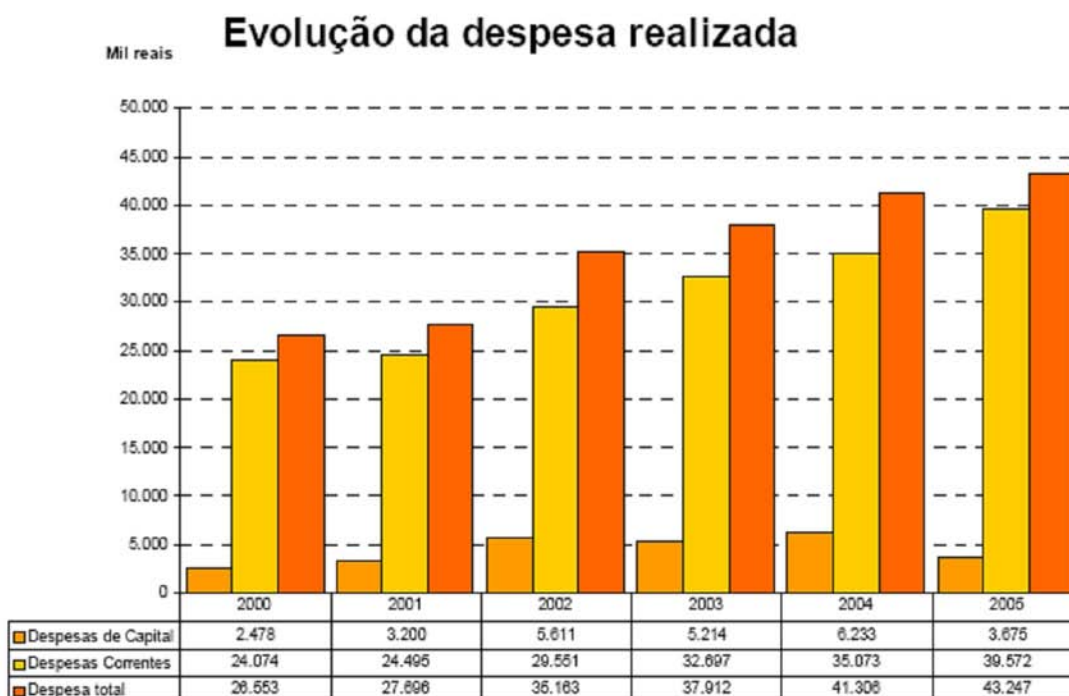
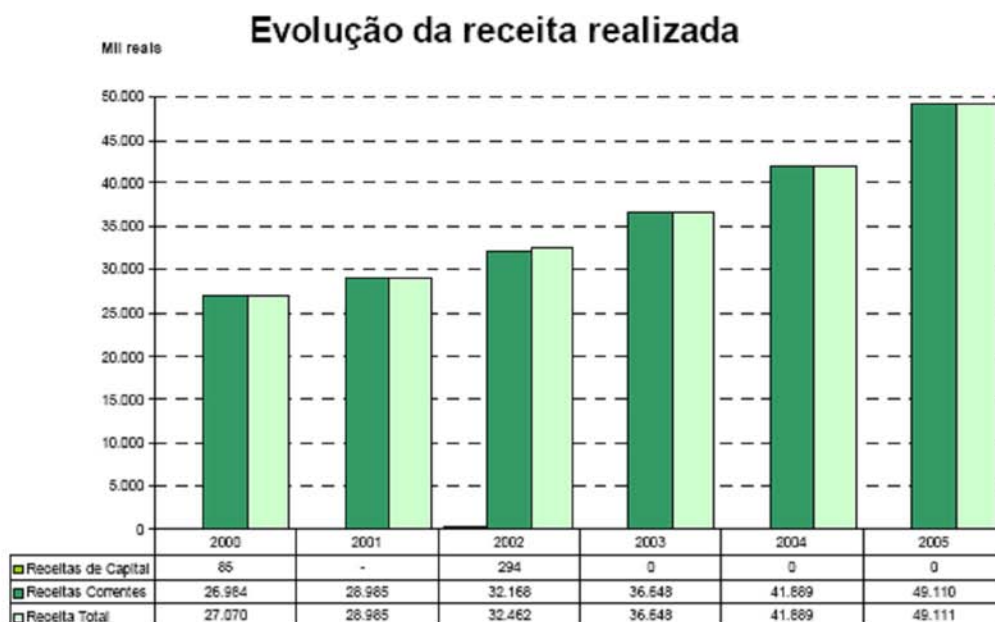
Fonte: Estudos Sócio-Econômicos 2006 – TCE – RJ

4.1.3.3. Indicadores Financeiros

Foi realizada uma análise do desempenho econômico-financeiro da administração direta do município, baseada nas prestações de contas encaminhadas ao Tribunal de Contas.

A evolução e a composição das receitas e despesas no período de 2000 a 2005 é demonstrada no gráfico 14, onde se percebe um aumento de 81% na receita realizada e de 63% na despesa.

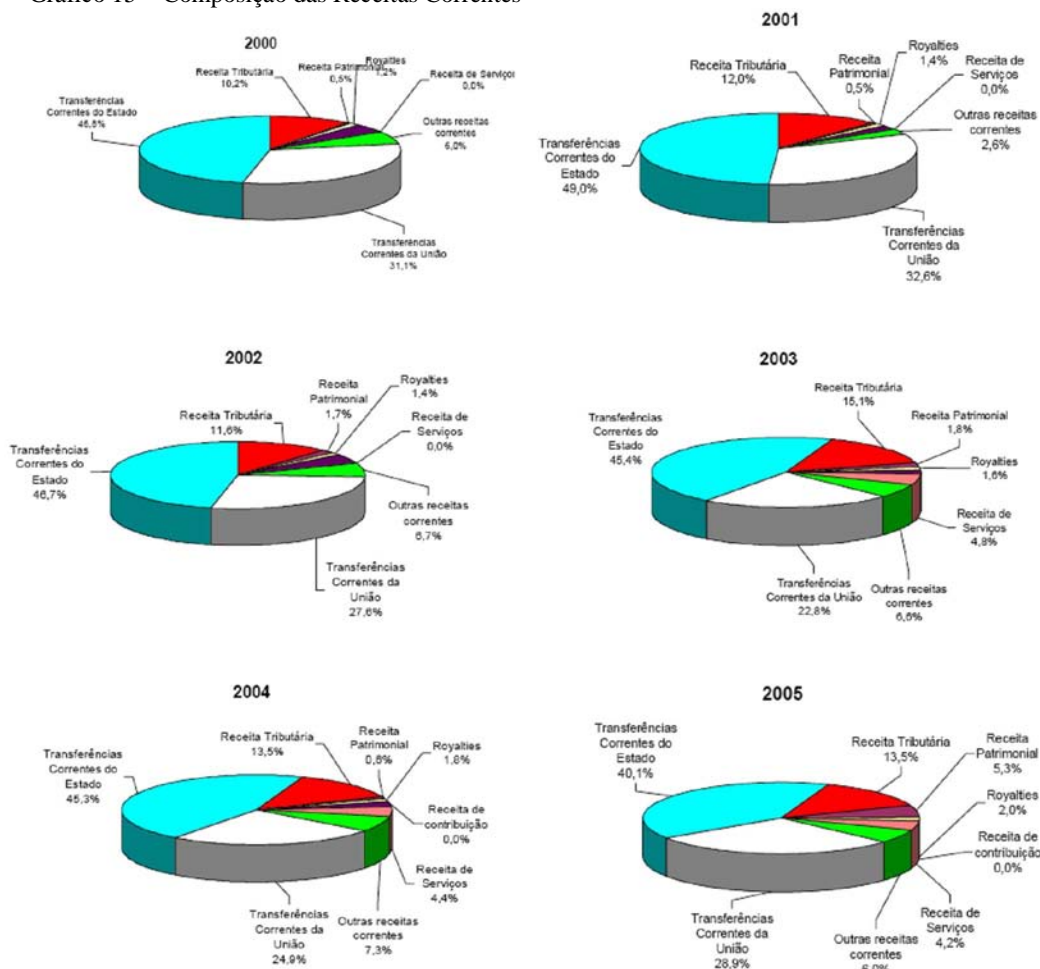
Gráfico 14 – Evolução da Composição das Receitas e Despesas de Barra do Pirai 2000 a 2005



Fonte: Estudos Sócio-Econômicos 2006 – TCE – RJ

Com relação à composição das receitas correntes, o gráfico 15 apresenta sua evolução entre 2000 e 2005, observando-se predominância das transferências correntes e dos *royalties*, já que a receita tributária representa 13,5% do total no ano 2005.

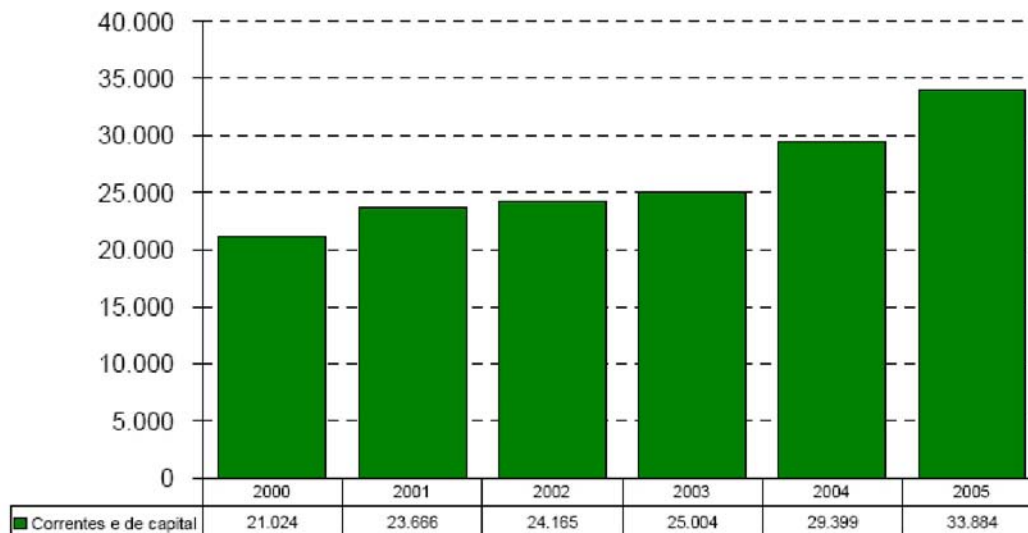
Gráfico 15 – Composição das Receitas Correntes



Fonte: Estudos Sócio-Econômicos 2006 – TCE – RJ

O montante transferido pela União e pelo Estado ao Município está registrado no gráfico 16.

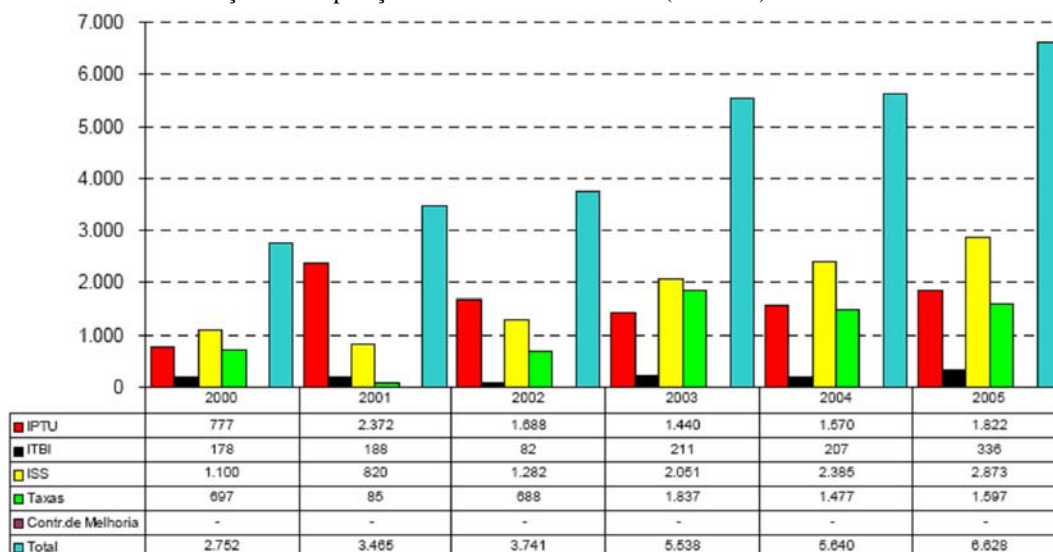
Gráfico 16 – Evolução das Transferências da União e do Estado (mil reais)



Fonte: Estudos Sócio-Econômicos 2006 – TCE – RJ

Comparando os resultados apresentados no gráfico 16 com os do gráfico 17, percebe-se que as evoluções das transferências totais da União e do Estado para o Município aumentaram 61% entre 2000 e 2005, enquanto que a receita tributária teve um crescimento de 141% no mesmo período, decorrente dos seguintes aumentos: 135% na arrecadação de IPTU, 89% na receita de Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), 161% na arrecadação do Imposto Sobre Serviços (ISS) e 129% na receita de taxas.

Gráfico 17 – Evolução e Composição das Receitas Tributárias (mil reais)

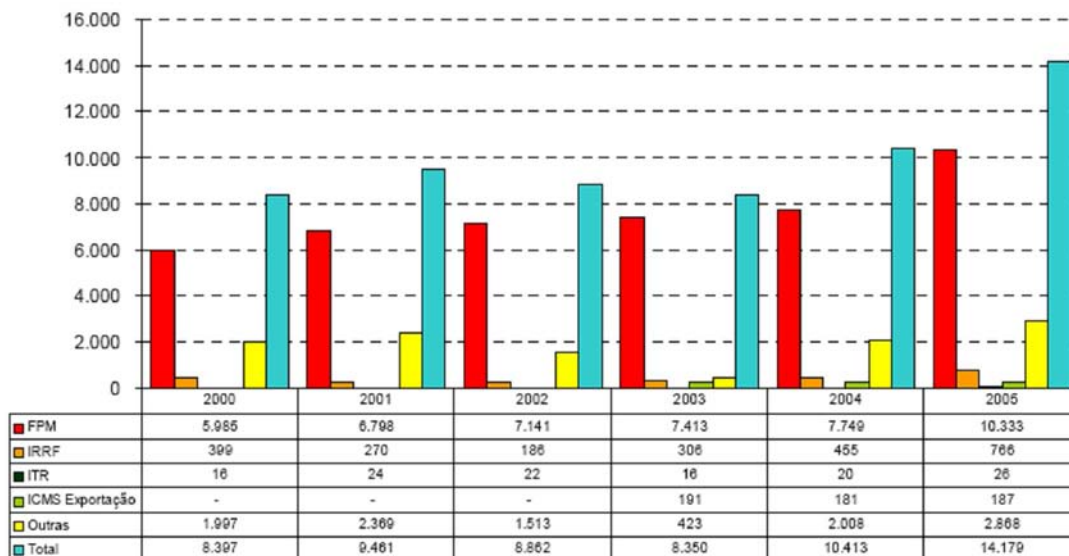


Fonte: Estudos Sócio-Econômicos 2006 – TCE – RJ

As transferências correntes da União⁵ cresceram 69% no período, com aumento de 73% no repasse do Fundo de Participação dos Municípios e ingressos de ICMS Exportação e Outras Transferências, conforme demonstrado no gráfico 18.

⁵ A partir de 2002, a receita de Imposto de Renda retido na fonte – IRRF, passou a ser contabilizada como receita tributária do município. Para preservar a série, no entanto, o IRRF segue alocado como Transferência Corrente da União.

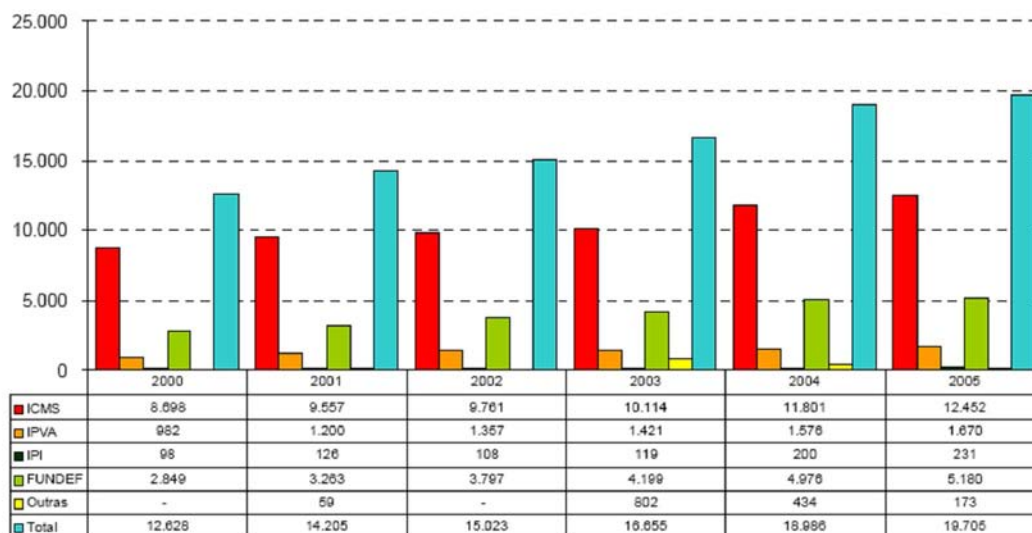
Gráfico 18 – Evolução e Composição das Transferências da União (mil reais)



Fonte: Estudos Sócio-Econômicos 2006 – TCE – RJ

A evolução das transferências correntes do Estado foi de 56% entre 2000 e 2005, contribuindo para o aumento de 43% no repasse do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e o crescimento de 82% do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), conforme gráfico 19.

Gráfico 19 – Evolução e Composição das Transferências do Estado (mil reais)



Fonte: Estudos Sócio-Econômicos 2006 – TCE – RJ

Para melhor entendimento das finanças públicas municipais, serão apresentados os seguintes indicadores:

- equilíbrio orçamentário;
- comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa;
- autonomia financeira;
- esforço tributário próprio;
- dependência de transferências de recursos;

- carga tributária *per capita*;
- custeio *per capita*;
- investimentos *per capita*;
- grau de investimento;
- liquidez corrente.

- **Indicador de equilíbrio orçamentário em 2005**

Demonstra quanto da receita realizada serve para cobrir a despesa executada.

$$\frac{\text{receita realizada}}{\text{despesa executada}} = \frac{\text{R\$ 49.110.562}}{\text{R\$ 43.246.563}} = 1,1356$$

Percebe-se que existem R\$ 113,56 para cada R\$ 100,00 de despesa executada, apresentando superávit de execução.

No gráfico 20 está apresentada a evolução deste indicador entre 2000 e 2005, demonstrando equilíbrio em quatro dos seis anos analisados.

Gráfico 20 – Indicador de Equilíbrio Orçamentário



Fonte: Estudos Sócio-Econômicos 2006 – TCE – RJ

- **Indicador do comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa em 2005**

Mede o nível de comprometimento do município com o funcionamento da máquina administrativa, utilizando-se recursos provenientes das receitas correntes.

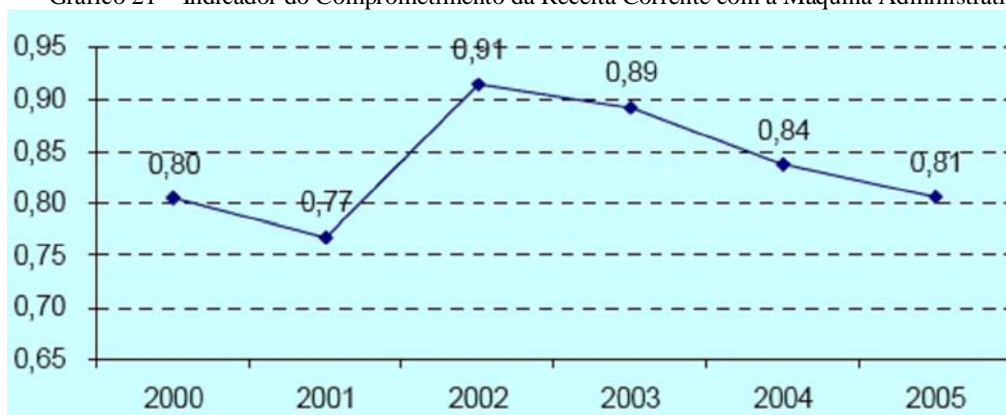
$$\frac{\text{despesas de custeio}}{\text{receitas correntes}} = \frac{\text{R\$ 39.571.773}}{\text{R\$ 49.110.437}} = 0,81$$

Percebe-se que 81% da receita corrente estão destinados a cobrir as despesas de custeio.

As despesas de custeio destinam-se à manutenção dos serviços prestados à população, inclusive despesas de pessoal, mais aquelas destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens móveis, necessárias à operacionalização dos órgãos públicos.

No gráfico 21 pode-se acompanhar a evolução desse indicador, percebendo-se uma tendência de redução, a partir de 2002.

Gráfico 21 – Indicador do Comprometimento da Receita Corrente com a Máquina Administrativa



Fonte: Estudos Sócio-Econômicos 2006 – TCE – RJ

- **Indicador da autonomia financeira em 2005**

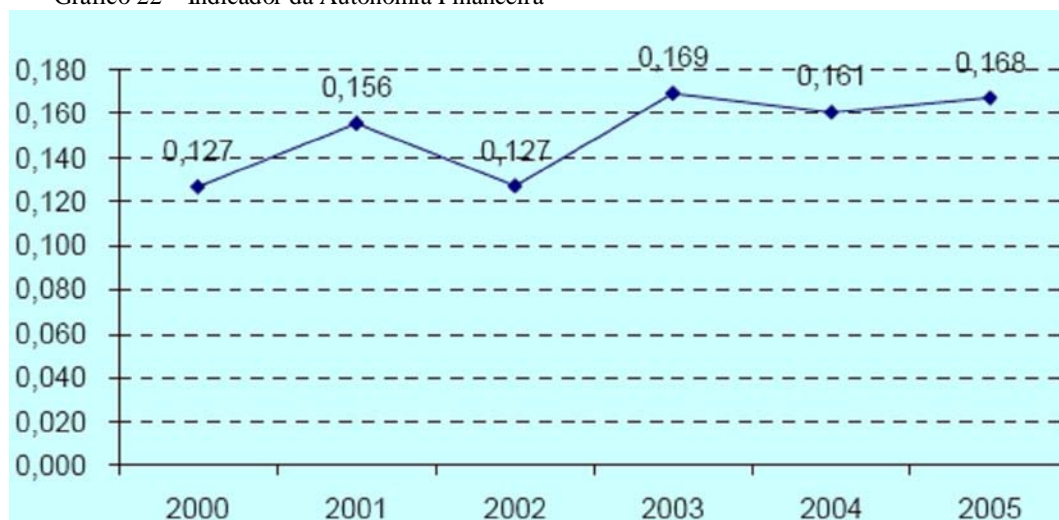
Mede a contribuição da receita tributária própria do Município no atendimento às despesas com a manutenção dos serviços da máquina administrativa.

$$\frac{\text{receita tributária própria}}{\text{despesas de custeio}} = \frac{\text{R\$ 6.628.444}}{\text{R\$ 39.571.773}} = 0,168$$

O município apresentou uma autonomia de 16,8%, no exercício de 2005.

A evolução deste indicador está demonstrada no gráfico 22, apresentando estabilidade a partir de 2003.

Gráfico 22 – Indicador da Autonomia Financeira



Fonte: Estudos Sócio-Econômicos 2006 – TCE – RJ

Houve aumento da autonomia municipal no período, uma vez que a Receita Tributária cresceu apenas 141% no período, contra 82% de aumento das despesas de custeio, demonstrando capacidade de manutenção das atividades e serviços próprios da administração com recursos oriundos de sua competência tributária.

Isso não o torna menos dependente de transferências de recursos financeiros dos demais entes governamentais.

- **Indicador do esforço tributário próprio em 2005**

Compara o esforço tributário próprio que o município realiza no sentido de arrecadar os seus próprios tributos, em relação às receitas arrecadadas.

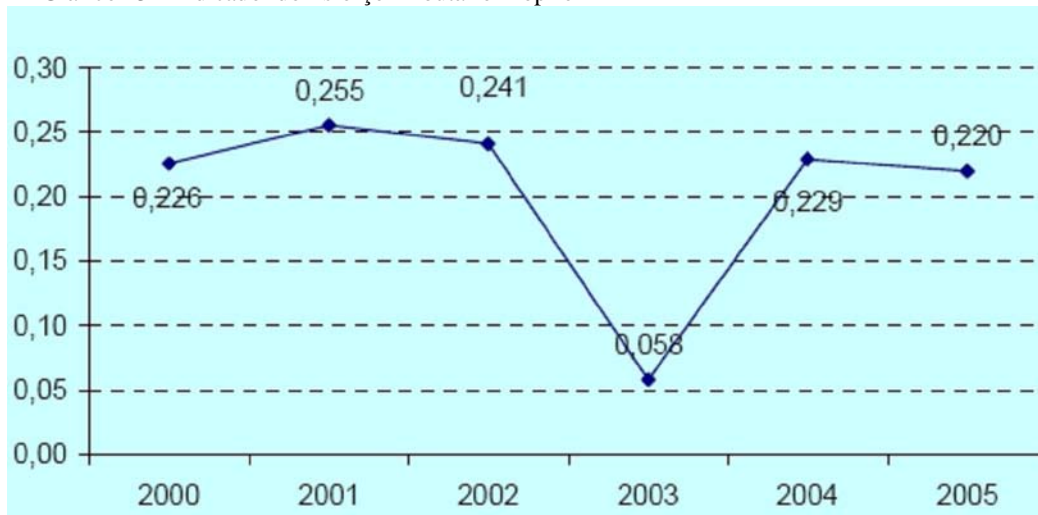
$$\frac{\text{receita tributária própria} + \text{inscrição líquida na dívida ativa}}{\text{receita arrecadada}} =$$

$$\frac{R\$ 6.628.444 + 4.164.848}{R\$ 49.110.562} = 0,220$$

Os recursos financeiros gerados em decorrência da atividade tributária própria do município correspondem a 22,0% da receita total, ficando clara a importância dos repasses dos governos Federal e Estadual, para a realização de investimentos no município.

No gráfico 23 estão demonstrados os resultados a partir de 2000.

Gráfico 23 – Indicador do Esforço Tributário Próprio



Fonte: Estudos Sócio-Econômicos 2006 – TCE – RJ

- **Indicador da dependência de transferências de recursos em 2005**

Demonstra quanto da receita total é proveniente das transferências correntes.

$$\frac{\text{transferências correntes e de capital}}{\text{receita realizada}} = \frac{R\$ 33.883.915}{R\$ 49.110.562} = 0,69$$

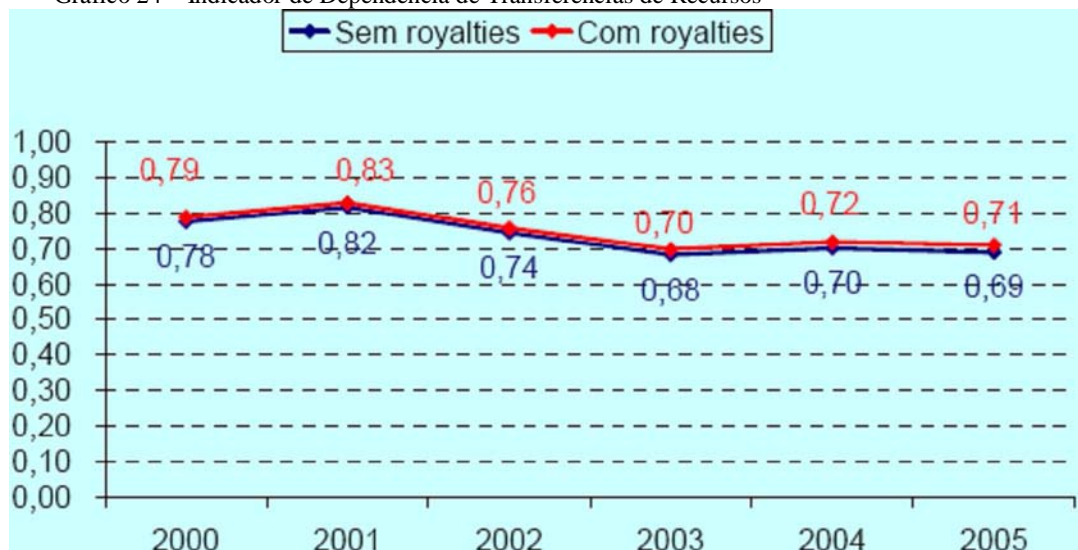
Verifica-se que a receita de transferências representa 69% do total da receita do município.

Caso sejam consideradas as receitas de *royalties*, a dependência de recursos transferidos, para o exercício de 2005, sobem para 71%.

$$\frac{\text{transferências correntes, de capital e royalties}}{\text{receita realizada}} = \frac{R\$ 34.870.849}{R\$ 49.110.562} = 0,71$$

O gráfico 24 apresenta os valores desse indicador a partir de 2000, demonstrando que, embora o percentual seja elevado, está havendo redução da dependência do repasse de outros entes da federação.

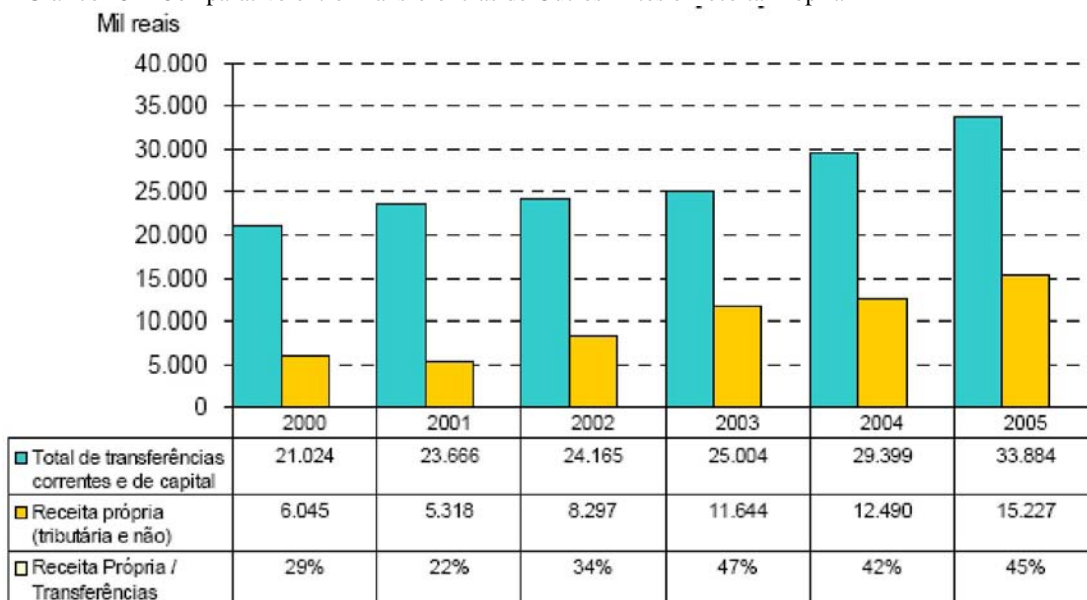
Gráfico 24 – Indicador de Dependência de Transferências de Recursos



Fonte: Estudos Sócio-Econômicos 2006 – TCE – RJ

Esse indicador reforça a leitura da autonomia financeira do município, tendo em vista sua dependência das transferências e, mais recentemente, de *royalties* que, no gráfico 25 estão incluídos na receita própria e representaram R\$ 331 mil em 2000, R\$ 395 mil em 2001, R\$ 451 mil em 2002, R\$ 577 mil em 2003 e R\$ 743 mil em 2004. Pode-se perceber também a melhoria na relação Receita Própria/Transferências.

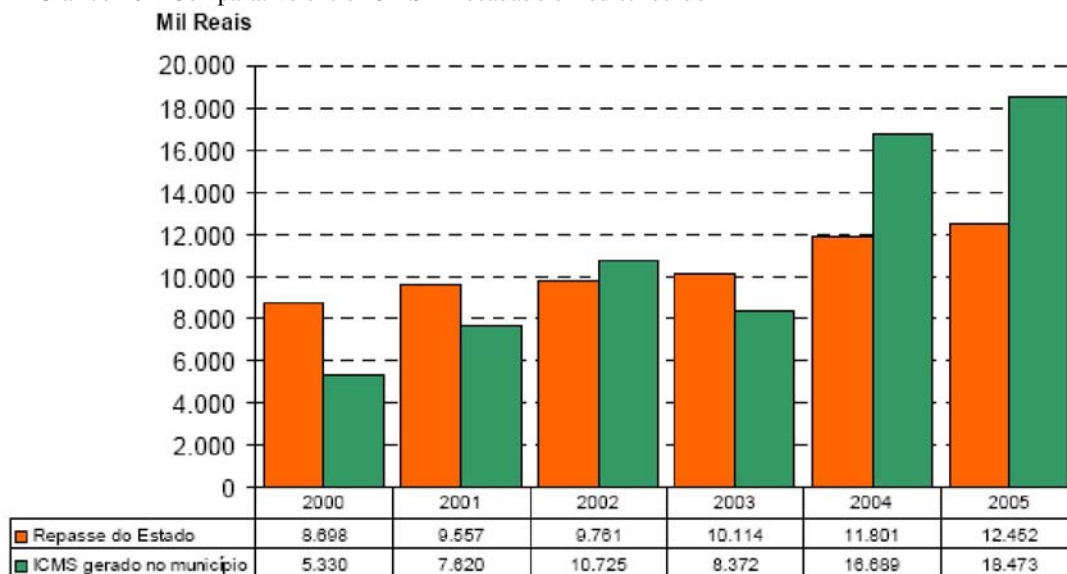
Gráfico 25 – Comparativo entre Transferências de Outros Entes e Receita Própria



Fonte: Estudos Sócio-Econômicos 2006 – TCE – RJ

Já com relação ao ICMS, arrecadado pelo Governo do Estado, verifica-se no gráfico 26 o valor arrecadado no município contra o repasse feito pelo estado (excluída a parcela do FUNDEF), entre 2000 e 2005.

Gráfico 26 – Comparativo entre ICMS Arrecadado e Redistribuído



Fonte: Estudos Sócio-Econômicos 2006 – TCE – RJ

- **Indicador da Carga Tributária *per capita* em 2005**

Reflete a carga tributária que cada habitante do município tem em decorrência da sua contribuição em impostos, taxas e contribuições de melhoria, para os cofres municipais.

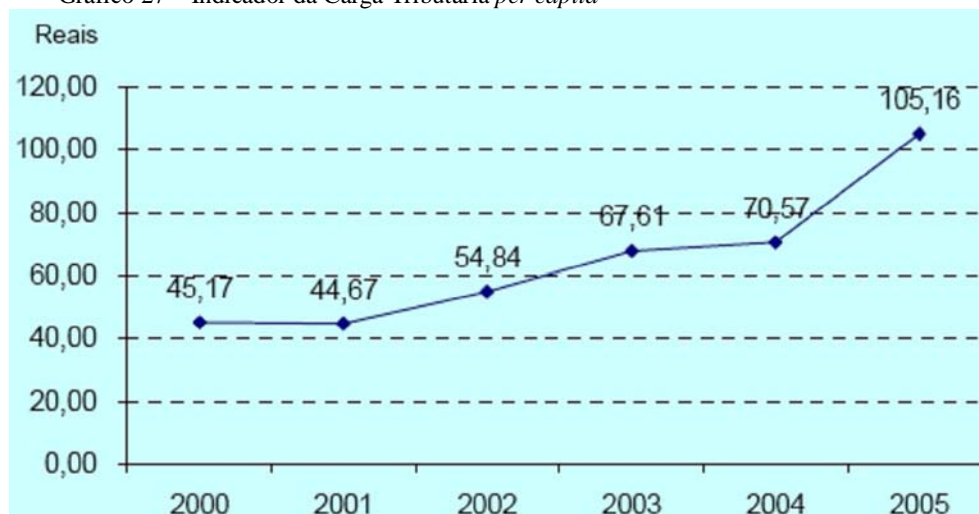
$$\frac{\text{receita tributária própria} + \text{cobrança da dívida ativa}}{\text{população do município}}$$

$$\frac{\text{R\$ } 6.628.444 + 3.291.327}{94.332} = \text{R\$ } 105,16/\text{habitante}$$

Verifica-se que, ao longo do exercício de 2005, cada habitante contribuiu com R\$ 105,00 para as receitas municipais.

No gráfico 27 estão expressas as contribuições dos exercícios anteriores, havendo aumento de 133% no período.

Gráfico 27 – Indicador da Carga Tributária *per capita*



Fonte: Estudos Sócio-Econômicos 2006 – TCE – RJ

- **Indicador do Custeio *per capita* em 2005**

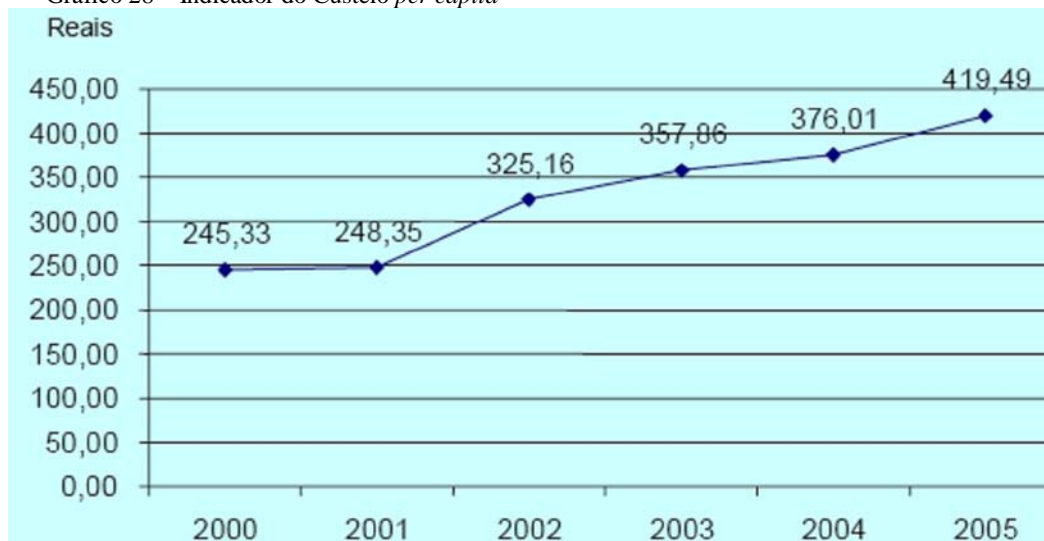
Demonstra o “quantum” com que cada cidadão arcaria para manter a operacionalização dos órgãos públicos municipais.

$$\frac{\text{despesas de custeio}}{\text{população do município}} = \frac{\text{R\$ } 39.571.773}{94.332} = \text{R\$ } 419,49/\text{hab}$$

Caso o município não tivesse outra fonte de recursos, cada cidadão deveria contribuir com R\$ 419,00.

No gráfico 28 estão expressos os valores dos exercícios anteriores, havendo um aumento de 71% no período de 2000 a 2005.

Gráfico 28 – Indicador do Custeio *per capita*



Fonte: Estudos Sócio-Econômicos 2006 – TCE – RJ

- **Indicador dos Investimentos *per capita* em 2005**

Demonstra quanto representam os investimentos públicos aplicados em benefício para cada cidadão.

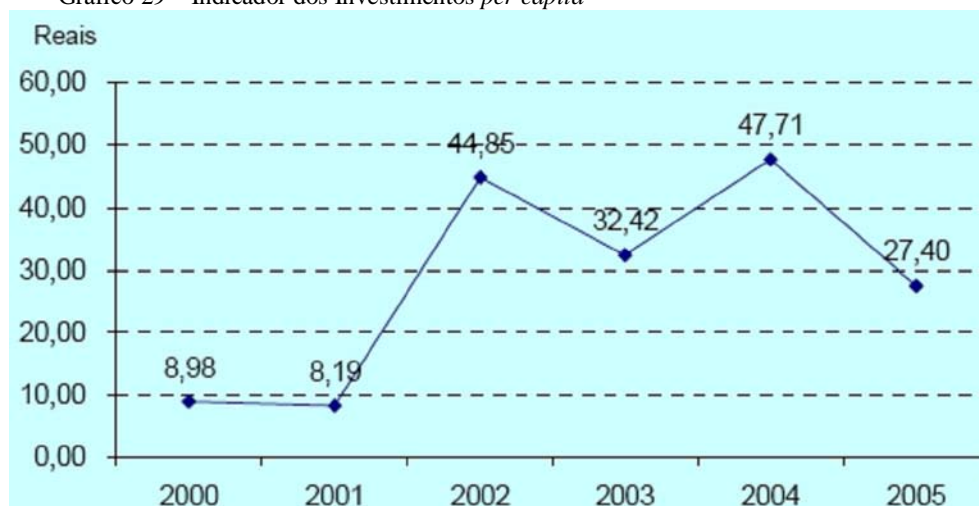
$$\frac{\text{investimentos}}{\text{população do município}} = \frac{\text{R\$ } 2.585.136}{94.332} = \text{R\$ } 27,40/\text{hab}$$

Verifica-se que cada habitante recebeu da administração pública, na forma de investimentos no exercício de 2005, o equivalente a R\$ 27,00 em benefícios diretos e indiretos.

Se considerarmos pelo indicador de Carga Tributária *per capita*, que cada cidadão contribuiu para os cofres municipais com R\$ 105,16 e pelo indicador dos investimentos *per capita*, o resultado foi R\$ 27,40. Podemos afirmar que 26% dos tributos pagos pelos cidadãos retornou a eles como investimentos públicos.

No gráfico 29 está expresso o Investimento *per capita* dos anos anteriores.

Gráfico 29 – Indicador dos Investimentos *per capita*



Fonte: Estudos Sócio-Econômicos 2006 – TCE – RJ

- **Indicador do grau de investimento em 2005**

Este indicador reflete a contribuição da receita total na execução dos investimentos.

$$\frac{\text{investimentos}}{\text{receita total}} = \frac{\text{R\$ 2.585.136}}{\text{R\$ 49.110.562}} = 0,0526$$

Os investimentos públicos correspondem a 5,26% da receita total do município. A restrição de investimentos ocorre de forma a não comprometer a liquidez com utilização de recursos de terceiros ou com a própria manutenção da máquina administrativa, uma vez que, somente com despesas de custeio (indicador comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa) já se comprometem 81% das receitas correntes.

Esse quociente vem se mantendo em níveis baixos em quatro dos seis anos analisados, evidenciando uma parcela pequena dos recursos públicos direcionados ao desenvolvimento do município (gráfico 30).

Gráfico 30 – Indicador do Grau de Investimento



Fonte: Estudos Sócio-Econômicos 2006 – TCE – RJ

- **Indicador da liquidez corrente em 2005**

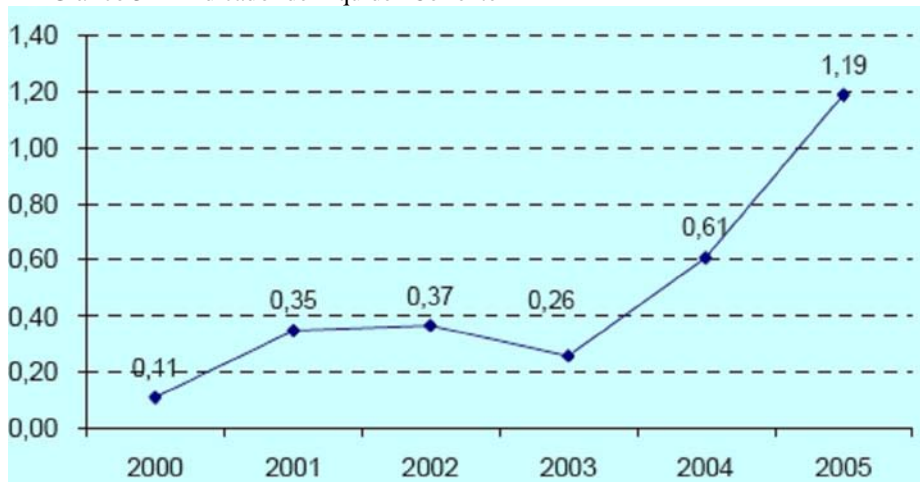
Mede a capacidade do município de pagar suas obrigações com as disponibilidades monetárias.

$$\frac{\text{ativo financeiro}}{\text{passivo financeiro}} = \frac{\text{R\$ 9.504.060}}{\text{R\$ 8.008.181}} = 1,19$$

O quociente acima revela perspectivas favoráveis à solvência imediata dos compromissos a curto prazo, assumidos pela Prefeitura.

O gráfico 31 demonstra que a situação de liquidez do município esteve frágil em todos exercícios anteriores e, a partir de 2003, apresentou tendência de elevação contínua, chegando no bom resultado de 2005.

Gráfico 31 – Indicador de Liquidez Corrente



Fonte: Estudos Sócio-Econômicos 2006 – TCE – RJ

4.1.3.4. Índice de Qualidade do Município

Para as comparações entre as duas edições do IQM (1998 e 2005), serão considerados os resultados do IQM 1998 recalculado.

Para análise dos resultados dentro de um mesmo ano, deve ser feita a comparação dos índices dos 92 municípios do estado do Rio de Janeiro. As mudanças de colocação na classificação geral representam alterações nas posições relativas dos municípios entre si. Dessa forma, mesmo com melhoria nos serviços que compõem um indicador, um município pode perder posições se outro município tiver apresentado melhorias mais expressivas.

Na tabela 26 observa-se que Barra do Piraí é o 28º município no ranking de 2005, tendo perdido 1 posição. Só são apresentados nesta pesquisa os resultados dos municípios até a posição de Barra do Piraí.

Tabela 26 - Classificação dos Municípios no IQM - 1998-2005

Municípios	1998		2005		Diferença 1998 - 2005
	Valor	Classif.	Valor	Classif.	
Rio de Janeiro	1,0000	1	1,0000	1	0
Niterói	0,7090	2	0,8129	2	0
Macaé	0,4789	5	0,6386	3	2
Volta Redonda	0,4980	4	0,5619	4	0
Resende	0,6022	3	0,5464	5	-2
Rio das Ostras	0,3327	23	0,5189	6	17
Porto Real	0,2171	55	0,4664	7	48
Casimiro de Abreu	0,4705	6	0,4618	8	-2
Campos dos Goytacazes	0,4245	9	0,4585	9	0
Duque de Caxias	0,3505	19	0,4528	10	9
Piraí	0,3759	13	0,4358	11	2
Petrópolis	0,4666	7	0,4323	12	-5
Cabo Frio	0,3919	11	0,4308	13	-2
Barra Mansa	0,3876	12	0,4164	14	-2
Vassouras	0,3134	25	0,4101	15	10
Nova Iguaçu	0,3269	24	0,4053	16	8
Três Rios	0,4324	8	0,4044	17	-9
Armação dos Búzios	0,2402	40	0,3818	18	22
São Gonçalo	0,2311	44	0,3748	19	25
Itaguaí	0,3504	20	0,3735	20	0
Nova Friburgo	0,3090	26	0,3637	21	5
Rio Bonito	0,3012	28	0,3608	22	6
Angra dos Reis	0,3421	22	0,3587	23	-1
Quissamã	0,2309	45	0,3528	24	21
Miguel Pereira	0,3702	14	0,3492	25	-11
Bom Jesus do Itabapoana	0,3514	17	0,3469	26	-9
Paracambi	0,2296	46	0,3464	27	19
Barra do Piraí	0,3085	27	0,3397	28	-1

Fonte: Fundação CIDE (2006)

A tabela 27 traz o ranking elaborado em 2005, detalhado por indicador. Fazendo um estudo dentro de cada indicador e utilizando os pesos relativos apontados na tabela 3, é possível fazer uma simulação de que serviços podem ser melhorados ou aumentados, com o objetivo de haver hierarquização nas ações, com o conseqüente reflexo na posição do município no próximo levantamento.

Tabela 27 – Classificação dos municípios no IQM-2005 – Ranking

Municípios	IQM	FAC	QMA	DIN	CEN	IGE	RIQ	CID
Rio de Janeiro	1	1	2	1	1	2	1	1
Niterói	2	2	1	5	2	35	2	5
Macaé	3	33	13	2	4	8	6	39
Volta Redonda	4	4	4	31	18	14	8	9
Resende	5	31	3	22	20	7	5	11
Rio das Ostras	6	16	21	3	23	20	9	71
Porto Real	7	91	64	6	13	10	7	64
Casimiro de Abreu	8	9	58	10	5	12	22	7
Campos dos Goytacazes	9	12	17	36	14	1	27	50
Duque de Caxias	10	13	20	37	6	4	42	43
Piraí	11	17	51	56	26	5	12	10
Petrópolis	12	5	14	19	21	32	10	44
Cabo Frio	13	21	18	7	8	28	19	66
Barra Mansa	14	51	11	66	12	3	26	59
Vassouras	15	6	9	32	15	45	28	13
Nova Iguaçu	16	30	5	52	3	9	58	53
Três Rios	17	38	16	28	16	13	24	33
Armação dos Búzios	18	23	34	4	70	86	4	69
São Gonçalo	19	7	8	68	11	36	56	48
Itaguaí	20	39	40	23	10	18	29	47
Nova Friburgo	21	41	15	39	19	46	16	19
Rio Bonito	22	18	60	12	25	17	46	22
Angra dos Reis	23	11	27	11	40	38	20	52
Quissamã	24	36	79	18	45	37	13	77
Miguel Pereira	25	53	7	26	56	26	15	46
Bom Jesus do Itabapoana	26	3	19	59	48	49	43	3
Paracambi	27	44	45	49	32	6	51	15
Barra do Piraí	28	22	12	47	22	33	35	57

Fonte: Fundação CIDE (2006)

Na tabela 28 encontra-se um comparativo entre 1998 e 2005, aberto por indicador, facilitando o trabalho de comparação de onde houve o declínio na classificação geral.

Tabela 28 - Comparação IQM – Ranking por Indicador - 1998 e 2005

Município	IQM	FAC	QMA	DIN	CEN	IGE	RIQ	CID
Barra do Piraí – 1998	27	15	8	54	23	53	30	47
Barra do Piraí – 2005	28	22	12	47	22	33	35	57

Fonte: Dados da Pesquisa

Uma simples análise na tabela 29 demonstra a situação do município em cada grupo, totalizando perda de posições em 4 grupos e ganho de posição em outros 3.

Tabela 29: Posições Ganhas e Perdas IQM – Ranking por Indicador – 1998 e 2005

Grupo	Ganho de Posições	Perda de Posições
Facilidade para negócios (FAC)		7
Qualificação da mão de obra (QMA)		4
Riqueza e potencial para consumo (RIQ)		5
Cidadania (CID)		10
Dinamismo (DIN)	7	
Centralidade e vantagem locacional (CEN)	1	
Infra-estrutura para grandes investimentos (IGE)	20	

Fonte: Dados da Pesquisa

A implantação dos serviços identificados como prioritários nesta metodologia devem ser analisados sob outros aspectos, como prioridade para a população, dentro do planejamento participativo e disponibilidade orçamentária. O custo x benefício deve ser ponderado, inclusive com a análise dos ganhos futuros.

4.1.4. Síntese sobre Barra do Pirai

O município de Barra do Pirai tem uma área total de 582,1 km², correspondentes a 1,3% do Estado do Rio de Janeiro. Entre 1994 e 2001, houve crescimento de área urbana de 1,5% para 3,2% do território e de acordo com estudos realizados para recomposição da biodiversidade, seria necessário implantar corredores ecológicos em 10,3% do território municipal para interligação de eventuais remanescentes florestais.

A densidade demográfica de seus 94.332 habitantes em 2005 é de 162 pessoas por km², a 37ª maior do Estado. De acordo com o Censo 2000, a taxa de urbanização alcança 95,8% de sua população, distribuídas em 30.223 domicílios, dos quais 65,9% têm acesso à rede geral de abastecimento de água, 52,0% estão ligados à rede geral de esgoto sanitário, e 91,4% têm coleta regular de lixo.

Pesquisando o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2000 (2003), verifica-se que o índice de Gini em 1991 era de 0,54 e em 2000 era de 0,53, demonstrando pequena melhoria na distribuição da renda.

Na mesma fonte percebe-se que Barra do Pirai apresentou IDH de 0,724 em 1991 e de 0,781 em 2000, sendo a educação a dimensão que mais contribuiu para este crescimento, com 48,3%, seguida pela renda, com 27,9% e pela longevidade com 23,8%, o que posiciona o município, de acordo com a classificação do PNUD, como de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). Barra do Pirai ocupava a 1.020ª posição no Brasil, que apresentou média de 0,766 e 24ª posição no estado do Rio de Janeiro, que apresentou média de 0,807. Quanto mais próximo de 1, melhor o desenvolvimento humano.

O diferencial da educação na melhoria do IDH municipal foi reflexo dos bons resultados conquistados, superiores à média do estado do Rio de Janeiro e do Brasil, tanto na Prova Brasil (tabela 13), quanto no ENEM, com médias respectivamente de 50,70, 46,33 e 43,93. Também deve se mencionado o percentual de apenas 5,5% de analfabetos na população com 15 anos ou mais em Barra do Pirai, enquanto o estado do Rio de Janeiro apresenta 7% e o Brasil 14%.

Apesar dos resultados na saúde serem melhores que os do estado do Rio de Janeiro, com relação ao tempo médio de internação (4,41 dias x 10,26 dias e 54º colocado no ranking estadual), valor médio de internação (R\$ 360,27 x R\$ 690,87 e 16º colocado no ranking estadual) e taxa de mortalidade por internações (4,59 x 4,99 e 29º colocado no ranking estadual), os serviços de saúde em Barra do Pirai merecem atenção especial, pelo fechamento ou atendimento precário que vem sendo prestado pelas Unidades Hospitalares.

Com relação ao mercado de trabalho, a região de Barra do Pirai, detém 1,1% da população estadual e 0,9% dos empregos formais do estado. O aumento dos empregos formais na região janeiro de 2000 e janeiro de 2006 foi de 21%, contra 23% do estado do Rio de Janeiro.

O município de Barra do Pirai detém 54,7% da população da região de Barra do Pirai e apresentou variação relativa de emprego formal entre janeiro de 2000 e janeiro de 2006, superior à região e ao estado do Rio de Janeiro, com 21,52%, 17,29% e 20,94%, respectivamente.

O déficit habitacional de Barra do Pirai, em 1991, era de 2.937 unidades distribuídos em 2.695 na zona urbana e 242 na zona rural. Também encontra-se 1.866 famílias conviventes na zona urbana e 86 na zona rural (FUNDAÇÃO CIDE, 2001).

O PIB a preços básicos de Barra do Piraí em 2004 alcançou R\$ 796 milhões, 22ª posição entre os 92 municípios fluminenses, com uma variação de 4,6% em relação ao ano anterior, muito próximo ao crescimento do PIB estadual que também foi de 4,62%.

Na tabela 30 está demonstrado o PIB municipal, por setor da economia, em 2004.

Tabela 30 – Composição do PIB de Barra do Piraí - 2004

Agropecuária	7%	Extração mineral	0%
Indústria de transformação	31%	Comércio atacadista	2%
Comércio varejista	3%	Construção civil	15%
Serviços inds. utilidade pública	8%	Transportes	5%
Comunicações	2%	Instituições financeiras	2%
Administração pública	3%	Aluguéis	15%
Outros serviços	6%	Nota: O critério de arredondamento pode não somar 100%.	

Fonte: Estudos Sócio-Econômicos 2006 – TCE – RJ

Em consulta ao sítio do IBGE (http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_est/), percebe-se que tanto o PIB a preços correntes quanto o PIB *per capita* de Barra do Piraí chegaram a diminuir entre 2004 e 2005, apresentando alguma recuperação em 2006, conforme tabelas 31 e 32.

Tabela 31 – PIB a Preços Correntes (2004 a 2006) – valores x 1.000

	2004	2005	2006
Barra do Piraí	841.829	808.005	873.816
Estado do Rio de Janeiro	222.945.041	247.017.528	275.362.725,532
Brasil	1.941.498.358,001	2.147.239.291,997	2.369.796.546,173

Fonte: IBGE

Tabela 32- PIB *per capita* (2004 a 2006)

	2004	2005	2006
Barra do Piraí	9.025	8.566	9.161
Estado do Rio de Janeiro	14.664	16.057	17.695
Brasil	10.692	11.658	12.688

Fonte: IBGE

O período de seis anos abrangido no presente estudo permitiu o estudo do último ano do prefeito que administrou o município entre 1997 e 2000, os quatro anos do prefeito que administrou o município entre 2001 e 2004 e o primeiro ano do prefeito que administrou o município entre 2005 a 2008.

As análises financeiras abordam o ano de 2005. As principais fontes de receita do município são as transferências do estado, da União e os *Royalties*, ficando as receitas tributárias, receitas de serviços, receitas patrimoniais e outras receitas correntes com apenas 29% da arrecadação total, conforme demonstrado pelo indicador da dependência de transferências de recursos, que atingiu 0,69%.

O custeio da máquina administrativa consome 81% as receitas correntes. Sua autonomia financeira é de 16,8% e seu esforço tributário alcançou 22,0% da receita total. A dependência de transferências da União, do Estado e dos *royalties* atingiu 71%.

Analisando as finanças dos 92 municípios do estado, percebe-se que 35 gestores gastaram mais do que receberam e 36 não apresentaram liquidez corrente de sua administração direta.

Barra do Piraí apresentou equilíbrio orçamentário, com uma receita total de R\$ 49.110.561,97 (1,1356 vezes sua despesa total). Entre 2000 e 2005 as receitas aumentaram 81% e as despesas 63%.

A Carga Tributária *per capita* de R\$ 70,27 é a 43ª do estado e está assim distribuída:

- IPTU: R\$ 19,32 - 49ª lugar no estado do Rio de Janeiro;
- ISS: R\$ 30,46 - 42º lugar no estado do Rio de Janeiro;
- Custeio *per capita*: R\$ 419,49 - 84º lugar no estado do Rio de Janeiro;
- Investimento *per capita*: R\$ 27,40 - 75º lugar no estado do Rio de Janeiro.

O grau de investimento representou apenas 5,3% da receita total, uma vez que elevada parcela das receitas municipais encontram-se comprometidas com despesas de custeio.

Estes indicadores resultaram em uma liquidez corrente de 1,187.

O Secretário de Trabalho e Desenvolvimento Econômico de Barra do Piraí informou que é seu objetivo implantar uma estrutura para elaborar bancos de dados com as principais estatísticas e indicadores do município, demonstrando a evolução nos aspectos sócio-econômicos e ambientais de Barra do Piraí, ainda dentro do mandato do prefeito que estiver em exercício, permitindo avaliação e revisão do planejamento e da gestão.

CAPÍTULO V

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5.1. Considerações Iniciais

As entrevistas foram realizadas no período de novembro a dezembro de 2008, baseadas em um questionário previamente testado e ajustado, cuja utilização para fins puramente acadêmicos foi autorizada por escrito pelos entrevistados.

Sempre que possível, foi feita a opção pela gravação da conversa em substituição à resposta escrita, com o objetivo de possibilitar melhor fluidez sobre o tema e que o entrevistado pudesse prestar mais informações.

A análise de conteúdo foi realizada em três etapas: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, que foram registradas neste capítulo.

Na etapa da pré-análise, foi feita a transcrição de todas gravações, de modo a se obter todas as informações disponíveis para tratamento e interpretação.

Na etapa da exploração do material houve a codificação. As informações foram tratadas, as palavras-chave marcadas e foi feita sua contagem, de acordo com sua presença e/ou ordem de aparecimento. Finalmente foi feita sua classificação, de acordo com as características comuns.

Na etapa do tratamento dos resultados foi realizado o cruzamento das palavras-chave com a revisão da literatura existente no Capítulo II deste trabalho, permitindo que se chegasse às inferências e interpretações.

Com isso, obteve-se um entendimento da percepção que o conjunto de atores locais entrevistados tem com relação às dimensões econômico-financeira, de desenvolvimento urbano e social de Barra do Pirai.

Essa percepção ainda foi confrontada com os indicadores e dados econômico-financeiros e de desenvolvimento urbano e social coletados neste trabalho.

5.2. Análise das Questões de Pesquisa

Foi elaborada uma análise detalhada de cada categoria encontrada durante o desenvolvimento do trabalho:

- **Qualidade de Vida**

Tenório (2007) define desenvolvimento como um processo de transformação econômica, política e social, através do qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo.

Conforme já abordado, mais importante que a mensuração do PIB ou da RPC, deve ser observado como está o grau de distribuição da renda de uma sociedade.

Das quatorze respostas fornecidas para a pergunta 1, registrou-se que dez atores consideram a qualidade de vida em Barra do Pirai como excelente ou boa, três a consideram média e um a considera ruim.

Os pontos destacados como representativos para este resultado foram segurança e tranquilidade e os aspectos que devem ser melhorados são relacionados à saúde e cultura.

Ao ser consultado sobre qualidade de vida em Barra do Pirai, o entrevistado nº 5 respondeu: “A segurança, a paz e a tranquilidade é o grande destaque, a solidariedade das pessoas tem um valor imenso. Uma cidade com 100 mil habitantes e onde todos se conhecem”.

Já o entrevistado nº 12 declarou: “Barra do Pirai como cidade do interior que é, apesar de sua posição geográfica, não perdeu a tranquilidade que caracteriza as cidades do interior. Pode-se circular no centro da cidade sem maiores riscos, as pessoas se frequentam e as famílias vão às praças e aos clubes”.

Sem dúvida o município oferece boa qualidade de vida à população, com destaque para segurança, tranquilidade, comércio, serviços em geral e educação.

- **Oportunidades de Trabalho**

Os governantes municipais normalmente focam a administração local da crise econômica e social, concorrendo com outros municípios para atração de empresas, o que limita as possibilidades, sem trazer grandes benefícios para a população. “Até que ponto é possível inventar e trilhar caminhos que realmente ultrapassem o limitado horizonte da gestão da crise e da adesão subordinada à guerra dos lugares?” (VAINER, 2002, p. 13)

O IBAM (1999) associa ao desenvolvimento econômico a capacidade de geração de trabalho e renda e a expansão da economia informal, que traz diversos problemas aos municípios, sendo importante o realinhamento progressivo de ocupações informais no novo desenho para a economia formal, com ampliação da base tributária local e a diminuição das pressões populares por investimentos públicos.

Analisando as entrevistas, o comércio e os serviços aparecem com frequência como oportunidade de trabalho, quando o assunto é emprego formal. Como existem apenas duas indústrias de maior porte, o aproveitamento dos trabalhadores neste setor é limitado. Foi destacado que se o empregado for muito qualificado e a pretensão salarial elevada, as oportunidades ficam muito limitadas.

Existem diversas ações do executivo em curso para geração de empregos, podendo ser destacado: atração de pequenas e microempresas, instalação do distrito industrial em Vargem Alegre, desenvolvimento do turismo de aventura em Ipiabas, utilização do “Film Commission” com gravação de mini-séries para televisão, aproveitando moradores do local para complementação do elenco.

Com relação ao trabalho informal, as atividades mais apontadas foram camelôs, serviços domésticos, confecção, ambulantes com comestíveis, lavadores e guardadores carros, atividades ligadas ao meio rural e construção civil (pedreiro)

De acordo com o entrevistado nº 1: “Sendo entroncamento ferroviário, antes existia o atacado, grandes atacadistas da região, as principais transações ocorriam em Barra do Piraí. Hoje são as oportunidades de uma cidade de interior, que vive de si própria”. E continua: “O comércio não é um comércio de ponta. Também não existem especializações nos serviços, na área de saúde, por exemplo Barra do Piraí não atrai pessoas para esta atividade”.

O entrevistado nº 2 destacou a qualidade da mão de obra do barrense: “A empresa Nalin, loja de departamentos com sede em Magé, irá se instalar aqui e a gerente ficou muito bem impressionada com a qualidade dos currículos e que terá dificuldade na seleção. É um dos melhores municípios que ela implantou loja com relação a qualidade dos candidatos”.

O município não tem oferecido boas oportunidades de trabalho para seus habitantes, especialmente para profissionais com formação superior. A maior parte das vagas acontecem para média e baixa renda, especialmente no comércio, serviços e nas poucas indústrias instaladas.

- **Programas Habitacionais**

Um dos grandes problemas existentes nos municípios é a retenção de terras por especuladores aguardando sua valorização, o que obriga a expansão cada vez maior da zona urbana do município, gerando vazios urbanos e sub-aproveitando os serviços disponibilizados pelo serviço público.

A cultura vigente no Brasil e na América Latina é que a valorização imobiliária é um direito do proprietário da terra e os governantes hesitam em utilizar instrumentos legais como: IPTU progressivo, solo criado, Zonas Especiais de Interesse Social e Ambiental, Habitação de Interesse Social e

revisão das plantas de valores municipais, que poderiam ampliar a arrecadação para o financiamento das cidades, regular o mercado e baratear o custo da terra, captar recursos da valorização imobiliária, recuperar investimentos em infraestrutura, regularizar e urbanizar áreas irregulares ou formar estoque de terras para moradias populares (MARICATO, 2007).

Furtado et al (2001) ainda destacam as operações urbanas consorciadas, a outorga onerosa do direito de construir, a transferência do direito de construir e o direito à preempção como mecanismos para coibir a apropriação privada de mais-valias fundiárias.

Os autores ressaltam a importância do executivo municipal vencer as objeções à aplicação dos instrumentos de gestão da terra, muitas vezes apoiadas em falsas premissas ou em posições ideológicas.

Dos quatorze entrevistados apenas dois entendem que a situação habitacional em Barra do Piraí é boa, os demais apontam a necessidade de ser implantada uma política habitacional que busque captar recursos do Governo Federal destinados a famílias com baixa renda e/ou moradoras em área de risco/ocupação de áreas públicas.

Foi ressaltado que no centro e nos bairros as moradias são de boa qualidade, mas em alguns bairros chega-se a encontrar moradias muito precárias, chegando a existir certo grau de favelização.

De acordo com o entrevistado nº 2: “Não temos política habitacional em Barra do Piraí, ficando a condução do problema com os funcionários da Secretaria de Obras, mas com muito esforço. A Caixa possui diversos produtos que poderiam ser utilizados, mas não existe uma estrutura para cuidar destes programas, que são necessários até para realocar diversas famílias que moram em zona de risco e de inundação ou em áreas públicas”.

Já o entrevistado nº 5 afirmou: “Este é um dos itens que prejudicam o desenvolvimento de Barra do Piraí, pois aqui existe um dos alugueis mais caros da região e que foge dos padrões nacionais. A cidade está na mão de meia dúzia de pessoas que detectaram oportunidade e acabaram sendo donas de uma parte da cidade”.

O entrevistado nº 13 aborda o tema sugerindo: “Existem lotes vagos entre os bairros que poderiam fazer parte de um plano alternativo para oferta de moradias. O problema principal são as moradias edificadas nas encostas e margens dos rios, cujos moradores poderiam a médio/longo prazos serem transferidos para local mais seguro”.

A questão fundiária e habitacional deve ser tratada com urgência pelos atuais gestores, uma vez que poucas pessoas detêm a propriedade das terras localizadas no município e não existem lançamentos de empreendimentos imobiliários, fazendo com que o preço dos imóveis existentes, sejam muito elevados.

- **Gestão Participativa**

Tenório (2007) destacou a democracia deliberativa como o processo que procura se apoiar nas concepções de cidadania liberal e cidadania republicana, onde a legitimidade das decisões políticas deve ter origem em processos de discussão, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum.

Ainda de acordo com o autor, com a transformação do cidadão passivo em ativo, é possível administrar um município, estado ou país com competência, sem necessidade de seguir os “profetas econômicos” da sociedade atual, seguidores do “deus mercado” e que pregam a “lei do mais forte”, a necessidade de se “trabalhar com estratégias” e transformam o cidadão em um “cliente”, com poder de comprar e vender.

Ele prega uma integração da democracia representativa e da democracia deliberativa (participativa), porque apenas o debate parlamentar no Congresso,

na Assembléia Legislativa e na Câmara de Vereadores é incapaz de identificar quais são os reais problemas de uma comunidade. Com isso, pode-se viabilizar uma administração pública ampliada, que incentive a participação dos interessados nos processos decisórios.

Maricato (2007) destaca a importância do Orçamento Participativo, que amplia a cidadania através de um processo pedagógico, distribui rendas, melhorias e oportunidades, quebra monopólios na definição dos investimentos em infra-estrutura, equipamentos e serviços urbanos, atingindo a lógica de funcionamento da valorização imobiliária e diminui a segregação territorial.

Dos quatorze entrevistados onze entendem que existe a participação popular através dos Conselhos Municipais. Apesar disto, dois atores questionam a inexistência da participação da gestão, com utilização do orçamento participativo e maior envolvimento da população nos destinos da cidade.

A indicação de necessidade de capacitação dos conselheiros mais atuantes também é uma constante nos relatos.

O entrevistado nº 1 registrou quando perguntado se existia participação popular na gestão pública: “Atualmente sim, percebi intensa participação popular na elaboração do PDDUBP e nos diversos conselhos, podendo ser citado como exemplo o COMBARRA e o conselho do Meio Ambiente. Já na gestão eu não vejo participação popular”. Ele sugere uma ação específica do executivo: “A prefeitura deveria atuar com uma política pública, que deve estar acima dos partidos, ser instituída por lei, ter alcance imediato, objetivos e princípios. Criar uma lei baseada nestes objetivos e princípios, definir como funcionará o subsistema operacional e quem vai ser responsável naquela política. Não interessa quem estiver no poder, a política pública é que norteará as ações. A participação popular será decorrente disto. O papel pedagógico da política pública é que na medida que vai acontecendo vai educando e capacitando o cidadão, que vai sendo cada vez mais participante. Deve haver eficácia e eficiência para garantir a verdadeira participação da população”.

O entrevistado nº 3 reforçou a necessidade da capacitação dos conselheiros: “As pessoas se interessam em participar da gestão pública sem receber nenhum tipo de compensação financeira, mas olhando os membros dos diversos conselhos você encontrará as mesmas pessoas. Deveria haver capacitação dos conselheiros mais atuantes, pois eles não sabem a força que têm e deixam o poder público resolver o que será feito. No governo atual já houve melhoria, pois o prefeito abriu o governo de forma democrática”.

O entrevistado nº 4 destacou: “Em 2000 já existia legislação federal com os conselhos municipais. Os prefeitos não querem implantar, mas são obrigados. Não vejo orçamento participativo ou outras ações que não sejam as obrigatórias, mas também não vejo interesse da população participar”.

Reforçando a afirmação acima, o entrevistado nº 11 mencionou: “Não percebo participação popular na gestão pública. Não vejo, neste caso, nenhum interesse da administração municipal na participação da população e nem, por parte da população qualquer interesse em participar”.

Para haver uma participação popular efetiva é necessária a qualificação dos membros dos conselhos municipais, a perseverança nas reuniões envolvendo a população e o incentivo à sua participação, pois existe natural acomodação das pessoas, que acabam se omitindo e deixando que uma minoria ou apenas os representantes eleitos decidam os destinos do município.

- **Situação Econômica**

Analisando os dados existentes nas diversas fontes consultadas percebe-se que a dimensão que Barra do Piraí apresenta mais dificuldades é a econômica, chegando a ter redução no PIB a preços correntes e *per capita* entre 2004 e 2005, com pequena recuperação em 2006 (tabelas 30 e 31).

Diversas empresas iniciaram atividades em Barra do Piraí nos últimos anos, mas o resultado desta ação só aparecerá nos dados macroeconômicos futuros, tendo em vista a defasagem existente na divulgação destes números.

Dos quatorze entrevistados, seis percebem alguma melhoria na economia local e seis a percebem estagnada ou em declínio.

A percepção geral é que a opção pelo modal rodoviário em substituição ao ferroviário foi decisivo para o esvaziamento local.

O crescimento verificado na década de 70, a exemplo do que ocorreu com todo país, não teve continuidade.

As atividades que mais aparecem como destaque local são o comércio (dez indicações), as indústrias existentes (sete indicações), agropecuária (cinco indicações) e serviços (quatro indicações).

As necessidades em termos de infra-estrutura econômica, pela ordem de indicação são: planejamento do trânsito da cidade e interligação da rodovia Lúcio Meira com a rodovia Presidente Dutra (cinco indicações). Retirada da rodoviária do centro da cidade, redução do ICMS para atração de novas empresas e transporte urbano caro (três indicações).

O entrevistado nº 3 destacou: “Apesar de termos perdido algumas indústrias percebo alguma melhoria, com fortalecimento do comércio, que tem como cliente, além dos barrenses, os moradores das cidades vizinhas. O desenvolvimento urbano está sendo trabalhado para receber estas pessoas. Também é importante reconhecer que a atual administração tem conseguido atrair novas empresas nos últimos anos e se reaproximou dos governos estadual e federal”.

Já o entrevistado nº 11 registrou: “Vejo como decadente a situação econômica de Barra do Piraí se comparada a alguns municípios vizinhos. Atribuo como principal causa a mudança que ocorreu no modal de transporte, que antes era o ferroviário e privilegiava Barra do Piraí e agora é o rodoviário que privilegia as cidades que se situam ao longo da rodovia Presidente Dutra”.

De acordo com o entrevistado nº 7: “A maior necessidade em termos de infra-estrutura é a ligação rodoviária direta ao eixo da rodovia Presidente Dutra ao longo do qual está situado o pólo mais dinâmico do desenvolvimento da região Sul Fluminense até a rodovia Lúcio Meira, que viabilizaria o pólo industrial de Vargem Alegre e o contorno rodoviário de Barra do Piraí, evitando todo trânsito pesado das indústrias locais pelo centro da cidade”.

O entrevistado nº 4 reforçou o problema do trânsito, que prejudica a atração de novas empresas: “O trânsito no centro de Barra do Piraí deve ser repensado, pois os engarrafamentos são constantes. A Associação Comercial não aceita tirar a rodoviária do centro e isto é uma mentalidade arcaica e os prefeitos ficam com receio de tomar uma atitude para corrigir este problema”.

O entrevistado nº 5 abordou a questão reconhecendo o problema: “Fica claro que fizemos uma curva descendente, com o fechamento de grandes empresas. Tivemos uma queda, chegamos a um patamar e começamos a retomar o crescimento. Estamos na segunda fase da retomada, com reversão desta tendência”.

O entrevistado nº 10 destacou a contribuição do município à região e ao estado: “Tanto para região quanto para o estado, a contribuição é na pecuária. Temos grande vocação para esta atividade. Eu mesmo acabo de investir em um projeto de melhoramento genético, tanto para o leite como para o corte”.

A economia local começa a apresentar sinais de recuperação e novas empresas começam a se instalar no município. É vital o planejamento do trânsito da cidade, a retirada da rodoviária do centro municipal, assim como a interligação da rodovia Lúcio Meira com a rodovia Presidente Dutra e a construção da nova ponte sobre o rio Paraíba do Sul. O alinhamento da alíquota do ICMS é fundamental, para evitar que exista benefício para algum município específico.

- **Políticas Públicas**

Maricato (2007) destaca a necessidade de haver integração tanto entre os diferentes setores do governo bem como do governo com a sociedade, com o objetivo de realizar ações urbanísticas, ambientais, econômicas (emprego e renda) e sociais (educação, saúde e cultura).

O conceito de política pública está na constituição, com destaque para saúde, educação, assistência social, política urbana e meio ambiente.

O tópico presente em quase todos questionários foi a preocupação com a disponibilização dos serviços de saúde em Barra do Piraí.

O trânsito tumultuado, com constantes engarrafamentos também aparece, com sugestões para realização de estudo dos fluxos por empresa especializada, a construção da nova ponte sobre o rio Paraíba, ligando a BR Metals à Metalúrgica Barra do Piraí, que irá viabilizar o anel viário e retirada do trânsito pesado do centro da cidade e para a retirada da rodoviária do centro de Barra do Piraí.

Outra preocupação é com a preservação e reflorestamento dos morros, que com o aumento das chuvas estão trazendo muitos transtornos para os cidadãos. A recuperação e desassoreamento dos rios, especialmente do rio Piraí, também aparece em diversos questionários.

Com relação a educação, é sugerido a implantação de uma escola pública qualificada e qualificação profissional, aproveitando que este é um item que Barra do Piraí se destaca no estado do Rio de Janeiro.

O entrevistado nº 1 destacou: “Deve ser disponibilizado um hospital simples, saúde básica, médico de saúde na família, implantada uma grande escola pública, qualificada, substituir o assistencialismo por um conselho municipal qualificado, com um processo participativo, uma secretaria de ação comunitária e assistência social que elabore projetos que atendam grupos vulneráveis: política para mulher da periferia, em situação de risco, política para a infância e adolescência, para o idoso, para o deficiente físico, para os negros, buscar a igualdade de gênero”. Ele continuou destacando a sociedade de Barra do Piraí: “A sociedade de BP é inclusiva e é contemporânea e é importante se tirar partido disto. Ela historicamente gosta de novidades, está aberta e ávida por novidades, é republicana. O barrense de modo geral não é conservador. Este é um dado positivo subjetivo”.

Foi registrado pelo entrevistado nº 5: “A revitalização do Mercado popular será fundamental, ele será referencia, uma obra de boa apresentação e que o usuário tenha prazer, conforto. Será instalado um comercio que é a industria da informalidade, que não está contribuindo e relegada quase que ao desprezo, mas as pessoas consomem lá. Os supermercados inviabilizaram o mercado popular de horti-fruti. Vamos manter as características arquitetônicas e históricas e aproveitar o primeiro piso para as atividades das pessoas que lá estão, bolsas, conserto de fogão, cabeleleiro, etc. No segundo pavimento se instalará todo comercio ambulante de Barra do Piraí. Vamos formalizar a informalidade, estimulando-os a se tornarem formais. O ambiente será limpo, os sanitários de qualidade, haverá praça de alimentação, sala de cinema e teatro, escada rolante, as pessoas terão atrações. Serão 154 lojas no segundo andar e mais de 40 no térreo. Vamos mudar o entorno e o trânsito”. Ele continuou registrando: “Vamos mexer na saúde de Barra do Piraí de forma real e não política. Uma cidade com 100 mil habitantes precisa de saúde, de UTI. As pessoas não podem ficar ouvindo que o hospital vai fechar, que está com o pagamento atrasado. A cruz vermelha ficou para traz, está capenga. O Hospital Maria de Nazareth é conduzido por pessoas abnegadas, espirituais. A Santa Casa seria a grande referencia. Na região não tem nenhuma igual e o que falta é gestão profissional. Para ter gestão tem que ter o poder de mudar as pessoas. Agora estas três instituições são privadas e a Prefeitura não tem poder sobre elas”.

O entrevistado nº 6 apontou oportunidades na privatização da BR 393: “Temos que aproveitar a privatização da rodovia Lucio Meira (BR 393) que dará

oportunidade de maior desenvolvimento local”. Ele continuou: “Como projeto futuro destaco a construção da terceira ponte sobre o rio Paraíba do Sul, ligando as indústrias BR Metals e Metalúrgica Barra do Pirai, bem como a criação de um condomínio industrial na área da Metalúrgica Barra do Pirai”.

Consultado sobre que políticas públicas deveriam ser priorizadas, o entrevistado nº 8 retornou: “Atenção ao setor turístico como alternativa econômica, atenção com os prédios históricos tombados, manutenção e embelezamento das praças e ruas principais, que representam o cartão postal da cidade e a criação do Pólo Industrial em Vargem Alegre”.

Já o entrevistado nº 14 entendeu ser prioritário: “Investimentos na saúde, em habitação e cursos profissionalizantes para colocar o povo dentro do mercado de trabalho”.

O entrevistado nº 9 registrou sua preocupação com a inadimplência nos tributos e falta de consciência cidadã: “Alguns contribuintes solicitam o não pagamento da taxa de esgoto, pois despejam diretamente nos rios os seus detritos”.

Os serviços de saúde merecem atenção especial dos atuais gestores de Barra do Pirai. É necessário o planejamento do trânsito, conforme já mencionado no item Situação Econômica. A preservação e reflorestamento dos morros é fundamental para evitar a formação de voçorocas e o assoreamento dos rios. A qualificação profissional, com implantação de uma escola pública de excelência será fundamental para formação de profissionais do mesmo nível que hoje se encontra no município. A qualificação dos membros dos conselhos municipais e a atuação de uma secretaria de ação comunitária e assistência social que elabore projetos que atendam grupos vulneráveis irá contribuir para diminuição das desigualdades e inclusão social.

- **Oportunidades de Desenvolvimento Municipal**

Para Vainer (2002), cada cidade é campo e objeto de relações de geração e apropriação de recursos, devido à estrutura do poder e relações entre os diversos atores e nela está a escala para construção de estratégias transescalares e de sujeitos políticos aptos a operarem de forma articulada com coalizões e alianças em múltiplas escalas.

Tenório (2007) aponta que o DLS pode ser alcançado com a ação concertada entre o poder público local, sociedade civil organizada, e o mercado. Diversas sugestões foram apresentadas para o desenvolvimento municipal, podendo ser destacado: o aproveitamento da duplicação da rodovia Lúcio Meira (BR 393), que liga o sul ao norte do Brasil, o comércio local, o turismo (de aventura, rural, histórico, etc), hotéis para negócios, dotados de auditório, a criação do distrito industrial de Vargem Alegre para atração de indústrias de pequeno e médio porte, a pecuária de ponta, com implantação de melhorias genéticas, a criação do anel viário municipal, envolvendo a construção de uma nova ponte sobre o rio Paraíba do Sul, a construção de uma rodovia ligando a rodovia Lucio Meira à Presidente Dutra, o retorno do atacado no comércio, com a implantação da retroárea do porto de Sepetiba, o biodiesel, com reflorestamento dos morros e a volta do trem de passageiros, com ligação do Rio de Janeiro – Japeri - Barra do Pirai – Itatiaia.

O entrevistado nº 1 registrou: “O comércio deveria tentar recuperar a posição grande atacadista, que já foi no passado. Seria importante a construção da estrada de ligação direto à Sepetiba, partindo da rodovia Presidente Dutra e a ligação da rodovia Lucio Meira à rodovia Presidente Dutra. Barra do Pirai poderia ser a retroárea do porto de Sepetiba, às margens da rodovia Lucio Meira (BR 393), que é o caminho para o norte e onde existem muitas terras disponíveis. Poderiam ser construídos diversos armazéns de estocagem e conseguir a migração da retroárea que hoje está localizada na região centro-oeste do Brasil”. Ele ainda destacou: “Poderia também haver uma

política de reocupação do espaço rural, com reflorestamento dos morros onde havia café, para conter as erosões e revitalizar a atividade extrativista”. E continuou: “O ministério do interior fez estudo em parceria com atores locais, onde se colocou a necessidade de resgatar o trem Itatiaia Volta Redonda. Imagine o retorno do Barrinha inserindo Rio de Janeiro, Japeri, Barra do Pirai, Volta Redonda, Barra Mansa, Resende e Itatiaia. A importância deste transporte é enorme e Barra do Pirai ficará em evidencia com a oportunidade de integração do Rio de Janeiro com a região. No trabalho realizado pelo Ministério de Integração para o Sul Fluminense ele só vai de Itatiaia a Volta Redonda, sendo importante ação política para sua extensão”.

Foi registrado pelo entrevistado nº 2: “Atração de micro-empresas, empresas de pequeno e médio porte, Film Comissão, turismo de aventura e instalação de um hotel voltado para negócios, com auditório”.

O entrevistado nº 7 apontou: “A prioridade deveria ser dada ao setor industrial pelo seu efeito multiplicador, já que o comércio é bastante dinâmico. Para tanto, deve ser viabilizado e implantado o pólo industrial de Vargem Alegre”.

O entrevistado nº 10 destacou as oportunidades de investimento: “Os investimentos devem acontecer na indústria pela localização, na pecuária pela vocação e no comércio pela tradição”.

Podem ser explorados para o desenvolvimento municipal: a duplicação da rodovia Lúcio Meira (BR 393), a tradição do comércio local, o turismo (de aventura, rural, histórico, etc), hotéis para negócios, dotados de auditório, a criação do distrito industrial de Vargem Alegre, a pecuária de ponta, com implantação de melhorias genéticas, a criação do anel viário municipal.

A iniciativa de realizar filmagens em Barra do Pirai é muito interessante, pois além de gerar empregos, divulga o local para todo país.

Pode ser uma importante oportunidade a implantação da retroárea do porto de Sepetiba, que traria o retorno do atacado no comércio.

- **Considerações Finais dos Entrevistados**

Foi uma experiência bastante enriquecedora a realização das entrevistas com representantes dos diversos segmentos da sociedade, com diferentes formações e vivências. Segue as considerações finais feitas por alguns atores locais, onde estas diferentes visões são explicitadas:

Entrevistado nº 1: “Barra do Pirai merece toda atenção, sua população tem uma mente aberta e precisa de um choque de contemporaneidade”.

Entrevistado nº 2: “Os municípios precisam ser geridos profissionalmente. Estamos em um processo de profissionalização. A profissionalização da gestão pública será cada vez maior. Os quadros políticos são cada vez mais técnicos. Outro ponto é a perspectiva favorável e resgate da auto-estima do barrense, que espera dias melhores. Vai depender da nossa capacidade em interagir e apoio do prefeito”.

Entrevistado nº 5: “Tomaremos medidas mais duras em Barra do Pirai para regulamentar as coisas na cidade. Tirar os veículos abandonados, padronizar os outdoor, ambulantes, som nos carros com propaganda, pessoas colocando isopor e churrasqueiras na frente das casas para vendas, coibir jogar lixo nas ruas, de forma a termos uma cidade mais bonita. Não tomando nenhuma medida estamos desagradando o cidadão que paga seus impostos e tem direitos”.

Entrevistado nº 7: “O retrato que pintei de Barra do Pirai não é nada lisonjeiro para nossa cidade. Posso parecer muito pessimista nas minhas considerações, mas as considero bastante realistas. Não nos ajuda em nada, para resolver os graves problemas existentes, o falso ufanismo. Um diagnóstico realista e sem falsos ufanismos, por mais dolorido que possa parecer, é o primeiro passo para a resolução efetiva dos problemas que a cidade enfrenta”.

Entrevistado nº 9: “Precisamos recuperar os anos de perdas e credibilidade da Santa Casa, que já foi o hospital referencia na região”.

Entrevistado nº 11: “Barra do Piraí precisa e pode melhorar, mas é necessário que suas lideranças políticas atuem com mais determinação e objetivos (programas e projetos) bem definidos”.

Entrevistado nº 12: “A decadência de nossa cidade tem marcos iniciais entre os quais se destacam a transposição das águas do rio Paraíba, a opção pela rodovia, o não cumprimento das descargas diárias do rio Piraí e o nosso distanciamento da Rio-São Paulo. São quase setenta anos de decadência. Não consigo ver o marco final”.

Entrevistado nº 14: “Estamos ainda na espera para termos nossos representantes na Câmara Estadual e Federal, esses seriam os homens trazer recursos para nossa cidade. Mas, nunca elegemos nossos representantes, porque os políticos da Cidade sempre apoiam candidatos de fora”.

CAPÍTULO VI

6. COMENTÁRIOS FINAIS E CONCLUSÃO

A elaboração deste trabalho exigiu intensa pesquisa e superação de idéias pré-concebidas, uma vez que já existia um pensamento sobre as ações a serem adotadas e sobre a forma “correta” de gestão, que com o avanço dos estudos foi sendo alterada, devido aos novos conhecimentos e amadurecimento do autor.

A alteração da linha de trabalho feita na qualificação foi fundamental para enriquecimento da pesquisa, incluindo mais autores com visões diferentes, confrontando planejamento estratégico com planejamento participativo, desenvolvimento local ou global, sem que necessariamente tivesse que ser adotado um modelo específico.

Pode-se notar durante a pesquisa, que apesar do esvaziamento que ocorreu em Barra do Piraí, existem diversos indicadores superiores ao estado do Rio de Janeiro e ao Brasil, podendo ser citado a educação, com bons resultados tanto na prova Brasil, quanto no ENEM, ao reduzido percentual de analfabetos, a qualidade da mão de obra local, ocupando a 12^a. posição no IQM, a classificação de médio desenvolvimento humano, com IDH de 0,781 em 2000, ocupando a 24^a. posição no estado do Rio de Janeiro e 1.024^a. posição no Brasil, a melhoria da distribuição de renda medida pelo índice de Gini,

Analisando o mercado de trabalho, Barra do Piraí também apresenta variação relativa de emprego formal, entre 2000 e 2008, maior que a região Barra do Piraí e que o governo estadual.

Paradoxalmente na saúde, os resultados são melhores que os do estado do Rio de Janeiro, com relação ao tempo médio de internação, ao valor médio de internação e a taxa de mortalidade por internações, apesar dos serviços de saúde em Barra do Piraí merecerem atenção especial, devido ao atendimento precário que vem sendo prestado pelos hospitais.

A percepção das dificuldades econômicas vivenciadas pelo município fica clara quando se analisa o PIB a Preços Correntes e o PIB *per capita*, representando a estagnação que persistiu na economia até 2005, quando a variação chegou a ser negativa.

Com reduzidas receitas o município fica muito dependente das transferências do Estado, da União e dos *royalties* (71%).

Apesar de existir equilíbrio orçamentário, a capacidade de investimento é muito reduzida, uma vez que elevada parcela das receitas municipais encontra-se comprometidas com despesas de custeio.

Este trabalho não teve como objetivo elaborar um planejamento municipal e sim levantar alguns pontos que surgiram ao longo de sua preparação, fruto de pesquisas, estudos realizados e a participação dos atores entrevistados, que geraram subsídios para reflexão e propostas de ações que gerem o desenvolvimento e melhoria na qualidade de vida dos barraenses.

O município já possui um valioso instrumento, recentemente elaborado de forma democrática, com ampla participação dos cidadãos, que é o PDDUBP, que pode e deve ser o ponto de partida para identificação das ações a serem implantadas.

Apesar da baixa estima presente na população, deve-se olhar o que já existe de positivo no município. Hirschman (1994: 79) abordou este tema destacando: “uma das mais importantes premissas da mudança é a clara percepção do que está efetivamente acontecendo”. E continuou: “Queria que as pessoas soubessem que já estavam fazendo alguma coisa certa, que nem tudo estava errado e era para se jogar fora. O bom deve ser posto em evidência”.

Os atuais gestores têm procurado administrar município gerindo os recursos com austeridade, evitando ocupar todos cargos comissionados existentes, atraindo novas empresas, incentivando o funcionamento dos Conselhos Municipais de forma

independente. A aprovação da população local ao trabalho realizado ficou patente com o resultado das eleições, que pela primeira vez na história local manteve a continuidade de um governo. Mesmo quando não havia reeleição, nunca a situação conseguiu eleger o sucessor no executivo, o que aumenta a responsabilidade do Prefeito Municipal.

Uma simples leitura das entrevistas deixa claro que se pode ir além. O executivo deve propor alternativas que rompam com a perspectiva de competição entre os lugares.

Hirschman (1994) também abordou a importância da reflexão sobre que tipo de desequilíbrio é construtivo e qual é destrutivo?

A política local baseada em uma estratégia transescalar deve buscar reduzir as desigualdades e trazer melhoria das condições de vida das classes trabalhadoras; avançar na radicalização de dinâmicas sociais, políticas, culturais, que propiciem a organização e a luta populares; e enfraquecer os grupos e coalizões dominantes.

Estas três medidas devem ser implantadas em conjunto, até porque existe uma viabilidade mútua neste processo.

É fundamental a capacitação dos servidores e dos conselheiros municipais, bem como o incentivo aos cidadãos a participarem do processo democrático, que acarretará a formação de sujeitos que provoquem constante revolução na cidade.

Os cidadãos participativos e atuantes impedirão a prática do clientelismo e populismo, a apropriação dos recursos locais e da mais valia urbana por grupos dominantes e a transferência apenas de pequenos benefícios para população.

A utilização dos instrumentos constitucionais para recuperação da mais valia urbana trará os recursos tão importantes para investimento no município, beneficiando os que mais necessitam dos serviços públicos.

Diversas ações já se encontram em estudo ou em fase de implantação pelos gestores atuais e poderão trazer bons resultados para o município. Também deve ser registrado que os atores locais forneceram excelentes sugestões para o desenvolvimento local. Para evitar a repetição de todas sugestões, foram elencadas algumas, que merecem destaque:

- Acompanhar o processo de licitação da construção da terceira ponte sobre o rio Paraíba do Sul, fazendo gestões junto ao governo do estado do Rio de Janeiro, se necessário, para sua concretização;
- Cobrar do governo do estado do Rio de Janeiro a construção da rodovia Lucio Meira à rodovia Presidente Dutra, inserindo o município no eixo Rio-São Paulo e ao porto de Sepetiba;
- Instalar o Distrito Industrial de Vargem Alegre e os Condomínios Industriais, agilizando a transferência para o município da área já cedida pelo governo do estado do Rio de Janeiro e dotando-a da infra-estrutura necessária;
- Analisar a viabilidade da instalação da retroárea do Porto de Sepetiba no Distrito Industrial de Vargem Alegre;
- Fazer gestão junto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro para redução do ICMS para novas empresas, a exemplo do que foi aprovado para diversos municípios do norte do estado, para Valença e Três Rios;
- Contratar empresa que tenha reconhecido conhecimento na área de saúde para elaboração de um diagnóstico e proposta de solução para a prestação de serviços de saúde em Barra do Piraí;
- Revisar a planta genérica de valores do IPTU e analisar os diversos instrumentos para recuperação da mais valia urbana;
- Reflorestar os morros para conter a erosão e formação de voçorocas, que causam grandes prejuízos aos cidadãos;
- Contratar empresa especializada em trânsito para elaboração de um diagnóstico e proposta de alteração no trânsito de Barra do Piraí. Neste estudo poderá inclusive ser proposta a mudança no local de funcionamento da rodoviária;

- Transferir os pontos finais dos ônibus locais para os bairros, gerando novos empreendimentos nos bairros e aliviando o trânsito no centro da cidade;
- Incentivar a instalação de novos hotéis e pousadas em Ipiabas;
- Estruturar o turismo local, especialmente em Ipiabas, com a realização de eventos (música, cultura, gastronomia, aventura, etc.) previamente lançados em um calendário;
- Buscar compensação pelo dano ambiental causado pelo desvio das águas do rio Paraíba do Sul e pela barragem de Santana e negociar aumento da vazão do rio Pirai, evitando a ocupação de suas margens. Estes recursos deverão ser utilizados para revitalização destes rios;
- Regulamentar o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social e Desenvolvimento Urbano, que viabilizará o recebimento de verbas do programa de habitação de interesse social do Governo Federal. Este recurso é a fundo perdido e servirá para retirar as famílias de baixa renda que estão ocupando áreas de risco;
- Avançar na iniciativa do executivo já em curso, com o *Film Commission* que além de geração de emprego trará grande visibilidade para Barra do Pirai;
- Valorizar a cultura com uma nova biblioteca municipal, um teatro e um cinema (este já previsto no Mercado Popular que será restaurado);
- Fazer gestões junto ao Ministério da Integração para expansão da linha de trem de passageiros, inicialmente prevista para Itatiaia – Volta Redonda, atingindo Barra do Pirai;
- Atrair empresas que utilizem inovação, aproveitando as modificações trazidas com a tecnologia (Internet e comunicação), tendo em vista o elevado valor agregado criado;
- Preparar e apresentar projetos aos governos federal e estadual, para as diversas dimensões municipais, uma vez que sempre existem recursos remanescentes por falta de projetos.

Hirschman (1994) mencionando a Carta dos Direitos americana: direito à vida, à liberdade e à busca da felicidade faz um interessante jogo de palavras: à felicidade da busca, que é a felicidade de tomar parte da ação coletiva.

Sabe-se que a dificuldade de promover mudanças em grandes municípios como o Rio de Janeiro é muito superior a necessária para alteração de um município como Barra do Pirai, devido ao seu porte, sua população, que apresenta condições mais propícias para isto.

Atualmente existe forte tendência à interiorização das empresas e é fundamental existir dinamismo nos municípios do interior, oferecimento de condições de vida e de trabalho, para absorção de novas empresas e para que não aconteça o inchamento ainda maior dos grandes centros.

Por tudo que foi visto, Barra do Pirai é uma cidade viável, próxima dos grandes centros, que mantém a tranquilidade necessária para os cidadãos viverem, criarem seus filhos em um ambiente saudável e livre da poluição, aproveitando dos seus serviços e belezas naturais.

Com um planejamento e gestão participativos e inclusivos, a retomada do desenvolvimento será acelerada e serão gerados os negócios que interessam aos barrenses, respeitada a vocação natural do município.

CAPÍTULO VII

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES O. **Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas, in A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

ARAÚJO, K. P. de **O Banco mundial e o IBAM no desenvolvimento econômico local: propostas, divergências e limites**, in Revista de desenvolvimento econômico; Salvador: julho de 2005.

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2000; PNUD: 2003.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**, 1977. Tradução Luís Antero Rego e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edição 70, 1995.

BARROS, A. J. P. de; LEHFELD, N. A. de S. **Fundamentos de metodologia: um guia para inicialização científica**. São Paulo: McGraw-Hill, 1986.

BREMAEKER, F. E. J. de **Perspectivas dos municípios frente ao ajuste fiscal e à reforma tributária**, in Curso de Desenvolvimento Local Sustentado – Textos de Fundamentação; Rio de Janeiro: DNZ, 1999.

CÂMARA, J. A. **Plano diretor**, in Estatuto da cidade: comentários à lei federal 10.257/2001; São Paulo: Malheiros, 2006.

CAMPAGNONE, M. C. **Gerente municipal: um profissional da gestão local**, in O Município no Século XXI: Cenários e Perspectivas, São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM, ED. ESP. 1999.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários**. São Paulo: McGraw-Hill, 1983.

DIAS, M. I. S.; SILVA, M. de M. **Barra do Pirai – retomando o desenvolvimento e resgatando a cidadania através do marketing**. Barra do Pirai, 2000.

FGV; MEC **Dicionário de ciências sociais**; Brasília: 1987.

FUNDAÇÃO CENTRO DE INFORMAÇÕES E DADOS DO RIO DE JANEIRO (CIDE).

Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: CIDE, 2001.

_____. Índice de Qualidade dos Municípios, Rio de Janeiro, CIDE, 1998.

_____. Índice de Qualidade dos Municípios – Verde II, Rio de Janeiro, CIDE, 2003.

_____. Índice de Qualidade dos Municípios – Potencial para o Desenvolvimento II, Rio de Janeiro, CIDE, 2006.

FURTADO, F; SMOLKA, M. **Recuperação de mais-valias fundiárias na América Latina: bravura ou bravata?**, in Recuperación de Pusvalias em América Latina: alternativas para el desarrollo urbano; PUC Chile y Lincoln Institute of Land Policy: Colección Eurelibros, 2001.

GIL, A. C **Técnicas de pesquisa em economia**. São Paulo: Atlas, 1990.

GONÇALVES, R. G. **Modelos emergentes de planejamento: elaboração e difusão**, tese de doutorado do programa de pós-graduação em planejamento urbano e regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, RJ, 2005.

GUEDES, C. A. M. **O mercado de trabalho brasileiro nos anos noventa: tendências e perspectivas**, in Revista Universidade Rural – Série Ciências Humanas, v. 25, n° 1/2, Jan/Dez. Seropédica: Editor Universidade Rural, 2003.

HIRSCHMAN, A. O. **A moral secreta do economista**, 1994. Tradução Carlo Alberto Fernando Nicola Dastoli. São Paulo: UNESP, 2000.

IBAM **Desenvolvimento econômico local e o município**, in Curso de Desenvolvimento Local Sustentado – Textos de Fundamentação; Rio de Janeiro: DNZ, 1999.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas, 1986.

LOBATO, D. M. **Administração estratégica: uma visão orientada para a busca de vantagens competitivas**; Rio de Janeiro: Markgraph, 1997.

LOBOS, J. **Ética & negócios**; São Paulo: Instituto da Qualidade, 2003.

LOPES, R. **A cidade intencional: o planejamento estratégico de cidades**, Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

MARICATO, E. **As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. Planejamento urbano no Brasil**, in **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

MOISÉS, H. N. **Município-rede: planejamento, desenvolvimento político e sustentabilidade**, in **O Município no Século XXI: Cenários e Perspectivas**, São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM, ED. ESP. 1999.

NATAL, J. L. A.; OLIVEIRA, A. de; MENDONÇA, L.; SILVA, M. **O Estado do Rio de Janeiro pós 95: dinâmica econômica, rede urbana e questão social**. Rio de Janeiro: Publicati, 2005.

NEVES, G. H. **Desenvolvimento institucional: os desafios atuais da gestão municipal**, in Curso de Desenvolvimento Local Sustentado – Textos de Fundamentação; Rio de Janeiro: DNZ, 1999.

PACHECO, R. S. **Administração pública gerencial: desafios e oportunidades para os municípios brasileiros**, in **O Município no Século XXI: Cenários e Perspectivas**, São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM, ED. ESP., 1999.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAÍ **Plano diretor participativo**, Barra do Piraí, RJ, 2006.

PINHEIRO, O. M.; BENEDETTO, C. (Coord.) **Acesso à terra urbanizada: implementação de planos diretores e regularização fundiária plena**, Florianópolis: UFSC; Brasília: Ministério das Cidades, 2008.

- RODRIGUES, P. A. (Org.) **Cadeia produtiva da economia da música**, Rio de Janeiro: Instituto Gênese, 2004.
- ROLNIK, R. (Coord.) **Estatuto da cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos**; Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.
- _____. **Acesso ao solo urbano: limites e possibilidades** in **Acesso à terra urbanizada: implementação de planos diretores e regularização fundiária plena**, Florianópolis: UFSC; Brasília: Ministério das Cidades, 2008.
- RUIZ, J. A. **Metodologia científica: guia para a eficiência nos estudos**. São Paulo: Atlas, 1982.
- SANDRONI, P. **Dicionário de administração e finanças**; São Paulo: Best Seller, 2003.
- SCHASBERG, B.; PINHEIRO, O. M. (Coord.) **Princípios e diretrizes para elaborar e revisar os planos diretores municipais**, in **Plano diretor participativo: guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos**; Brasília: Tecnopop, 2004.
- SEIXAS, G. S. (Coord) **Ética – por um código de ética para os agentes públicos e lideranças políticas, sociais e comunitárias**; São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam, 2000.
- SILVA, C. R. L.; LUIZ, S. **Economia e mercados: introdução à economia**; São Paulo: Saraiva, 2001.
- SOUZA, M. L. de **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- STIGLITZ, J. E.; WALSH, C.E. **Introdução à macroeconomia**; tradução de Principles of microeconomics, 3rd ed., Rio de Janeiro: Campus, 2003
- TENÓRIO, F. G. **Cidadania e desenvolvimento local**; Rio de Janeiro: FGV; UNIJUI, 2007.
- Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, **Estudo sócio econômico 2006 – Barra do Piraí**, Rio de Janeiro: 2006.
- TRUJILLO, A. F. **Metodologia de pesquisa científica**. São Paulo: McGraw-Hill, 1982.
- VAINER C. **As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? in Planejamento e Território ensaios sobre a desigualdade**; Rio de Janeiro: Cadernos IPPUR, Jan – Jul 2002.
- _____. **Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano**, in **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- _____. **Os liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao “plano estratégico da cidade do rio de janeiro”**, in **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

ANEXO A - Questionário – Desenvolvimento de Barra do Pirai

Questionário – Desenvolvimento de Barra do Pirai

Nome:

Órgão/Empresa: _____ Cargo: _____

Telefone: () _____ Endereço eletrônico: _____

Autorizo a utilização das informações prestadas neste instrumento, para contribuir na elaboração da dissertação e nos trabalhos acadêmicos dela decorrentes.

Questão 01- Como você percebe a qualidade de vida em Barra do Pirai?

Questão 02- Que oportunidades de trabalho existem em Barra do Pirai?

Questão 03- Que atividade as pessoas que não possuem carteira assinada desempenham em Barra do Pirai?

Questão 04- Como você percebe a situação habitacional em Barra do Pirai?

Questão 05- Existe participação popular na gestão pública? Caso negativo, cite as principais dificuldades.

Questão 06- Como você vê a situação econômica de Barra do Pirai? (faça uma análise levando em consideração os últimos 10 anos)

Questão 07- Que atividades econômicas você destaca em Barra do Pirai?

Questão 08- Que contribuição a economia de Barra do Pirai oferece para a região Sul Fluminense? E para o estado do RJ?

Questão 09- Quais as maiores necessidades do município de Barra do Pirai em termos de infraestrutura econômica? (energia, transportes, comunicações, armazenagem)

Questão 10- Quais são os principais programas e/ou projetos econômicos públicos ou privados em implantação Barra do Pirai?

Questão 11- Quais os principais programas e/ou projetos econômicos públicos ou privados anunciados para o futuro próximo em Barra do Pirai?

Questão 12- Quais os pontos fortes e fracos no Desenvolvimento Urbano de Barra do Pirai?

Questão 13- Fale sobre o Saneamento Ambiental em Barra do Pirai. (*esgoto, água, drenagem, lixo, outros tipos de resíduos*)

Questão 14- Quais são as principais oportunidades para investimentos em Barra do Pirai?

Questão 15- Que políticas públicas em sua opinião que devem ser priorizadas em Barra do Pirai?

Considerações finais